



Revista Brasileira de  
**História**  
**Militar**



Ano VII - Nº 19  
Maio 2016



# Editorial

Apresentando três artigos relacionados ao Período da República Velha, este número da RBHM conta a colaboração de Viviani Poyer, da Universidade federal de Santa Catarina (UFSC); de Pierre Paulo da Cunha Castro, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM); e de Susi Castro Silva da Universidade federal do Ceará. 9 UFC). Contamos ainda com a participação dos pesquisadores: Thiago Janeiro Sarro da Escola de Guerra Naval (EGN); Hiram Allen, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Guilherme Ignácio Franco de Andrade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – (Unioeste), que tratam respectivamente de temas relacionados a Estratégia Naval Brasileira, a Guerra dos Cem Anos e a Segunda Guerra Mundial.

A todos, nosso muito obrigado.

Em tempo: a partir da presente edição alteramos a periodicidade de nossa revista que passará a ser publicada semestralmente, nos meses de maio e novembro.

**Cesar Machado**

**Editor Responsável**

## Imagem desta Edição



O General Setembrino de Carvalho - que assumiu o comando da forças federias em setembro de 1914, depois de dois anos de expedições frustradas do Exército no Contestado - deu ordens para a população civil sertaneja deixar suas terras e casas na área do conflito. A ideia era limpar o terreno e facilitar o reconhecimento dos rebeldes. Quem permanecesse nas terras seria considerado "inimigo" pelo Exército. Os avisos eram dados por toques de corneta - que rapidamente se transformaram numa marca da repressão comandada pelo general que vinha do Ceará. - Álbum da Campanha do Contestado. 87 fot. p&b 12 x 16,5 cm. Seção de Iconografia. Fundo da Campanha do Contestado (cpco); 3.4.22 (Arquivo Histórico do Exército). 1914-1915.



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050

E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

**Etnicidade e violência: casos de maus tratos e mortes de imigrantes estrangeiros na Guerra do Contestado.....6**

*Viviani Poyer*

**A Revolta dos Marinheiros de 1910: dos usos da memória à historiografia.....19**

*Pierre Paulo da Cunha Castro*

**Contenção ao poder político exercido pelos militares na República Velha (1889-1930): os argumentos político-jurídicos de Hélio Lobo e Chrysólito de Gusmão.....32**

*Susi Castro Silva*

**Propedêutica da Estratégia Naval Moderna: Alfred Mahan e Julian Corbett em perspectiva comparada.....62**

*Thiago Janeiro Sarro*

**Apontamentos sobre a Arquearia Militar Inglesa.....82**

*Hiram Alem*

**O Governo provisório de Vichy - A criação do estado fascista francês e a perseguição aos judeus.....95**

*Guilherme Ignácio Franco de Andrade*

**Livro em Destaque.....113**

**Etnicidade e violência: casos de maus tratos e mortes de imigrantes estrangeiros na Guerra do Contestado<sup>1</sup>**

Viviani Poyer (UFSC) <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se propõe analisar a participação e o grau de envolvimento de diferentes grupos étnicos, principalmente aqueles compostos por imigrantes europeus e a questão da violência contra estes, ocorrida no período entre 1908 e 1916, durante o movimento social do Contestado. A participação e o grau de envolvimento de diferentes grupos étnicos, principalmente aqueles compostos por imigrantes europeus e a questão da violência no contexto em que se deu o conflito, são ainda lacunas que anseiam por uma investigação mais aprofundada.

**Palavras chave:** violência, etnicidade e Contestado.

**Abstract:** The present study aimed to analyze the degree of participation and involvement of different ethnic groups, especially those composed of European immigrants and the issue of violence against them, in the period between 1908 and 1916, during the social movement of the *Contestado*. The degree of participation and involvement of different ethnic groups, especially those composed of European immigrants and the issue of violence in the context that gave the conflict are still gaps that yearn for further investigation.

**Keywords:** violence, ethnicity, *Contestado*.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado originalmente no VI Congresso Internacional de História, organizado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O caso das reclamações estrangeiras sobre indivíduos mortos por forças civis já está dando o que fazer e parece que custará caro. Os inquiridos provaram infelizmente que houve degolamentos por parte dos tais civis; a propósito, permita que recomende todo o cuidado no seu relatório se tiver de referir-se a esses fatos.<sup>3</sup>

Esta pequena citação me despertou especial atenção ao ler parte da obra de McCann (2007), dedicada a estudar a história do exército brasileiro entre 1889 a 1937. O trecho que despertou curiosidade se refere a uma nota encontrada no capítulo 3 intitulada O avanço das espadas e mais especificamente num dos subcapítulos em que este autor procura mostrar a carreira e ascensão do general Fernando Setembrino de Carvalho (1861- 1847), líder das tropas do governo federal nos anos finais da Guerra do Contestado. Essa nota poderia ter passado despercebida se não fosse o alerta de que a questão estava tomando proporções internacionais e gerando ruzgas diplomáticas entre Brasil e Itália, as quais permanecem como questões abertas na historiografia do Contestado. Em correspondência enviada no final do mês de janeiro de 1915, ao citado general Setembrino de Carvalho, José Caetano de Faria, então ministro da guerra, diz que o governo italiano havia protestado “contra maus tratos a seus cidadãos”<sup>4</sup> e que ele estava enviando um relatório do general ao ministro das relações exteriores Lauro Müller (1863 – 1926).

De fato, ao final da Guerra, mais precisamente no ano de 1915, diversos são os indícios encontrados que apontam para questões relacionadas a mortes e maus tratos de pessoas que haviam se rendido as forças do exército.

Uma vez registrados após rendição, os fiéis eram imediatamente interrogados, suas declarações eram comparadas e se fosse comprovada a existência de algum homem que tivesse atuado ativamente na luta contra as forças de repressão esse era imediatamente assassinado, geralmente por meio da degola. (RODRIGUES, 2008, p. 339).

De acordo com as listas nominais dos prisioneiros pode-se identificar que muitos eram de origem europeia. Segundo McCann, “o destino dos que se renderam dependeu do caráter e das atitudes do oficial encarregado da unidade à qual eles se entregaram” (MACCANN, 2007, p. 194). Mesmo que o general Setembrino de Carvalho, representante do governo brasileiro no front de batalha, procurasse diante de instâncias superiores, negar

<sup>3</sup> José Caetano de Faria a Fernando Setembrino de Carvalho, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1915, AFSC, CPDOC.

<sup>4</sup> José Caetano de Faria a Fernando Setembrino de Carvalho, Rio de Janeiro, 29 jan. 1915, AFASC, CPDOC.

tais atos, partindo em defesa de seus homens, fossem estes pertencentes às carreiras do exército ou civis aliados, notícias como estas chegaram a ser veiculadas em periódicos da época e provavelmente tenham vazado informações que levaram o governo italiano a protestar e cobrar um posicionamento dos dirigentes brasileiros diante de tais circunstâncias,

“da cadeia de Canoinhas eram tirados diariamente levadas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome.”<sup>5</sup>

O episódio relacionado a citação que abre este trabalho, mesmo se analisado de forma isolada já nos aponta muitas questões, e sobretudo traz um elemento bastante importante, que é a presença de diferentes grupos étnicos entre os rebeldes do Contestado aprisionados pelas forças federais. Dessa forma a tensão diplomática gerada a partir deste fato pode ser considerada uma das pontas do emaranhado de acontecimentos, muitas vezes caracterizados pela violência que marcou a Guerra do Contestado no seu ano mais crítico.

A participação e o grau de envolvimento de diferentes grupos étnicos, principalmente aqueles compostos por imigrantes europeus e a questão da violência no contexto em que se deu o conflito, são ainda lacunas que anseiam por uma investigação mais aprofundada, e são propostos como tema do presente trabalho. A partir das leituras realizadas sobre o Contestado, percebe-se que a historiografia pertinente<sup>6</sup>, aponta para violência existente na região em litígio. “O mundo do sertão do Contestado” como diria Monteiro, “é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra”<sup>7</sup>.

O discurso construído aponta para a naturalização do caráter violento transcendendo o movimento social. É necessário apontar também que a historiografia até agora se preocupou

<sup>5</sup> (O Estado, Florianópolis, 18 maio 1915, citado por QUEIROZ, 1981, p.218).

<sup>6</sup> Mauricio Vinhas de Queiróz (1981), ao traçar um breve histórico acerca das diversas vilas localizadas na região denominada “Serra Acima”, mais especificamente sobre a Vila de Canoinhas, aponta que esta tornou-se uma espécie de reduto de velhos maragatos e supostos foragidos da justiça dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Duglas Teixeira Monteiro (1974), de forma um tanto diferenciada, busca desenvolver uma análise sobre a violência naquela região, categorizando esta em violência costumeira e violência inovadora. Já Márcia Janete Espig (2011), discute a atuação dos turmeiros na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) e procura apontar as questões relacionadas ao caráter, praticamente cotidiano, da violência em relação a estes trabalhadores e característico a região do Contestado, principalmente onde se localiza o atual oeste catarinense.

<sup>7</sup> (MONTEIRO, Op. Cit, p. 37).

de forma significativa em traçar um perfil social daquela população. Segundo Machado “a região que viveu o conflito não apresentava uma estrutura social uniforme”<sup>8</sup>, dado este, na maioria das vezes, considerado também como um dos fatores que corroborava para o desencadeamento da violência. Além da estrutura social diversificada da região, outros aspectos apontados pela historiografia do Contestado, podem ser considerados fatores que contribuíram na construção de um discurso, que naturalizou a violência como característica regional. Entre eles temos:

- Características geográficas da região, considerada em algumas áreas como inóspita;
- O pouco número de habitantes na sua maioria posseiros;
- Vilas formadas por pessoas que provinham de diferentes regiões do Estado e de estados vizinhos, algumas vezes fugitivos da justiça envolvidos com revoltas acontecidas no Sul do Brasil, outras, por colonos que ali já viviam ou ainda por imigrantes estrangeiros recrutados para trabalhar na construção da estrada de ferro;
- Ataques frequentes de indígenas que habitavam a região;
- Problema do limites de terras entre os Estados de Santa Catarina e Paraná;
- Mandos e desmandos dos coronéis locais;
- E disputa pela exploração dos ervais localizados em terras consideradas devolutas.

Segundo Espig, muitos estudiosos do Contestado chegam a considerar a violência, quase como “característica” da região em que se deu o movimento. Cabe ressaltar que este discurso é fruto de um determinado tipo de leitura e interpretação de fontes, como os relatos memorialistas de militares e religiosos que atuaram na região e de notícias veiculadas na imprensa da época,

Várias fontes de segunda mão inclusive a maior parte da bibliografia reproduzem a mesma interpretação: a região contestada era consumida pelo conflito entre Santa Catarina e Paraná, e a desorganização do poder público na região, sobretudo no que se refere à ação policial, levava grande volume de criminosos a buscar guarida em suas terras.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> MACHADO, Op. Cit ( p. 335),  
<sup>9</sup> (ESPIG, 2011, p. 291).

No trabalho intitulado *Errantes do Novo Século*, Duglas Teixeira Monteiro, desenvolve uma discussão teórica sobre a violência praticada na região do Contestado, categorizando esta em dois tipos: a violência costumeira e a violência inovadora. Entendendo que a primeira se dá num tempo, logo num contexto diferenciado da violência inovadora, o autor define que tal violência é “gerada entre as polarizações contraditórias da sujeição e da independência, ela implicava numa visão de mundo na qual a morte cruenta, sujeição radical ao destino, que é um senhor radical, opunha-se à afirmação da vida, que, como ideal, só podia ser autônoma”<sup>10</sup>.

Para ele, o agravamento do movimento social do Contestado, que culminou com a “Guerra Santa”, trouxe significativas mudanças no quadro social daquela região, e contribuiu para a constituição de outro tipo de violência - a inovadora, que segundo o autor se dava a partir da ruptura da consciência de nivelamento que de certa forma servia de base à violência costumeira.

Assim para explicar como a violência inovadora vai se dando em contrapartida a violência costumeira, o autor busca apontar a atuação e as relações estabelecidas entre novos personagens daquele cenário. A violência inovadora para ele, não se constituía a partir de conflitos entre “iguais” ou potencialmente iguais, mas do embate sangrento entre dois mundos cujas ordenações antagônicas são às vezes claramente discerníveis, completando-se essa oposição, mais tarde, na “polarização aguda entre fiéis e mundo secular”.<sup>11</sup>

Mas a violência por si só não existe se não houver alguém que a pratique, já que a mesma se dá a partir de um ato, relacionado segundo Hanna Arendt<sup>12</sup> ao decréscimo do poder:

O decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência. (...) aqueles que perdem esta capacidade, sentindo-a escapar de suas mãos – sejam governantes, sejam governados -, dificilmente resistem à tentação de substituir o poder que está desaparecendo pela violência.<sup>13</sup>

10 (MONTEIRO, 1974, p.43)

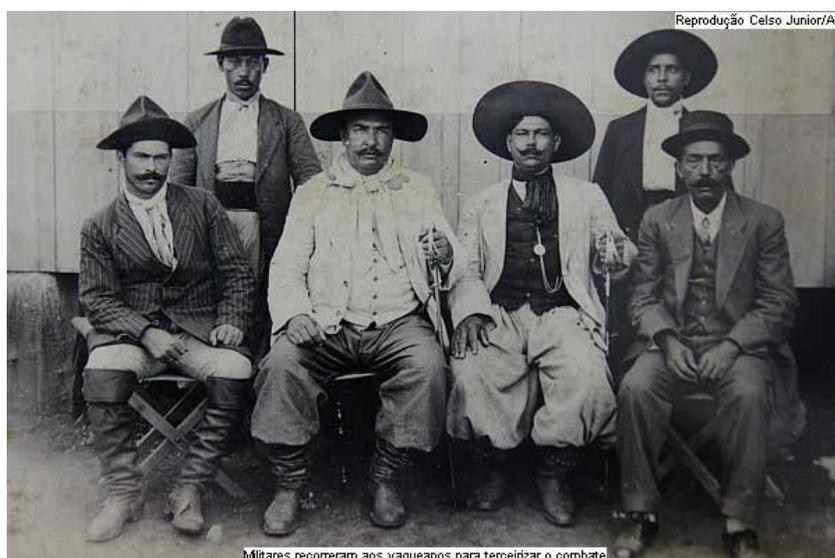
11 (MONTEIRO, 1974, p.49).

12 Para ARENDT (1994), a violência é inerente ao ato de “fazer”, “fabricar” e “produzir” e, identificando esta ainda como o ato de “matar” e “violar”. Portanto, violência não identificaria qualquer ato coativo, mas apenas aquele que opera, no caso das relações sociais, sobre o corpo físico do oponente, matando-o, violando-o, enfim, parece descrever apenas o uso efetivo dos implementos.

13 (ARENDR, 1994, p.9).

Arendt aponta ainda que é comum enxergar a violência como um fenômeno marginal aos estudos históricos,

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (...) Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas a violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram 'sempre fortuitos, nem sérios nem precisos' (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história.<sup>14</sup>



**Vaqueanos da Guerra do Contestado.** <sup>15</sup>

No que se refere à questão do Contestado, pude perceber que excetuando o trabalho de Duglas Teixeira Monteiro<sup>16</sup>, a questão da violência ainda não foi tomada como objeto de análise. A prática de tais ações geralmente é atribuída ao exército que por sua vez, creditava aos vaqueanos<sup>17</sup>. Os motivos propulsores de diversas mutilações, fuzilamentos

<sup>14</sup> (ARENDR, 1994, p.16).

<sup>15</sup> Imagem: Vaqueanos da Guerra do Contestado. Reprodução de Celso Junior. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/fotos/t14\\_vaqueanos\\_600\(1\).jpg](http://www.estadao.com.br/fotos/t14_vaqueanos_600(1).jpg)

<sup>16</sup> Como já falei anteriormente Monteiro (1974, p. 37-55) em seu trabalho busca conceituar e categorizar os tipos de violência que ocorrem na região do Contestado.

<sup>17</sup> Vaqueanos era o nome dado aos civis moradores da região, muitas vezes capatazes de coronéis, que se aliaram as forças nacionais contra os "fanáticos" tendo como função principal guiar as tropas pelas regiões de difícil acesso e pouco conhecidas por aquelas tropas.

ou degolas cometidas contra os prisioneiros é outro aspecto que não parece ter sido até agora de interesse dos diversos historiadores do Contestado<sup>18</sup>.

Acredito ser possível estabelecer, a partir de indícios, quem eram estas pessoas, porque eram mortas com tal crueldade, que atuação haviam tido no movimento para serem considerados perigosos ou inofensivos e por isso escapar da degola. Trilhando este caminho, devemos ir além dos nomes constantes nas listas nominais dos prisioneiros que se renderam às tropas federais, fazendo uma revisão crítica sobre os discursos construídos acerca destes personagens. Neste sentido é que considero que existam vazios a serem preenchidos, perguntas as mais diversas que compõe o referido problema de pesquisa com poucas respostas até o presente momento, e que de acordo com Espig, podem se configurar como “objeto de uma investigação mais apurada”<sup>19</sup>.

De corriqueiro a diplomático, constatei que em determinado momento o aspecto referente a violência na Guerra do Contestado extrapolou o âmbito regional, noticiado por periódicos da época<sup>20</sup>, chegando a ganhar lugar de destaque na composição dos relatórios e correspondências de dirigentes do exército, de ministros, de governantes e até mesmo de diplomatas estrangeiros, como visto na nota introdutória do presente texto.

Ao tomar como ponto de partida desta pesquisa, o ano de 1908, necessário se faz uma breve justificativa. Neste ano se deu a incorporação da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul), a Brazil Railway Company e o início dos trabalhos da linha sul desta ferrovia que cortaria os estados do Paraná e Santa Catarina, saindo de São Paulo e chegando até o Rio Grande do Sul. A mesma era considerada importantíssima naquele contexto, tanto para o desenvolvimento econômico do Brasil, como estrategicamente, já que serviria de principal meio de “deslocamento terrestre de contingentes militares em caso de conflito no Prata.”<sup>21</sup>

Apesar da procedência dos trabalhadores nacionais recrutados para a construção da linha sul da EFSPRG ser objeto de contradições na historiografia sobre o Contestado,

18 Rodrigues em tese de doutorado dedica capítulo (cap. 5) sobre a relação dos vaqueanos com o exército, no entanto, não tinha como foco fazer análise aprofundada sobre a questão da violência, mas destacar o papel de forças civis em um exército que se pretendia profissional.

19 Espig (2011, p.291)

20 Periódicos como Diário da Tarde de Curitiba-PR, e O Progresso de Ponta Grossa-PR, relatavam com frequência casos de maus tratos como cárcere privado, espancamentos e mortes de imigrantes estrangeiros trabalhadores da EFSPRG, no período 1908 a 1910. Sobre este aspecto ver ESPIG (2011).

21 (Espig, 2011, p.28).

existem fontes que afirmam que um expressivo número de imigrantes estrangeiros compuseram as diferentes frentes de trabalho desta obra. Fossem recrutados de regiões portuárias como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Santos, Recife ou Salvador<sup>22</sup>, ou ainda, cooptados por anúncios em seus países de origem, com o objetivo de trabalhar na construção da ferrovia ou colonizar as terras concedidas à Southern Brazil Lumber and Colonization, ou simplesmente ‘Lumber’: uma subsidiária criada pela Brazil Railway Company, com o objetivo de explorar a madeira e as terras que margeavam as laterais da ferrovia, concedidas pelo governo brasileiro. Essa empresa criou diversas serrarias para a exploração da madeira, a primeira e menor em Calmon e a segunda e de maior porte em Três Barras (estação da estrada de ferro que ligaria União da Vitória a São Francisco do Sul). Mauricio Vinhas de Queiroz nos aponta que ela “tornou-se a maior companhia madeireira da América do Sul.”<sup>23</sup>

É recorrente a informação, de que um expressivo número de trabalhadores estrangeiros, veio para a região do conflito, naquele momento.

Na documentação consultada, verificou-se a existência de algum recrutamento em estados do centro do país, porém as mais constantes referências eram feitas a imigrantes, notadamente poloneses, russos, portugueses e italianos. Parte destes, inclusive, foi trazida diretamente pela Companhia a fim de construir a ferrovia e, posteriormente, adquirir e colonizar as terras adjacentes à mesma.<sup>24</sup>

Ao fazer esta discussão, Espig aponta sobre a necessidade de um trabalho de pesquisa histórica mais específico sobre estes imigrantes europeus, especialmente os trazidos pela empresa construtora da ferrovia, cujo número aumentou expressivamente quando da retomada da construção do ramal da EFSPRG que ligaria União da Vitória a São Francisco no litoral catarinense<sup>25</sup>.

Machado afirma ainda que, para as instalações da serraria na estação de Três Barras, criou-se um verdadeiro complexo industrial, que contava com 400 trabalhadores permanentes, sendo na sua maioria imigrantes europeus. De acordo com as folhas de

22 Este aspecto é alvo de discussão intensa e recorrente nos diversos trabalhos desenvolvidos acerca do Contestado, sobre as diferentes procedências dos trabalhadores encontramos discordâncias entre as fontes, como os relatórios ou memórias de envolvidos no conflito, perpassando a chamada “historiografia clássica”, chegando ainda até os trabalhos mais recentes. (Espig, 2011, p.71-92).

23 (QUEIROZ, 3ª ed., 1981, p.74)

24 (Espig, 2011, p. 379).

25 O ramal da EFSPRG, que ligaria União da Vitória a São Francisco com o objetivo de escoar a produção de erva mate daquela região, foi iniciado, segundo Filho (2009), em 1906 e finalizado somente em 1917.

pagamento de 1912 da Lumber, verificou-se que, dos 400 empregados permanentes, “20% possuíam nomes luso-brasileiros; 50% nomes de origem polonesa ou ucraniana; e 30% de origem alemã ou anglo-saxã.”<sup>26</sup>.

Para esse autor, houve a partir deste processo de expansão da exploração da madeira catarinense, não só a destruição das matas e ervais, mas também impacto econômico, ambiental e, “como resultado do processo de grilagem, um verdadeiro processo de exclusão étnica”<sup>27</sup>

No que se refere a presença do imigrante estrangeiro naquela região é preciso considerar que havia dois grupos com características um tanto diversas, não podendo colocá-los como numa “vala comum” ao tê-los como objeto de pesquisa histórica.

Não pode se deixar de lado o fato de que em diversas localidades da região envolvida no movimento do Contestado, fossem vilas ou não, contavam com a presença de imigrantes de diferentes nacionalidades anteriormente ao ano de 1908. Tem-se registro de 31 famílias de imigrantes alemães que vieram para colonizar a região de Rio Negro em 1829. Itaiópolis a partir de 1891, conta com a presença de operários industriais provenientes de Londres e também da Polônia, sendo que mais tarde esta localidade também recebeu colonos rutenos que, segundo Maurício Queiróz, eram provenientes de fazendas cafeeiras de São Paulo. Registros apontam que União da Vitória, ou Porto União ou simplesmente Porto, principal cidade da região “Serra Acima” do Estado do Paraná, teve grande influência da colonização norte europeia, principalmente por descendentes de poloneses.<sup>28</sup>

Qualquer discurso que generalize estes grupos por critérios de nacionalidade e não de etnicidade corre o risco de não enxergar as suas especificidades, pois estes além de virem de diferentes regiões da Europa aqui chegaram em contextos diversos: um anterior a construção da estrada de ferro, com o intuito de uma colonização mais imediata, de acordo com a política colonizadora do império e outro, quando já da existência do conflito em torno dos limites do Estado de Santa Catarina e Paraná e as lutas pela posse de terras e ervais entre coronéis e moradores/posseiros da região.

Diante da suposta diferenciação entre estes dois grupos de imigrantes, novas

26 (MACHADO, 2004, p. 151)

27 (MACHADO, 2004, p. 152).

28 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912 – 1916). 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

questões surgem a fim de traçar um caminho que nos leve até os atos de violência praticados contra os estrangeiros imigrantes, principalmente nos momentos finais da Guerra do Contestado quando da tomada dos diferentes redutos ou “cidades santas”<sup>29</sup>. Entre os questionamentos estariam: qual teria sido o grau de envolvimento dos imigrantes no movimento? O envolvimento teria sido diferente de acordo com o grupo de imigrantes? Quais seriam os motivos que levaram a sua integração e/ou identificação com as causas dos sertanejos seguidores de João Maria?

Machado nos aponta que:

Estes imigrantes mais antigos, principalmente das regiões de São Bento, Rio Negro e Canoinhas, aderiam com facilidade à “visão de mundo” cabocla, em sua maioria eram devotos de João Maria, e muitos atenderam voluntariamente ao chamado dos redutários de Taquaruçu.<sup>30</sup>

Ainda segundo este autor, vários imigrantes estrangeiros e descendentes destes integravam diversos redutos rebeldes, alguns por vontade própria, outros por obrigação. Dentre estes suponho que deveriam fazer parte, estrangeiros das primeiras levas imigratórias e trabalhadores estrangeiros remanescentes da construção da EFSPRG.

Para Espig, porém, se houve a adesão e participação de trabalhadores estrangeiros da EFSPRG no movimento do Contestado, devem ter sido aqueles envolvidos mais diretamente com a construção do ramal União da Vitória – São Francisco. Pois os que construíram o trecho da estrada que cortava o Vale do Rio do Peixe, finalizado em 1910, devem ter voltado aos seus locais de origem e não retornariam quando da eclosão do movimento. Por outro lado, os que ficaram para a construção do ramal União da Vitória – São Francisco teriam talvez motivos para aderirem à causa.

Em meio a controvérsias, o fato é que existem registros da participação de imigrantes estrangeiros no movimento e mais questionamentos surgem: Teriam os vaqueanos envolvidos nos casos de violência, registrados pela imprensa da época e pelo próprio General Fernando Setembrino de Carvalho? Como distinguir entre os imigrantes provenientes da

<sup>29</sup> Reduto foi um termo amplamente utilizado pelos militares envolvidos com o movimento, em suas memórias ou relatórios ao se referirem as vilas que abrigavam os “sertanejos” seguidores de João Maria e envolvidos com a causa do Contestado. Já Cidade Santa é um termo utilizado pelos próprios sertanejos, ao se referir aos locais ou comunidades por eles criadas para abrigá-los.

<sup>30</sup> (MACHADO, p.2004, p.152).

primeira leva e aqueles que haviam trabalhado na construção da EFSPRG? Esta distinção poderia ser uma justificativa para os atos violentos por eles praticados, uma vez que muitos destes atos foram praticados contra homens que já haviam se rendido às forças do exército e até se encontravam presos na cadeia de Canoinhas como citado anteriormente? Os oficiais que comandavam estes grupos teriam ordenado ou sabiam e eram coniventes com tais ações por parte dos vaqueanos? Porque os vaqueanos e oficiais envolvidos nestes casos não foram condenados?

Frank McCann aponta sobre a existência de inquéritos militares que comprovam estes atos por parte de civis a serviço do exército, porém afirma que os responsáveis nunca foram punidos. Entre as fontes citadas por este autor, as listas nominais ajudam a identificar que muitos destes eram de origem brasileira ou portuguesa, havendo também nomes de prováveis imigrantes alemães, italianos, ucranianos e poloneses.

Em carta ao então governador do Estado de Santa Catarina, coronel Felipe Schmidt (1914-1918), Setembrino de Carvalho, nega a participação de “Pedro Ruivo e outros civis colaboradores de unidades do Exército” em atos de depredação ou assassinatos, admitiu, porém que casas e suprimentos em áreas rebeldes haviam sido queimadas, mas justificando este ato “como necessário para eliminar os recursos de sobrevivência do inimigo e assim forçar a rendição” <sup>31</sup>

Diante destes acontecimentos, mais dúvidas: os atos violentos praticados por parte das forças do Exército e imortalizados pelos relatórios e pelas memórias dos historiadores de farda constituem um discurso em prol da construção de uma imagem que se queria para o exército brasileiro naquele momento? <sup>32</sup> Sobretudo percebe-se que estes atos parecem demonstrar certa ingerência por parte dos governos federais e estaduais sobre aquela região, deixando que imperasse de certa forma, “a cultura da violência da resolução de pendências pessoais à faca”. <sup>33</sup>

### **Referências bibliográficas**

- ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro:

<sup>31</sup> (McCann, 2007, p.195).

<sup>32</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. Nas trincheiras da palavra: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre a Guerra do Contestado. Texto inédito, acesso cedido pelo autor em outubro de 2012.

<sup>33</sup> Machado (2004, p.146),

RelumeDumará, 1994.

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- DIACON, Todd A. Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912 -1916. Durham: Duke University Press, 1991.
- ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, 2011.
- GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 103-128, jul./dez. 2009.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- MCCANN, Frank D. Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912 – 1916). 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. Lições Militares. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 7, n. 85, p. 30-33, out., 2012.
- \_\_\_\_\_. Nas trincheiras da palavra: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre a Guerra do Contestado. Texto inédito, acesso gentilmente cedido pelo autor. 2012.
- \_\_\_\_\_. Espírito militar e ideologia política: a atuação do exército na repressão à Guerra do Contestado. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 1, p. 69-82, jan./ jun., 2011.
- \_\_\_\_\_. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. Tese de doutorado em história, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

- \_\_\_\_\_. Notícias do Front: a imprensa Catarinense e a sua representação sobre a Guerra do Contestado. Dissertação de mestrado em história, UFSC. Florianópolis, 2001.



## **A Revolta dos Marinheiros de 1910: dos usos da memória à historiografia**

Pierre Paulo da Cunha Castro \*

### **RESUMO**

A Revolta dos Marinheiros de 1910 marcou a história naval brasileira. O presente artigo pretende analisar como se deu a construção da sua memória, cujo debate foi baseado nas disputas dos sentidos do uso político do fato histórico, e influenciou, direta ou indiretamente, as abordagens acadêmicas sobre o tema. A superação das análises explicativas da revolta, tendo os castigos corporais como objeto principal de estudo, é recente, e possibilitou o surgimento de abordagens com temáticas de maior amplitude, abrindo caminhos para o entendimento de práticas disciplinares em um contexto institucional mais amplo.

### **ABSTRACT**

The Revolt of the Sailors of 1910 branded the Brazilian naval history. This article intends to analyze how the construction of its memory, whose debate was based on the disputes of the senses of the political use of historical fact, and influenced, directly or indirectly, the academic approaches on the subject. The surpassing of explanatory analyzes of the revolt, with corporal punishment as the main object of study, is recent, and enabled the emergence of approaches with broader themes, opening the way for the understanding of disciplinary practices in a broader institutional context.

Para este trabalho, trago um debate que, pela minha análise, ocasionou, inicialmente, disputas entre os sentidos da memória do fato histórico, os quais influenciaram, direta ou indiretamente, os caminhos das abordagens acadêmicas sobre o tema. E, ainda, sobre os desdobramentos analíticos que pautaram os estudos sobre a prática de castigos corporais na Marinha.

A superação da simples análise explicativa do fato histórico e dos castigos corporais como objeto principal de estudo é recente, e possibilitou o surgimento de abordagens com temáticas de maior amplitude. Isto abriu caminhos para o entendimento de práticas que, entre outros aspectos, institucionalizaram a instituição.

A Revolta dos Marinheiros de 1910 marcou a história naval brasileira, pois subverteu a hierarquia e a disciplina militares, já que subalternos tomaram os principais navios da Marinha do Brasil. Além do Encouraçado Deodoro, caíram nas mãos dos sublevados o Scout Bahia e os Encouraçados do tipo Dreadnought Minas Gerais e São Paulo, recém-adquiridos na Inglaterra, e considerados como os navios mais poderosos e modernos daquele período.

Inicialmente, foi vista pela imprensa como uma sublevação contra a chibata.

Para quem decidia analisar as questões relacionadas ao fato, esses poderiam ser os pontos fundamentais para iniciar uma análise. Entretanto, o ambiente social e político decorrente da campanha civilista, existente no final de 1910, despertou diversificados sentimentos que, conforme o posicionamento defendido, apoiaram, criticaram e, principalmente, produziram sentidos que disputaram espaços em defesa de interpretações próprias sobre o tema, que glorificavam ou condenavam as ações. Tais disputas influenciaram aqueles que se propuseram a estudar o tema e, ainda hoje, pautam os debates acerca do fato histórico.

Desse modo, as interpretações produzidas geraram diferentes estudos que envolveram uma gama diversificada de motivações, problematizações e conclusões sobre o tema, apresentando especificidades que devem ser observadas.

Os primeiros trabalhos que buscaram explicar o acontecimento não são acadêmicos, foram escritos em consonância com ideologias ou em defesa de setores incomodados com a memória que estava sendo construída, de apoio ou crítica aos marinheiros sublevados.

Embora não sejam incluídos na historiografia sobre a revolta, devem ser analisados por terem se consubstanciado em bibliografia para as abordagens historiográficas, pois muitos destes discursos foram escritos com base em testemunhos contemporâneos ao movimento. Continuamente, os aprofundamentos posteriores foram realizados a partir das possibilidades e limitações de cada estudo sobre o tema.

Em 1910, quando as primeiras informações surgiram, a imprensa não teve acesso ao manifesto dos marinheiros,<sup>1</sup> de modo que noticiaram que a principal contestação era contra a aplicação de castigos corporais, existentes até então na Marinha, ressaltando a capacidade de destruição dos navios em poder dos rebelados, e que tais vasos de guerra estavam sendo manobrados pelos subalternos.

As primeiras informações foram publicadas, principalmente, pelos jornais O Paiz, Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Diário de Notícias.<sup>2</sup> Sem tomarem conhecimento de todos os aspectos da revolta, fizeram a cobertura jornalística do movimento, consolidando a imagem de João Cândido Felisberto como líder do movimento e tornando-o conhecido como o “Almirante Negro”, ainda naquela época.

No decorrer da revolta, jornalistas e políticos perguntavam, por meio da imprensa e dos debates nas sessões do Congresso, sobre a existência de costume na Marinha que remetia ao período da escravidão. Segundo Álvaro Pereira do Nascimento (2008, p. 16), “a imprensa e o registro desses debates se tornaram as principais fontes utilizadas pelos que posteriormente escreveram sobre o tema”.

Em 1911, foi publicado o primeiro livro que abordou o fato, Política versus Marinha, onde o autor manteve-se no anonimato como o pseudônimo de Um Oficial da Armada – trabalhos posteriores indicaram que tenha sido escrito pelo Tenente José Eduardo de Macedo Soares. O autor construiu sua articulação em consonância com o pensamento vigente na época: o País seria governado por uma oligarquia corrupta causadora das turbulências políticas e sociais, e a sociedade estaria contaminada pelas raças degeneradas, causando a decadência moral em todos os níveis.

Além disso, tece críticas aos ex-Ministros da Marinha Júlio César de Noronha e

---

<sup>1</sup> MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. MOREL, Marco (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 96 - 100.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 81.

Alexandrino Faria de Alencar, este responsável pelo Programa Rumo ao Mar, que aparelhou a Esquadra com novos e modernos navios. Acusava-os de fazerem parte de uma farsa política e ignorar o problema militar que, segundo o autor, repousaria na educação e na forma de organização militar, de modo que a revolta seria explicada pela “superposição do problema do material sobre o problema do pessoal”.

Em consonância com as teorias científicas das raças humanas, que discutiam os diferentes níveis de evolução cultural associados ao fator racial, o autor considerou, também, que a revolta foi, na prática, um desmantelamento institucional causado pelas as raças degeneradas e pela corrupção oligárquica, e se nada fosse feito para salvar a nação, o país caminharia para a destruição. Para solucionar o problema, o oficial defendia a instalação de uma ditadura militar moralizadora, cabendo aos militares expurgar os elementos nefastos.

Uma pequena autobiografia foi escrita logo após a rebelião, e posteriormente foi publicada parcialmente com o título Memórias de João Cândido, o marinheiro, na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. Foram doze capítulos, entre 1912 e 1913, após receber diversas intervenções dos redatores do jornal<sup>3</sup> de modo a reforçar a imagem de João Cândido como líder do movimento.

Em 1934, alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro buscavam apoio de mais simpatizantes, tanto para a causa comunista quanto para sustentar o apoio ao movimento da Aliança Nacional Libertadora. Assim, o médico Adão Manuel Pereira Nunes, utilizando o pseudônimo Benedito Paulo, escreveu e publicou clandestinamente, um livro intitulado A Revolta de João Cândido.

O médico apresentou uma narrativa histórica utilizando uma linguagem ficcional, na qual utilizou a produção de diálogos imaginados, intercalados por documentos do período da revolta e por escritos detalhados dos acontecimentos.<sup>4</sup> Nesses diálogos, os posicionamentos dos marinheiros e a resposta do governo foram apresentados como uma luta pelo poder político, a qual estava realmente se desencadeando no âmbito da sociedade da década de 1930.

3 MOREL, Marco. As últimas chibatadas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 44, Mai. 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2384>. Acesso em: 25 jun. 2010.

A 5ª edição do livro *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*, escrito por Edmar Morel, foi organizada por Marco Morel, que incorporou as memórias de João Cândido no Anexo I, sob o título “A vida de João Cândido – ou o sonho da liberdade”.

4 PAULO, Benedito (pseudônimo de Adão Pereira Nunes). **A Revolta de João Cândido**. Porto Alegre: Independência, 1934.

Na introdução, Nunes convoca marinheiros e soldados para se unirem aos camponeses, aos operários e aos intelectuais, a fim de continuarem “a luta dos pequenos contra os grandes” até o fim.<sup>5</sup> Ou seja, a proposta do autor é evidenciar a luta entre dominados e dominantes, ou melhor, a luta de classes. Para ele, a revolta foi uma luta dos pobres contra os ricos, por intermédio da busca pela liberdade e contra a repressão vivida pelos marinheiros até 1910, que seria apoiada pelos governos e pelas classes dominantes, com características desumanas e corruptas.

Para o autor, a revolta foi um fracasso porque os marinheiros, embora dotados de uma consciência de classe entre si, configuravam um grupo homogêneo com características rudes e ignorantes, necessitando de educação e “doutrina” a fim de atingir a consciência de que fazem parte das classes oprimidas. Nesse sentido, todo e qualquer movimento isolado do conjunto dos oprimidos estaria fadado ao fracasso.

As disputas em torno da memória do fato histórico e dos seus supostos líderes continuaram presentes na imprensa e em atos políticos. Isto ocasionou o surgimento de uma carta apócrifa, enviada em 1949, ao Comandante Luiz Aufran de Alencastro Graça, que se envolvera nestes debates pela imprensa. A carta contestava a liderança da revolta, atribuindo-a a Francisco Dias Martins, “comandante” revoltoso do Bahia. Assim, nota-se que o eixo dessas disputas se deslocou da tomada da revolta em prol da defesa de ações revolucionárias, militarista ou comunista, para a exaltação, depreciação e, também, contestação da liderança do movimento.<sup>6</sup>

Em 1949, o Comandante Pereira da Cunha, que foi Chefe de Gabinete do Ministro Joaquim Marques Batista de Leão, durante a revolta, publicou na Revista Marítima Brasileira o trabalho intitulado “A revolta na Esquadra Brasileira em novembro e dezembro de 1910”.

No texto, o autor destaca a formação de uma imagem negativa em relação aos oficiais da Marinha, construída pela imprensa e pelos políticos civilistas. E destaca o descompasso entre uma modernização desordenada e fora da realidade da Marinha, e o atraso das guarnições, abordado pela lógica das teorias científicas das raças humanas, de modo que considera a revolta como “inevitável e quase justa”.

---

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>6</sup> ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 295 – 306.

A originalidade do texto se deu pela organização de documentos sobre a revolta, a partir dos quais o autor afirma produzir um “conhecimento elaborado cientificamente”, tratando o fato como objeto de análise para produzir uma “verdade histórica”, entretanto a operação se perde pela exclusão dos escritos da imprensa contrária e dos políticos civilistas.

Trata-se de um texto que reúne além de documentos, testemunhos contemporâneos à revolta, o que, aparentemente, o torna um compêndio de análises voltadas para a informação do público interno em um contexto de debates exaltados na imprensa.

Em 1958, o jornalista Edmar Morel publicou um significativo estudo sobre o movimento. Seu trabalho foi tão relevante que a revolta passou a ser conhecida, inclusive nos meios acadêmicos, pelo título do seu livro, *A Revolta da Chibata – Subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo Marinheiro João Cândido em 1910*.<sup>7</sup> O autor utilizou diversas fontes, desde artigos da imprensa, documentos da Marinha e registros dos debates ocorridos no Congresso Nacional. Além disso, lançou mão dos discursos anteriores sobre a revolta, abrangendo os depoimentos de oficiais da Marinha, juristas, políticos e, principalmente, o de João Cândido.

O livro se caracteriza como uma obra jornalística, cuja função maior foi denunciar a política, exaltar a revolta e as ações do seu mais conhecido líder. Por outro lado, foi também uma resposta aos discursos das décadas anteriores.

Edmar Morel foi pioneiro em tratar o fato histórico inserido em um processo maior, provocando uma mistura de exaltação e repúdio. Nesse sentido, a abordagem do jornalista constitui-se como denúncia das injustiças sociais, políticas e econômicas que teriam gerado o movimento e o desfecho dos acontecimentos, perpetrados pela Marinha e pelo Governo, contra os anistiados.

O eixo central do livro é a história de João Cândido, tendo como base a história da revolta. Morel dialoga com os discursos dos oficiais e com o livro do médico Adão Pereira Nunes, bem como interpreta as iniciativas contrárias a qualquer lembrança da revolta.

O livro foi um sucesso de vendas e tornou-se tão importante que, posteriormente, serviu como fonte dos estudos sobre o movimento, tanto para os simpatizantes e críticos do movimento, quanto para os historiadores que se aprofundaram recentemente nesta

7 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1958.

temática.

Morel retomou o paradigma da “luta de classes”, explicando a revolta como a luta dos oprimidos contra os opressores. Além disso, contribuiu significativamente para a construção de uma imagem heroica de João Cândido, segundo ele, o “herói da ralé”. No discurso enaltecedor de Morel, a trajetória de vida do marinheiro emerge para fundamentar a imagem de João Cândido como um herói popular, e um símbolo das lutas sociais e, também, raciais.

No ano seguinte, o diretor do antigo Serviço de Documentação-Geral da Marinha convidou o Comandante Luís Alves de Oliveira Belo para realizar uma pesquisa sobre a “verdadeira história” da revolta. Ao mesmo tempo, o Clube Naval criou uma comissão para apresentar uma história imparcial que representasse “a verdade” sobre os fatos que ocorreram em 1910. Essas iniciativas foram unificadas, porém não foram concluídas.

Em 1960, Oliveira Belo solicitou afastamento da pesquisa por motivos de saúde. Porém, enviou, meses antes, ao Serviço de Documentação, um texto intitulado Sucintos elementos autênticos da vida do ex-marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra entre os anos de 1895-1912.

O texto do oficial, embora não tenha sido publicado, é o primeiro, entre os textos dos oficiais, a tratar dos fatos ocorridos após a revolta, o que denota o seu caráter de resposta ao trabalho de Morel. E embora apresente João Cândido como líder simbólico da revolta, o autor nega as teses de Morel, e apresenta o suposto líder como um marinheiro comum, medíocre e desprovido de qualificação, repetindo os argumentos das teses dos militares que apresentaram seus relatos nos anos posteriores ao movimento. Nesse sentido, a abordagem de resposta apresentou o marinheiro como mais um degenerado da sua raça e covarde, contestando sua liderança durante o movimento de 1910.

O livro de Edmar Morel recebeu mais quatro edições, 1963, 1979, 1986 e 2009 (esta foi organizada e comentada pelo seu neto, o historiador Marco Morel). A cada lançamento, o livro era atualizado, anexando os ditos decorrentes das edições anteriores, novos comentários sobre a vida de João Cândido e sobre os atos de censura sofridos.

No início da década de 1980, a memória de João Cândido, construída por Edmar Morel foi apropriada por diversos movimentos populares. Assim, às vésperas do Centenário

da Abolição, os debates sobre as questões raciais foram intensificados. E a imagem de herói, já consolidada entre os movimentos populares, ressurgiu no cenário das questões raciais, relacionando sua luta ao combate ao preconceito racial.

Na edição de 1986, Edmar Morel anexou o estudo realizado por Oliveira Belo na quarta edição de *A Revolta da Chibata*, como sendo a “visão oficial” da Marinha, o que lhe proporcionou a possibilidade de criticar a abordagem proposta por Oliveira Belo, bem como reforçar seus argumentos, no intuito de exaltar os feitos da revolta e enaltecer a imagem heroica do marinheiro João Cândido.<sup>8</sup>

O tema como objeto central de pesquisa só chegou na academia em 1982, quando Mário Maestri publicou o livro “1910: a revolta dos marinheiros – uma saga negra”,<sup>9</sup> no qual mantém a abordagem da revolta dentro da concepção das “lutas de classes”. Segundo o autor, tratou-se de uma oposição a opressão engendrada pelos escalões superiores de uma sociedade pautada pelo modo de vida burguês, característico do início do século XX. Seu livro é uma exaltação à luta em busca dos direitos civis e da igualdade racial, os quais estavam sendo negligenciados, tanto no âmbito interno da Marinha de Guerra, quanto na própria sociedade da época.

Na mesma linha de Adão Pereira Nunes, Maestri defende que a conquista da anistia foi uma vitória significativa para os marinheiros revoltosos, porém observou que a maior perda se deu porque eles agiram isoladamente e, por isso, não receberam o apoio da força dos trabalhadores de terra, dos operários e dos camponeses. Apesar desta situação, o autor considerou a revolta vitoriosa, pois suas reivindicações foram analisadas e o movimento assumiu o papel de luta pela cidadania, tema que começava a pautar os debates políticos e sociais da década 1980.

Marcos Antônio da Silva também publicou seu livro *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*, em 1982.<sup>10</sup> Seguindo o mesmo tipo de abordagem apresentada por Maestri, a revolta seria um conflito de classes, dentro do paradigma marxista da história. Além disso, este autor deu grande importância aos discursos da imprensa que tinha

8 A 5ª edição do livro *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*, escrito por Edmar Morel, foi organizada por Marco Morel, que incorporou a abordagem do Comandante Luís Alves de Oliveira Belo no Anexo III, sob o título “Versão oficial”. O próprio Edmar Morel o fez na 4ª edição da mesma obra.

9 MAESTRI, Mário. **1910: A revolta dos marinheiros – uma saga negra**. São Paulo: Global, 1982.

10 SILVA, Marcos Antônio da. **Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ligações com as associações de operários, reforçando o discurso de luta de classes entre dominantes e dominados. Nesse sentido, Marcos Silva demonstrou a simpatia existente nos setores operários pelo movimento dos marinheiros revoltosos, de modo que o operariado foi apresentado com uma consciência mais ampla da situação, visualizando as ações dos marinheiros como uma revolta dos setores mais baixos da sociedade contra a opressão das elites.

Marcos Silva e Mário Maestri identificaram os marinheiros e os oficiais como grupos rivais, considerando-os em posições contrárias, de modo que suas análises foram reduzidas a um confronto entre dominantes e dominados.

Em 1988, o historiador naval Almirante Helio Leoncio Martins publicou A Revolta dos Marinheiros 1910. O livro é, de fato, a versão oficial da Marinha, tendo sido incluído no quinto volume da História Naval Brasileira em 1997. O autor destaca os problemas gerais de interpretação. Critica os autores, oficiais de Marinha, que na defesa da corporação em relação aos ataques da imprensa e de políticos, enfocaram tão somente no que a revolta representou de mais perverso, e os autores de esquerda, que transformaram uma revolta militar em movimento popular, a fim de fundamentar proselitismos ideológicos.

Basicamente, Leoncio aponta como as causas da revolta, a existência de um descompasso entre os elementos recrutados para a Marinha e os complexos sistemas dos modernos navios de guerra adquiridos, os quais exigiram o embarque de elementos especializados, gerando a existência simultânea de dois tipos de marinheiros controlados por um regulamento disciplinar que não acompanhou a modernização da Marinha. Para o autor, os marinheiros antigos sentiam-se incomodados com o trabalho nas unidades modernas, que era muito diferente do trabalho executado nos veleiros, e por outro lado, os jovens marinheiros repudiavam as chibatadas e todo o cerimonial que envolvia a aplicação dos castigos. Desse modo, o Almirante sustenta que foram os jovens marinheiros especializados, que guarneceram os navios mais complexos e poderosos da Marinha, que tramaram e organizaram a revolta, e apresenta como principal líder do movimento, o marinheiro Francisco Dias Martins.

A obra é a primeira a tratar das heterogeneidades existentes na tripulação dos navios e a introduzir os castigos corporais como prática da cultura marítima, apresentando

comparações com outras Marinhas e a própria história do declínio dessas práticas.

Embora a compreensão da revolta com justificativa possa aparentemente limitar a operação histórica do autor, o livro torna-se importante para compreender a revolta para além do fato histórico, como um processo com aspectos remotos e diversificados, e passível de disputas em torno da sua memória.

Álvaro Pereira do Nascimento publicou o livro “Aressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial” em 2001,<sup>11</sup> decorrente dos estudos realizados para a sua dissertação de Mestrado em 1997. É o primeiro trabalho a se afastar da revolta de 1910, analisando o recrutamento e a situação dos marinheiros nas décadas anteriores e posteriores ao término do Império. Assim, aprofundou os estudos sobre o tema, e apresentou uma nova abordagem, argumentando que o movimento não era simplesmente uma revolta contra a chibata, de modo que buscou explicar as mudanças no questionamento do sistema punitivo, em decorrência das alterações na legislação que regulava a disciplina. Assim, demonstrou que o castigo corporal fazia parte das relações entre oficiais e praças, durante o século XIX, sem ter sido questionado até o início da República.

O autor defende que após algumas mudanças na legislação, no início da República, começaram a ocorrer as primeiras contestações sobre a validade dos castigos. Deste modo, observou que a sobrecarga de trabalho decorreu da chegada dos navios mais modernos, que exigiam mais quantidade de homens. E como a capacidade de recrutamento não atendeu a demanda existente, as irritações e os castigos aumentaram consideravelmente.

Por outro lado, a originalidade da análise dos aspectos das mudanças nos regulamentos para o entendimento do processo se perderam no trabalho do autor, por ele não conseguir identificar as heterogeneidades existentes entre os marinheiros. O que nos leva a impressão de serem apresentados como um grupo apostado e antagônico aos oficiais – isto era uma crítica que o autor fazia aos trabalhos anteriores.

Em 2001, José Miguel Arias Neto, na sua tese de doutoramento, *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*, superou as abordagens que se baseavam na luta de classes para entender a revolta, considerando a Marinha como parte do Estado. O autor abordou a instituição dentro da organização do poder estatal,

<sup>11</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A resaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

e como tal, suscetível aos movimentos ocorridos na nação que pressionariam as Forças Armadas por modificações no sentido de manter a ordem desejada pelo governo. O autor assumiu como problemática central os esforços desencadeados pelos marinheiros para garantirem os aspectos legais da cidadania, dentro de um contexto de implantação de modificações tecnológicas, de quadros aperfeiçoados e de mudanças nos regulamentos.<sup>12</sup> Em linhas gerais, sua abordagem apresentou as dinâmicas existentes nas relações entre os marinheiros, e como eles se articularam na busca do que entendiam como cidadania, até o momento de inflexão caracterizado pelo movimento de 1910.

Em 2008, Álvaro Pereira do Nascimento publicou outro livro com título *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*,<sup>13</sup> no qual aprofundou sua abordagem sobre o tema, dessa vez identificando a inexistência de homogeneidade entre os marinheiros e, também, entre os oficiais, apontando a possibilidade de entender a complexidade das relações entre estes dois grupos anteriormente considerados como rivais, e em posições antagônicas. Desse modo, analisou a origem social dos marinheiros, as formas de alistamento, e as mudanças de valores e costumes dos marinheiros. Assim, partindo da concepção de instituição fechada, procurou entender o sentido dos castigos corporais, entre oficiais e praças. E, portanto, compreender a ausência de contestações dos mesmos castigos durante o Império, bem como fundamentar as relações possíveis entre um grupo e outro, de modo a perceber as ações empreendidas pela marujada no sentido de desenvolverem um projeto afirmativo de cidadania, expresso nas suas reivindicações durante a revolta de 1910.<sup>14</sup> Para tal, o autor analisou as complexidades destas relações, identificando as faltas disciplinares que mais desagradavam os oficiais e, por outro lado, as oportunidades de ascensão na carreira dos marinheiros, e os prejuízos que eles poderiam sofrer caso se juntassem aos marinheiros mais faltosos ou fossem envolvidos, voluntariamente ou não, pelas artimanhas dos marinheiros indisciplinados.

Helio Leoncio Martins, José Miguel Arias Neto e Álvaro Pereira do Nascimento são,

---

<sup>12</sup> ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>13</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2008.

<sup>14</sup> *Id.* “Ordem e Liberdade”: proposta da marujada cidadã. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.447-471.

provavelmente, os historiadores que mais se aprofundaram nas questões relacionadas à abordagem contemporânea do processo que desencadeou este fato histórico da História Naval Brasileira, de modo que seus questionamentos assumiram importância considerável para qualquer trabalho sobre o tema.

Entretanto, estas não são as únicas perspectivas possíveis. Assim, considero que a Revolta dos Marinheiros de 1910 está inserida em um tema maior relacionado às práticas disciplinares, que transcendem o fato histórico em si.

Tendo os Livros de Socorros como fonte de pesquisa, é possível identificar todos os elementos que passaram pelos navios, bem como idade, cor, origem e punições, e, também, suas demandas individuais, e a partir daí, compreender as heterogeneidades existentes a bordo e estratégias individuais mais comuns. A operação não é fácil, mas aliada às modificações na legislação, principalmente as que regularam corpos, quadros e vencimentos, é possível compreender tanto as mudanças nos modos de vigilância, desvinculando-a da simples relação oficial versus marinheiro, quanto as punições disciplinares aplicadas de forma diferenciada aos grupos existentes a bordo, que se distinguiam pelo tipo de trabalho executado.

Para além da “história-revolta”, importa, também, compreender como foi possível, dentro daquele sistema disciplinar, operar o mais elementar espaço de trabalho de uma Marinha – o navio.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ARIAS NETO, José Miguel. Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta “Trajano”: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro.
- CUNHA, H. Pereira da. A revolta na esquadra brasileira em novembro de

- dezembro de 1910. Separata da Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953.
- MAESTRI, Mário. 1910: A revolta dos marinheiros – uma saga negra. São Paulo: Global, 1982.
  - MARTINS, Hélio Leôncio. A revolta dos marinheiros: 1910. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.
  - MOREL, Edmar. A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1958.
  - \_\_\_\_\_ . A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910. MOREL, Marco. (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
  - MOREL, Marco. As últimas chibatadas. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 44, Mai. 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2384>. Acesso em: 25 jun. 2010.
  - NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
  - \_\_\_\_\_ . Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2008.
  - \_\_\_\_\_ . “Ordem e Liberdade”: proposta da marujada cidadã. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). Nação e Cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.447-471.
  - PAULO, Benedito ( Adão Manuel Pereira Nunes). A revolta de João Candido. Porto Alegre: Independência, 1934.
  - SILVA, Marcos Antônio da. Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo: Brasiliense, 1982.
  - UM OFICIAL DA ARMADA. Política versus Marinha. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d.

CONTENÇÃO AO PODER POLÍTICO EXERCIDO PELOS MILITARES NA  
REPÚBLICA VELHA (1889-1930): OS ARGUMENTOS POLÍTICO-JURÍDICOS DE  
HÉLIO LOBO E CHRYSÓLITO DE GUSMÃO.

*por Susi Castro Silva<sup>1</sup>*

O poder. Seguindo a corrente weberiana, pressupomos a sua finitude, sua perda líquida na medida em que é distribuído<sup>2</sup>. Tratando-se de poder político, legitima-se quando um grupo social é autorizado pelos demais a utilizar com exclusividade a força<sup>3</sup>. Essa exclusividade é respaldada por um aparato jurídico que criminaliza e sanciona o uso da força por quem não está legitimado a fazê-lo<sup>4</sup>. Para lançar mão da força, entretanto, o poder político precisa deter sob o seu comando um poder militar. Este poderá ser empregado nas modalidades coercitiva ou persuasiva, de maneira violenta, por ação direta sobre o corpo e/ou mente, ou de maneira não violenta, pela limitação física da liberdade de ação<sup>5</sup>. Sem o poder militar, o poder político legítimo é poder por direito, mas não é poder de fato.

O poder militar, indissociável do conceito de poder *latu sensu*<sup>6</sup>, é a própria força em potencial, é poder de fato. Por dedução da lógica weberiana, o poder político legítimo e o poder militar, quando concentrados em um mesmo grupo social, expressariam maior força, por concentrarem maior poder de coerção e de persuasão.

Concentrado, porém, o poder é menos controlável por outros grupos sociais de poder. Dessa forma, à primeira vista, poderiam ser vislumbradas como soluções de controle o enfraquecimento do poder de fato das forças militares, bem como a sua deslegitimação como agente político. Mas vejamos o caso brasileiro, analisando a construção do poder político do Exército até o final da República Velha e a tentativa de contê-lo através de argumentos político-jurídicos.

1 Especialista em História Militar pela UNISUL, Bacharel em Direito pela UFCE, Licenciatura em Letras pela UNIME. Serviu no Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação da Força Aérea Brasileira.

2 ALSINA JR, João Paulo Soares. **Política externa e poder militar no Brasil**: universos paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 19-20.

3 BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: A filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução de Daniela Beccaccia. Organização de Michelangelo Bovero Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 164-165.

4 KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 29-30.

5 SILVA, Susi Castro. **O uso do Direito como estratégia militar**: a cessão do comando das forças aéreas e navais do Nordeste aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra. 2013. 74f. Monografia (Pós-Graduação em História Militar). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2013. p. 19-23; 39-43.

6 ALSINA JR., 2009, p. 20.

## 1. O ESTABELECIMENTO DO DISSÍDIO

Conforme Bobbio (2000), um dos traços característicos da concepção realista de Weber sobre a política é que

a esfera da política é a esfera onde se desenvolvem as relações de potência (*Macht*) e de poder (*Herrschaft*), relações que são marcadas pela luta incessante entre indivíduos, grupos, classes, raças, nações, cujo objetivo é sempre o poder na dúplice forma de poder de fato e poder legítimo. (BOBBIO, 2000, p. 132, grifo do autor).

Esse combate incessante inerente à política explica porque, quando pertencentes a grupos sociais diversos, o poder militar (poder de fato) pode voltar-se contra o poder político (legítimo ou não), através de dissídio, insubordinação ou mesmo usurpação de poder.

Do período colonial à sua independência política, o Brasil não contava com uma força militar nacional. Conforme fossem necessários, regimentos inteiros e seus comandantes vinham de Portugal<sup>7</sup>, uniam-se às forças locais e atuavam de improviso. O serviço militar era visto com repulsa pelos locais, sobretudo por conta do mau pagamento, e atrasado, e dos castigos corporais. A maioria dos oficiais, por sua vez, descendentes dos servidores monárquicos, ou seja, pertencentes à nobreza portuguesa, sequer eram oficiais de carreira<sup>8</sup>. Ingressavam na hierarquia já em postos elevados e não se especializavam em atividades militares, servindo em “funções de comando político”<sup>9</sup>.

Além do preconceito lusitano<sup>10</sup>, o contraste entre a pompa dos títulos nobiliárquicos dos oficiais e a miséria dos soldados recrutados à força, bem como o caráter excludente das promoções militares<sup>11</sup> incitaram as primeiras rivalidades entre portugueses e brasileiros. Inicialmente, ainda no período colonial, essas rivalidades eram extravasadas através de atos de indisciplina e práticas de deserção, apesar da severidade das penalidades previstas, tais

7 MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 239.

8 MAGALHÃES, 1998, p. 212-214.

9 FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2012. p. 387.

10 É exemplo desse preconceito a observação do Marquês do Lavradio. Ele “*assinala que o espírito da gente brasileira não é militar, formando-se de um misto de docilidade, orgulho, vaidade, sobriedade e preguiça. Era robusta de arcar com qualquer trabalho, nada fazia, porém, sem ser mandada.*” (MAGALHÃES, 1998, p. 213).

11 “*Pelo regimento de 10 de dezembro de 1570, dos capitães-mores e mais capitães e oficiais, o princípio das promoções dos quadros das companhias é o da eleição pelos oficiais a pessoas da governança; acima desse posto é o da escolha pelos governadores das armas, capitães-mores etc.*” (MAGALHÃES, 1998, p. 214).

como as penas de mutilação e de morte<sup>12</sup>.

Não surpreende, portanto, que uma das primeiras providências da Corte portuguesa ao chegar ao Brasil em 1808 tenha sido a criação do Conselho Supremo Militar e de Justiça em 1º de abril do mesmo ano. Como órgão de decisão em última instância, o objetivo era a administração da disciplina militar, para que os processos terminassem o “quanto antes, e com a regularidade e exatidão que convém.” (RIBEIRO, 2008, p. 24). Seus membros eram nomeados pela Corte, que mantinha total controle sobre o seu funcionamento<sup>13</sup>. Ou seja, a “justiça” era feita pelos detentores do poder político.

Assim como nos órgãos de justiça, predominavam nos demais cargos de administração pública, aventureiros “necessitados e sem princípios” vindos com a Corte portuguesa. Mais interessados em enriquecer do que no desenvolvimento do país, provocavam indignação nos brasileiros natos, sobretudo nas províncias mais distantes das benesses distribuídas por D. João VI no Rio de Janeiro<sup>14</sup>.

Mas a predominância de oficiais portugueses em relação aos brasileiros, especialmente depois de perderem utilidade em Portugal com o fim das guerras napoleônicas, é que teria causado maior discórdia<sup>15</sup>. Conforme Mcbeth (1978), o historiador John Luccock noticia que

Portuguese troops “arrived with such equipment, discipline, feelings and habits as they had acquired under the Duke of Wellington; and the appearance they made, conspired with the distinctions which they received, to create a great jealousy in the Brazilian Army. (MACBETH, 1978, p. 119).

Esse “ciúme” associado à alegação de maus-tratos de soldados brasileiros por oficiais portugueses teria sido o motivo da participação de militares na Revolução Pernambucana em 1817<sup>16</sup>. Seu líder, Domingos José Martins, teria arregimentado vários militares insatisfeitos em torno de ideias liberais emancipatórias com as quais tivera contato na Europa. Foi fuzilado e a Revolução contida.

12 MAGALHÃES, 1998, p. 212-219.

13 RIBEIRO, Luciano Roberto Melo. **200 anos de Justiça Militar no Brasil, 1808 – 2008**. Rio de Janeiro: Action Ed., 2008. p. 30.

14 ARMITAGE, John. **Historia do Brazil**: desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1837. p. 10; 12.

15 MCBETH, Michael. The Brazilian Army and Its Role in the abdication of Pedro I. **Luso-Brazilian Review**. University of Wisconsin Press, v. 15, n. 1, summer, 1978. pp. 117-129. p. 119. Disponível em: < <http://www.jstor.org>>. Acesso em: 28 set. 2014.

16 MCBETH, 1978, p. 119.

Das tropas trazidas de Portugal para conter essa Revolução, um batalhão inteiro permaneceu em Pernambuco e, a partir daí, conforme Armitage (1837, p. 13), “as tropas brasileiras [sic] foram tratadas com pouca consideração”. A animosidade chegou ao ponto de o comandante militar português, Vicente Antônio de Oliveira, requisitar pessoalmente e formalmente a D. João VI que os brasileiros não fossem promovidos a posto maior que o de capitão<sup>17</sup>.

O que até então era visto como rivalidade ou mero ciúme brasileiro, após a Revolução Pernambucana passou a despertar uma desconfiança não declarada por parte de D. João VI que, embora não tenha atendido oficialmente à requisição do comandante português, a partir dali passou a conferir altas patentes quase que exclusivamente aos portugueses. Armitage (1837) conclui que o “gérmen do descontentamento” entre os militares foi disseminado justamente por conta dessas medidas que tentavam contê-lo<sup>18</sup>. O poder militar brasileiro, portanto, já emergia em dissídio com o poder político português.

## 2. A INSUBORDINAÇÃO

Como agravante aos problemas militares, os recursos definham quando, em 1820, a revolução Liberal em Portugal demandou o retorno de D. João VI. Com ele partiu a Marinha de Guerra e mais de três mil pessoas levando o que podiam em dinheiro<sup>19</sup>. Além do desfalque na Marinha, os regimentos de infantaria e cavalaria encontravam-se desordenados e a maioria dos portugueses que compunham a milícia se opunha à autonomia brasileira<sup>20</sup>. E assim as tropas permaneceram até D. Pedro I assumir o poder.

Após declarar a Independência política brasileira em relação a Portugal, D. Pedro I organizou com urgência um exército nacional no qual pudesse confiar. Pretendia dirigi-lo conforme seus interesses políticos, sobretudo contra a corrente que desejava o restabelecimento da união com Portugal<sup>21</sup>. Através do art. 145 da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de Março de 1824, estabeleceu como objetivos para a força militar:

17 ARMITAGE, 1837, p. 13.

18 *Ibid.*, 1837, p. 14.

19 *Ibid.*, p. 24.

20 MAGALHÃES, 1998, p. 242-243.

21 *Ibid.*, 1998, 254.

“sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”. Pelo art. 147, que prescreve que “A Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legítima”, resguardou juridicamente a subordinação do poder militar ao seu poder político.

Contudo, conforme Mcbeth (1978, p. 119, grifo nosso),

although some twenty-seven generals returned to Europe from 1821 to 1823, during the First Empire, nearly **one-half of all the generals in the new Imperial Army were Portuguese-born**. This incorporation of large numbers of Portuguese officers into the army increased popular suspicion of the institution and made it a frequent target for the outbursts of xenophobia in the period. It also carried the animosity and rivalry between Brazilian and Portuguese officers into the new Imperial Army.

Não bastasse esse excesso de oficiais portugueses, D. Pedro I contratou militares estrangeiros e mercenários, na maioria alemães e irlandeses, pois teriam a vantagem de “serem alheios às paixões políticas que agitavam o Brasil, resultantes das dissensões persistentes entre portugueses e brasileiros” (MAGALHÃES, 1998, p. 253). Não pela forma injuriosa com que foram recebidos pelos brasileiros<sup>22</sup>, mas pelos problemas que causaram, a exemplo da Revolta dos Estrangeiros em 1828, que custou quase uma centena de vidas<sup>23</sup>, foram dissolvidos os batalhões de estrangeiros pelo Decreto de 20 de dezembro de 1830. Este também alcançava os portugueses que não estivessem de acordo com a Independência brasileira<sup>24</sup>.

Para Mcbeth (1978), a dissolução dos batalhões estrangeiros foi uma vitória dos políticos liberais que empreenderam um golpe certo contra o exército, pois temiam que D. Pedro I o empregasse para restaurar o absolutismo. Os liberais teriam agregado o poder persuasivo da imprensa<sup>25</sup> ao interesse dos parlamentares pelo corte de gastos com o exército, conseguindo reduzir a tropa de vinte mil homens para apenas quatorze mil e

22 Cerca de três mil emigrados irlandeses desembarcaram em janeiro de 1828 no Rio de Janeiro. “*Forão [sic] logo conduzidos para os quartéis da rua dos Barbonos, entre os insultos da população [sic] e escarneo [sic] da multidão dos negros, vozeando e batendo palmas, pela aparição dos escravos brancos, como se dignarão a appellar os desgraçados Irlandeses. Este extraordinário acolhimento deu lugar a que os colonos se julgassem trahidos [sic] (...)*”. (ARMITAGE, 1837, 213).

23 ARMITAGE, 1837, 214-215.

24 MAGALHÃES, 1998, p. 254.

25 Segundo Pandolfi (2012), a partir de 1829, quando D. Pedro concedeu liberdade à imprensa em troca da aprovação pela Assembleia de cortes no orçamento, abriu espaço para a radicalização da opinião pública à sua figura, para o estabelecimento de um canal de comunicação em os liberais, e para a divulgação de ideais constitucionalistas. Segundo a autora, em 1831 o *Republico*, jornal carioca, teria se colocado como “*porta-voz dos conflitos internos ocorridos no exército, divulgando e denunciando casos de abuso de autoridade nessa corporação*”. (PANDOLFI, 2012, p. 289).

quinientos. Consequentemente,

many bitter, unemployed soldiers, both foreign and Brazilian, were wandering the streets of Rio in the period from mid-December, 1830 to April, 1831, when liberals moved to exploit the tensions and frustrations in the Imperial Army. (MCBETH, 1978, p. 124)

No período entre 1825 e 1828, por ocasião da Guerra da Cisplatina, o Exército Imperial já havia sofrido as suas maiores perdas. A fachada de corporação unida, o moral e a dignidade foram deixados nas trincheiras nas quais ficaram encurralados. Mantendo-se apenas na defensiva, carecendo de alimentos, roupas e equipamentos, sofrendo com as baixas temperaturas, o Exército perdeu milhares de homens por morte ou deserção<sup>26</sup>. Terminada a Guerra, muitos desses desertores passaram a vagar pela província praticando todo tipo de violência, propagando tanto o terror como a desmoralização dos oficiais que, por falta de experiência, não tinham mantido o controle sobre a tropa<sup>27</sup>.

Para Mcbeth (1978), os oficiais acabaram colocando a política, que acreditavam ter como missão, acima de seus deveres militares. Também acreditavam que detinham total controle sobre os soldados bem como o direito de decidir nos casos de conflito entre o Executivo e o Legislativo<sup>28</sup>. Na prática, eram bastante criticados pelas condenações sumárias que empreendiam, quando integrantes das Comissões Militares, e por serem julgados por seus próprios comandantes nos casos de desvios de conduta<sup>29</sup>. Em 1830, os liberais chegaram a elaborar um projeto propondo a extinção do Conselho Supremo Militar, mas prevaleceram as tradições portuguesas com o apoio dos políticos conservadores<sup>30</sup>. Acreditamos que tenha sido a partir daí que, no Brasil, argumentos político-jurídicos tenham sido empregados para criticar a detenção de poderes não bélico-operacionais por parte dos militares.

Nessa época, os quadros do Exército já contavam com oficiais brasileiros provenientes de classes preteridas pelo poder político vigente, pois desde 1824 os recrutados

26 Ver os relatos do oficial alemão Carl Friedrich Gustav Seidler em SEIDLER, Carl Friedrich Gustav. **História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835**. Tradução e introdução de Alfredo de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Biblioteca Pedagógica Brasileira – Brasileira, série 5ª, v. 159. p. 54-63.

27 MCBETH, 1978, p. 121.

28 *Ibid.*, p. 123.

29 Conforme Ribeiro (2008), as Comissões Militares foram criadas logo após a Independência para processar e julgar rapidamente os líderes das insurreições regionais.

30 RIBEIRO, 2008, p. 28.

à força e os voluntários, depois que servissem por certo tempo, poderiam se matricular na Escola Militar para a formação de cadetes, e estes poderiam ascender ao oficialato através de concursos de capacidade<sup>31</sup>. De modo geral, por pagar pouco e proporcionar quase nenhum prestígio social, o Exército foi sendo deixado “aos moços pobres”, o que aproximou a instituição das causas populares<sup>32</sup> e das ideias liberais ditas emancipatórias.

Partindo dessas ideias “liberais”, alguns militares também tomaram coragem para vingar seus infortúnios, a exemplo do Marquês de Barbacena, que teria sido demitido da chefia de Gabinete sob condições humilhantes, e do Francisco de Lima e Silva, que teria sido afastado do comando das tropas da capital carioca<sup>33</sup>. Esses e outros, que tomaram fôlego com os protestos da imprensa liberal contra o despedimento de brasileiros, não percebiam que o fortalecimento do Exército não fazia parte dos planos dos políticos liberais, que pretendiam tão somente juntá-lo ao grupo dos revoltados contra o Império.

Indignados pelos mais diversos motivos, em seis de abril de 1831, milhares de oficiais, soldados e milicianos uniram-se a vários civis no Campo de Santa Anna no Rio de Janeiro, para protestar contra D. Pedro I e suas políticas. Conforme Armitage (1837, p. 304, apud MCBETH, 1978, p. 122),

Esse mesmo exercito que D. Pedro havia organizado com tanto sacrificio, que havia mantido com tamanho prejuizo de sua popularidade, e sobre o qual havia depositado mais confiança do que sobre o povo, estava destinado a trahi-lo; e aquelles que elle havia enchido de distincões e de beneficies, não forão mais escrupulosos no seu abandono do que os outros. [sic]

A insubordinação do poder militar ao poder político Imperial chegava ao ápice, sendo determinante para a deslegitimar a detenção do poder por D. Pedro I. Este, não podendo contar com as tropas, no dia seguinte abdicou em favor de seu filho de cinco anos de idade, e partiu para a Europa.

Conforme MCBETH (1978), toda a disciplina desapareceu do Exército após a abdicação do Imperador. Havia soldados e oficiais aliados às mais diversas facções políticas: liberais vs absolutistas; moderados vs militantes; monarquistas vs republicanos; federalistas vs

31 FAORO, 2012, p. 387.

32 TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 11.

33 MCBETH, 1978, p. 125.

centralistas; brasileiros vs portugueses. O ano de 1831 teria sido, em toda a história política brasileira, o auge da indisciplina nos quartéis, dada a proliferação de insubordinações e o rebentar de revoltas militares em vários lugares do país<sup>34</sup>.

### 3. O REPRESENTANTE

No mesmo dia da abdicação, o poder político foi assumido por uma Regência trina provisória, sendo um dos Regentes o comandante Francisco de Lima e Silva, que havia mobilizado tropas para o Campo de Santa Anna para o fatal protesto contra D. Pedro I. As principais ações da Regência provisória foram a concessão de anistia aos presos políticos e a convocação de parlamentares para a eleição da Regência trina permanente. Essa eleição ocorreu no mesmo ano de 1831, mantendo Francisco de Lima e Silva como um dos Regentes permanentes.

Os novos detentores do poder político legítimo, os mesmos liberais que incentivaram os militares a lutarem pelos seus direitos e contra os abusos do Imperador, bem como o próprio comandante militar Lima e Silva, logo verificaram que não poderiam contar com um Exército rebelado, já que não garantia a segurança necessária à manutenção do poder. Perceberam que *“gente de outra classe com acesso às armas podia não dar bom resultado”* (TREVISAN, 1987, p. 11). Então, o Exército foi reduzido a um número insignificante<sup>35</sup> de oficiais e soldados, e foi estabelecido um novo poder militar legítimo: a Guarda Nacional.

Enquanto o Exército permanecia vinculado ao Ministério da Guerra, a Guarda Nacional foi alocada sob o Ministério da Justiça. Ou seja, o controle das forças militares que estavam a serviço do poder político foi retirado das mãos dos militares e entregue aos civis, que eram *“mais confiáveis”*<sup>36</sup>. Além disso, os chefes políticos regionais foram promovidos automaticamente e legalmente aos postos mais altos da Guarda Nacional, o que potencializou esses poderes locais, que também estavam autorizados a possuírem quantos homens armados o dinheiro pudesse pagar<sup>37</sup>.

Interessada na governabilidade, a Regência trina permanente também criou o

34 MCBETH, 1978, p. 125-126.

35 MAGALHÃES, 1998, p. 264.

36 MCBETH, 1978, p. 129.

37 MAGALHÃES, *op. cit.*, 1998, p. 269-270.

Código de Processo Criminal e estabeleceu o Ato Adicional de 1834. Este modificava a Constituição de 1824 concedendo maior autonomia às províncias, autorizando, por exemplo, a criação de Assembleias Legislativas.

A partir de 1835, Regências unas assumiram o poder, mas não puderam sustentá-lo diante das crises políticas e econômicas provinciais decorrentes do fortalecimento de seus respectivos coronéis e das tendências separatistas. Para o restabelecimento da ordem pelo retorno à forma centralizada de poder, em 1840 os políticos anteciparam a maioria de D. Pedro II, que deu início ao Segundo Reinado com apenas quatorze anos.

A distribuição de títulos e patentes e a realização de nomeações para cargos públicos voltaram a ser o trunfo do poder político central<sup>38</sup>. Acontece que, conforme Armitage (1837), não é possível afirmar que a distribuição de insígnias tenha alcançado os fins a que se destinavam. Pois

como tivessem sido distribuídas arbitrariamente segundo a escolha do Imperador, os pretendentes desatendidos uniram-se em condenar a injusta parcialidade de Sua Magestade, e em lamentar amargamente a sua infeliz escolha. Como jocosamente observarão os próprios monarchistas, estas promoções honoríficas produzirão mais republicanos do que todas as machinações dos democratistas. [sic] (ARMITAGE, 1837, p. 149).

Assim, apesar dos esforços empreendidos, alastraram-se protestos pelo país, fundamentalmente contra o exercício autoritário do poder pelas autoridades provinciais<sup>39</sup>. Para piorar, as eleições organizadas pelo Ministério dos liberais em 1840, foram notoriamente fraudadas e marcadas por violências. Dois anos após o pleito, D. Pedro II decidiu anulá-lo, substituindo os liberais pelos conservadores, o que deu motivo às Revoltas Liberais de 1842, que ocorreram em São Paulo e em Minas Gerais.

Derrotando os rebeldes liberais, Luís Alves de Lima e Silva, o comandante Caxias, filho do antigo Regente Francisco de Lima e Silva, despontou como figura político-militar de vertente conservadora. Percorreu o país colecionando vitórias sobre as províncias

<sup>38</sup> FAORO, 2012, p. 364.

<sup>39</sup> MAGALHÃES, 1998, p. 275.

rebeladas, sempre exigindo previamente que detivesse o comando político sobre as regiões. Conquistou a confiança da tropa e a admiração de políticos, quando da boa campanha que realizou na Guerra contra Oribe e Rosas (1850-1851)<sup>40</sup>. Não podia imaginar que por muito tempo o Exército manteve-se disciplinado em veneração à sua pessoa. Caxias era o que a maioria dos militares brasileiros desejava ser naquela época: político astuto e exímio militar.

Como desde a abdicação de D. Pedro I o Exército se direcionava a uma autonomia social, com propósitos políticos particulares<sup>41</sup>, continuava sendo visto com desconfiança, e vigiado pela Guarda Nacional. Mas o desprezo que lhe era aplicado fez transbordar o espírito corporativo. Já era 1856 quando permaneciam os problemas dos baixos soldos e da consequente dificuldade de recrutamento, mas agora era o respeitável Caxias quem denunciava publicamente que tais problemas decorriam, dentre outras coisas, de vícios das leis<sup>42</sup>.

Caxias era Senador vitalício do Partido Conservador desde 1845, mas exímio no ofício militar, os liberais tiveram que convidá-lo, em 1867, para assumir o comando da Guerra do Paraguai, que já perdurava desde 1865<sup>43</sup>. Durante o seu comando

se reviu a organização das tropas existentes e se constituiu o 3º corpo-de-Exército; deu-se mais unidade ao conjunto das forças da guerra no teatro de operações e melhorou-se a organização dos serviços e da retaguarda. (MAGALHÃES, 1998, p. 290).

Porém, demonstrando-se magoado com as críticas provenientes do Gabinete liberal, propagadas através da imprensa, Caxias pede exoneração em 4 de fevereiro de 1868, poucos dias antes de comandar uma manobra militar no Rio Paraguai. O Ministério, em consequência, também pediu demissão, julgando ser mais prejudicial a saída de Caxias<sup>44</sup>. Conforme Souza (1978) no Prefácio das *Atas do Terceiro Conselho de Estado, 1867-1868*, apesar de o Conselho ter votado pela manutenção de Caxias e do Ministério liberal, foi o próprio Imperador quem levantou a hipótese de demitir o Ministério, em favor de Caxias.

Em seus votos, os Conselheiros expõem a preocupação com o que poderia ser

40 *Ibid.*, p. 284-285.

41 FAORO, 2012, p. 388.

42 MAGALHÃES, 1998, p. 287.

43 FAORO, 2012, p. 365-366.

44 TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1867-1868. RIO DE JANEIRO. *Atas do Conselho de Estado Pleno, 1867-1868*. Ata de 20 de fevereiro de 1868. p. 12.

uma interferência militar no governo civil. Para o Visconde de Abaeté:

A organização dos Gabinetes, como a sua dissolução, está nos Governos de forma representativa, sujeita a certas regras e condições, e seria um perigo gravíssimo a suspeita, ainda que mal fundada de se ter feito **uma exceção por causa de influências militares**. O sacrifício do princípio de autoridade seria patente neste caso. Assim que, como conclusão de tudo entende que não se deve dar ao Ministério a demissão pedida. (TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1868, p. 184, grifo nosso).

O Visconde de São Vicente declara:

voto nessa hipótese para que se conceda a demissão pedida pelo Marquês, e portanto não se dê a do Ministério. A principal razão por que assim voto é porque nesse caso sim **poderiam os partidos contrários alegar que a influência militar foi quem preponderou**. Embora eu entenda que pode haver casos em que dada tal colisão, deva retirar-se o Ministério, e não um General ou funcionário que tiver a razão e a justiça do seu lado, Todavia nas circunstâncias dadas voto assim por amor de um grande princípio em tese que julgo desnecessário desenvolver. (TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1868, p. 189, grifo nosso).

E, para o Conselheiro Nabuco,

Seria um **funesto precedente para o sistema representativo a demissão do ministério por imposição do general ou para satisfazer ao general**, tanto mais que essa demissão deve, pela força das coisas, operar uma mudança de política, porquanto o motivo de confiança que determina a retirada deste ministério há de tornar impossível outra organização que não seja conservadora. (TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1868, p. 184, grifo nosso).

Apesar dos pertinentes argumentos, prevaleceu a opção pela demissão do Ministério dos liberais, que ainda “vegetou” por mais alguns meses, até ser sucedido pelos conservadores em 16 de julho de 1868<sup>45</sup>. Pela experiência que Caxias detinha como estrategista militar<sup>46</sup>, não ousamos subestimar o seu oportuno pedido de demissão. De toda forma, seu *ultimatum* é um bom exemplo de manobra psicológica/exterior<sup>47</sup>.

O poder militar brasileiro, que desde a sua fundação encontrava-se

45 TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1868. p. 12.

46 Ver, por exemplo, como se deu a Passagem de Humaitá, uma das batalhas durante a Guerra do Paraguai, em 19 de fevereiro de 1868, em Barroso (2000, p. 275-280).

47 Ver o subtítulo *Estratégia Nacional e Estratégia Militar* em Silva (2013, p. 15-23).

em dissídio com o poder político, que havia se insubordinado contra o próprio Imperador que o institucionalizou como Exército nacional, que estava sendo vigiado por uma força paramilitar, agora tinha um representante.

#### 4. A USURPAÇÃO DO PODER

Definitivamente, operou-se a ruptura entre a classe aristocrática e a militar. Ao invés de se preocuparem com a prevalência de um ou outro partido, que porventura um militar pudesse estar afiliado, os políticos civis passaram a se preocupar com a força potencial coercitiva da qual o poder militar poderia lançar mão para dirigir o poder político, quando retornassem vitoriosos da Guerra do Paraguai. Segundo Faoro (2012, p. 390),

Cuidava-se neutralizar a glória militar, retirando-a de seus personagens legítimos, quer para sufocá-la, quer transferindo-a ao povo e à Marinha, esta mais integrada no estamento político. O carisma militar devia ser poupado, para evitar que provocasse lealdades no povo, ciosamente conservado no adormecimento.

A dissidência entre a ordem civil e a militar era antiga, mas as elites civis acentuaram o isolamento que vinham impondo ao Exército, já que agora estava claro que ele poderia mobilizar meios de reação<sup>48</sup>. Conforme se verifica no quadro abaixo, os militares vinham sendo alijados dos cargos de alto escalão desde o período Regencial:

**Quadro 1 - Decréscimo no número de nomeações de militares para o Senado e para o Conselho de Estado de 1822 a 1889.**

Período	Quantidade de militares nomeados	
	Para o Senado vitalício	Para o Conselho de Estado
Em nove anos do Império de D. Pedro I:	12	5

48 FAORO, 2012, 388-389.

Em nove anos de Regência:	2	----
Na década de 1840:	4	7
Na década de 1850:	3	3
Nos últimos 30 anos do Império de D. Pedro II:	3	
Em 15 de novembro de 1889:	----	1

Fonte: Organizado pela autora com base em Faoro (2012, p. 388-389).

Após a destituição de um Ministério inteiro em prol da manutenção do cargo de um militar, “*A elegibilidade dos oficiais, outrora antídoto ao sentimento de exclusão, parecerá, no fim da monarquia, espúria interferência nos negócios civis*”. (FAORO, 20012, p. 389). Mas a tentativa de extirpar o militar dos quadros políticos operou efeito reverso. Acabou fomentando o interesse da classe militar em assumir o comando político, para livrar o país dos civis corruptos. Os militares passaram a se posicionar politicamente como um poder capaz de decidir questões, tais como o fim do “absolutismo” e a consolidação do abolicionismo<sup>49</sup>.

No âmbito de instituições militares, tal como a Escola Militar e Clube Militar (a partir de 1887), formaram correntes de opinião brasileiro-positivistas, com vistas a defender a “ordem” e a aplicação de princípios “cientificamente corretos”<sup>50</sup>. Influenciados pela doutrina de Benjamin Constant<sup>51</sup>, organizaram-se em uma série de reivindicações pelas quais se envolveram em vários conflitos, os quais ficaram conhecidos como Questão Militar.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 391.

<sup>50</sup> TREVISAN, 1987, p. 13-14.

<sup>51</sup> FAORO, 2012, p. 304.

Consideravam-se os únicos incorruptíveis no país já que, após tantas privações em campos de batalha, e apesar do não reconhecimento por parte do governo, mantinham-se fiéis aos compromissos para com a Pátria.

Antinomicamente, embora elegíveis e ligados aos partidos, eram considerados “rebeldes caudilhistas” se demonstrassem interesse em assuntos políticos. E pior, a interferência na política passou a ser qualificada como indisciplina, ou seja, “*uma forma de conduta contrária à preconizada pelos grupos no poder*” (FAORO, 2012, p. 392).

a presença do militar na política **não será mais um fato natural**, como seria a do bacharel ou magistrado, do burocrata ou do padre, mas se identificará ao perigo da supremacia civil. Isto porque os campos já estão superados, insegura a cidadela bacharelesca, incapaz de aglutinar-se aos servidores fardados. (FAORO, 2012, p. 392).

Então, ressentidos com a politicagem que não lhe dava “moral”, começaram a descumprir ordens. Quando os escravos começaram a fugir em grandes levadas, e o Exército foi chamado para detê-los, “*negou-se a ser ‘capitão-do-mato’*”, de forma que, mais uma vez, “*A hierarquia de comando estava posta à prova. O Império mandava mesmo no Exército?*”<sup>52</sup>. A fórmula da insubordinação do poder militar contra o poder político parecia se repetir, agora com fatores potencializados:

$$\text{Dissídio declarado} + \text{Trauma pós-guerra}^{\text{tropa vitoriosa}} + \text{Sentimento de Ingratidão}^{\text{exclusão social}} = \text{Insubordinação}$$

Enquanto Caxias vivia, líder-símbolo do Exército, mas de caráter conservador, conseguia-se conter a “excitação a rebeldias”<sup>53</sup>. Mas falece em março de 1880. A partir de então, o Exército encontra na figura de Deodoro da Fonseca, comandante das armas do Rio Grande do Sul, a possibilidade de uma nova liderança.

Vários incidentes levaram o dissídio entre militares e civis a batalhas entre distintos grupos detentores de poderes jurídicos. Conforme Faoro (2012), os militares não haviam percebido que as ordenações de 1859 e o Decreto nº 5884, que proibiam a censura pública

52 TREVISAN, 1987, p. 16.

53 MAGALHÃES, 1998, p. 303.

de subalternos para com seus superiores, pretendiam afastar os militares do debate político, até então admitido em seu âmbito. Mas a partir de 1879, oficiais, a exemplo de Sena Madureira, começaram a debater questões políticas através da imprensa, criticando a redução de postos de oficiais, a obrigação de contribuir ao montepio dos militares e apoiando o abolicionismo. Apesar das proibições, após sofrerem punições por parte da Câmara dos Deputados, os militares se uniram e conseguiram, através do Conselho Supremo Militar (órgão político jurídico militar), “*na forma dos direitos reconhecidos aos cidadãos, a liberdade de externar as opiniões, salvo ‘entre oficiais, sobre objeto de serviço militar’*”. (FAORO, 2012, 393-394).

Mas a resistência em cancelar as punições, para fazer valer a consagração desses direitos, levou os oficiais a emitirem um *ultimatum* em 14 de maio de 1887, reclamando que “*Sob tais teorias jurídicas [do Gabinete] não há Exército, nem pode haver pátria*”, e que a “*jurisprudência do governo exclui da lei o Exército*”. Também afirmavam que “*Não por meio das formas jurídicas atua o Exército, mas, **sobre elas**, no seio da nação, que representa diretamente, sem intermediários e sem desvios*” (FAORO, 2012, p. 394-395, grifo nosso).

Não bastasse colocarem-se insubordinados ao poder político, o Exército declarava que sua atuação encontrava-se acima da lei, representando diretamente o povo. Deveras preocupante.

Em 15 de novembro, um grupo de militares marchou em direção ao Gabinete ministerial e prendeu o seu presidente, o Visconde de Ouro Preto. Não houve resistência, mas pode-se dizer que o poder político no Brasil foi usurpado à brasileira pelo poder militar em 1889.

Trevisan (1987) acredita que tenha prevalecido um modelo tutelador, enquanto que Faoro (2012) adota a tese de temperança entre o *cidadão de farda* e a tutela pedagógica. Preferimos adotar a ótica de que tutelar, “*como o guardião da unidade nacional*”, era a desculpa que o Exército empregava para, “*Expulsar as pretensões da canalhocracia jurista e instalar a disciplina da ciência e a aristocracia da força*”, conforme declaração do general Tibúrcio de Souza em 1887 (apud TREVISAN, 1987, p. 17).

## 5. A CONTENÇÃO

A “*canalhocracia jurista*” e os demais destituídos do poder político não se acomodaram em berço esplêndido para assistir ao triunfo isolado do poder militar. Se outrora a centralização nas mãos do Imperador adolescente foi vista como solução, agora a centralização pelo poder militar era tida como aberração. Parece-nos que era a primeira vez na história do país que os detentores do poder político detinham de fato a totalidade do poder militar. Mas, mesmo antes de qualquer desmando, arbítrio, fuzilamento, muitos dos que ainda conservavam algum tipo de poder (jornalistas, literatos, juristas, diplomatas, etc.) procuraram deslegitimar o esparrame de militares na cúpula estrutural do poder político.

Em 15 de novembro de 1890, foi instalado o Congresso Nacional Constituinte que, para Martinho Prado Júnior (apud SOARES, 2011, p. 40), por ser “*composto de militares inexperientes, de moços arrebatados, de demagogos*”, poderia “*destruir tudo*”, levando a organização política brasileira ao completo descrédito.

Tais declarações refletem, em primeiro lugar, o preconceito com que os militares estavam sendo percebidos pela sociedade da época. Em segundo, a preocupação quanto à legitimação do poder, e a forma de sua administração no novo regime, perante os países vizinhos e as grandes potências europeias e os Estados Unidos. Por conta desse segundo motivo, foram empreendidos grandes debates no intuito de atenuar a gravidade da transição política e de garantir o retorno do país à estabilidade<sup>54</sup>.

Quanto à composição da Constituinte, Martinho Prado Júnior estava equivocado. Conforme Soares (2011, p. 45),

Dos duzentos e sessenta e sete congressistas, oitenta participaram efetivamente com o proferimento de discursos. Desse grupo, cinquenta e quatro eram formados em direito, uma proporção sensivelmente maior do que a de sua presença total no Congresso. Os formados em Ciências Jurídicas e Sociais compunham cerca da metade da assembleia, (...).

Na prática, foi o espírito civilista que prevaleceu na Constituinte de 1891, pois

54 PEREIRA, Gabriel Terra. Os diálogos entre a diplomacia e a história: a carreira de Hélio Lobo e o processo de americanização da República brasileira. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 17, n.3, p. 1093-1121, set./ dez., 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305529845013.pdf> > Acesso em: 28 set. 2014.

o prestígio social do Exército era baixo<sup>55</sup>, tendo sido em vão o apelo de Deodoro pela organização do Código Penal Militar com vistas à justiça. Assim, apesar de algumas concessões, os políticos dos partidos monárquicos sequer encontraram

meio de integrar a força armada no mecanismo jurídico, institucionalizando a categoria social ascendente. O Exército, ao contrário de outros tempos, não seria mais uma peça no organismo social, mas uma ameaça a arredar, a vencer ou a eliminar. (FAORO, 2012, p. 396).

Era preciso resolver o problema do poder, mas para isso era preciso limitar as liberdades. Predomínio, portanto, o normativismo positivista. Segundo Deodoro, Para assegurar a prosperidade e o prestígio das novas instituições, o principal dever da autoridade é **executar a lei** sem vacilações, o do cidadão o de **obedecer sem condições**. Sem isso tornaremos ao domínio da anarquia e das facções. (SOARES, 2011, p. 137, grifo nosso).

Quando o poder foi entregue ao militar Floriano Peixoto (1891), o povo experimentou o “*obedecer sem condições*” “*com toques nacionalistas e populares*”. Floriano lançou mão de milhares de vítimas para sufocar revoltas armadas, autorizou vários atos de violência e fuzilamentos sumários, ao mesmo tempo em que construiu casas para os pobres, tabelou gêneros alimentícios e terminou o porto de Santos<sup>56</sup>. Envolveu-se em contenda com o Supremo Tribunal Federal (STF), quando ameaçou os Ministros para que não concedessem *habeas corpus* aos políticos que prendera nas revoltas de 1892. Foi obedecido, porém odiado.

Um civil, Prudente de Moraes, venceu as eleições seguintes, em 1894. A partir daí, o militarismo foi sendo desagregado por uma série de eventos, tais como: o atentado contra o Presidente, que acabou vitimando o seu Ministro da Guerra; e a ineficiência do Exército na guerra contra os “miseráveis” de Canudos (1896-1897)<sup>57</sup>, custando a “desgraça” de três expedições para somente obter êxito na quarta. O caráter desumano da profissão militar ficou sobressaltado, e o sentimento geral era de que deveriam ser contidos.

Dos doze Presidentes que governaram o Brasil de 1824 até 1926, onze eram civis,

55 TREVISAN, 1987, p. 17.

56 TREVISAN, 1987, p. 18

57 TREVISAN, *Ibid.*, p. 19.

conseguindo governabilidade, pela “política de governadores” adotada a partir de Campos Sales (1828), que consistia na manutenção dos poderes locais pelos civis, dando maior autonomia às elites estaduais e afastando dos militares do poder político<sup>58</sup>.

Nesse período, eram valorizados os “*homens de sciencia*”<sup>59</sup>: jornalistas, literatos, cientistas, médicos, juristas e outros acadêmicos. O bacharel, especialmente, além de deter autoridade científica, era figura de prestígio no país “*mais pela carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito.*” (SCHWARCZ, 1993, p. 56). A prova disso é que, dentre os Presidentes no período de 1824 até 1926, apenas o militar Hermes da Fonseca (1910-1914) não era advogado.

Da produção científicista de juristas da época, destacamos duas obras repletas de argumentos político-jurídicos de contenção ao poder militar: *Sabres e Togas: a autonomia judicante militar*, de Hélio Lobo, publicado em 1906; e *Direito Penal Militar*, de Chrysólito de Gusmão, publicado em 1915.

### 5.1 *Sabres e Togas: a autonomia judicante militar* por Hélio Lobo, em 1906

Em 1859, Charles Darwin publica *A origem das espécies*, causando grande impacto, tornando-se paradigma<sup>60</sup>. Na política, “*o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador.*” (SCHWARCZ, 1993, p. 56), servindo para explicar por que através da “seleção natural” um grupo poderia dominar outro grupo. Da difusão das ideias de Darwin, mas também de Spencer e Le Bon, veio a “*noção ‘científica’, em que a disciplina [Direito] surge aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista.*” (SCHWARCZ, 1993, p. 149).

Hélio Leite Pereira, mineiro, bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1904, invocou a teoria evolucionista de Spencer para defender cientificamente, em sua obra *Sabres e Togas: a autonomia judicante militar* (1906), o *unionismo* penal entre o Direito Militar e o Direito comum. O autor afirma seguir a escola

58 PEREIRA, 2013, p. 1097.

59 SCHWARCZ, Lilian M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 23-42.

60 SCHWARCZ, Lilian M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 54.

inovadora que prega a “unidade de organismos legais”: códigos e tribunais indistintos para paisanos e militares”<sup>61</sup>.

Entretanto, predominam em sua obra os argumentos político-jurídicos, e não os de *biologia evolutiva*, contra o Direito Militar, pretendendo sua completa extinção como ramo autônomo, bem como a extinção da justiça militar, tanto em tempos de paz, como em tempos de guerra.

Primeiramente, Hélio Lobo evidencia a sua concepção acerca da restrição do exercício da atividade profissional apenas pelos especializados na área. Para o autor, “*Nas linhas do combate, o soldado. Nas ramificações da Justiça, o legista.*” (LOBO, 1906, p. 11); à armada compete o papel de “*guarda da segurança nacional*” e não o de constituir “*um fórum ou um palácio de Justiça*”<sup>62</sup>. Em sequência, o autor discorre uma série de críticas a todo o Direito Militar, bem como ao militarismo em si. Tal audácia somente foi possível porque as contendas entre os militares e civis encontravam-se adormecidas no país, e porque a categoria militar já era vista como uma classe social passível de críticas como qualquer outra, fatos pelos quais o autor comemora:

Realmente, só nos tempos modernos o direito militar repressivo se despio dos véos sagrados que o encobriam. Só nos tempos modernos a judicatura da caserna encontrou extrenuos adversários, inimigos irrecopiliáveis, possuídos de orientação segura e firme. Aceita universal e tacitamente, não via oppugnadores: tinha, por escudo, o valor inatacável de um dogma. (...) Direito especial, cimentavam-no supremas razões de Estado e severos motivos de ordem politica. (LOBO, 1906, p. 17).

Em segundo, Hélio Lobo faz comparações entre os modos pelos quais alguns países lidam com o Direito Militar, no intuito de demonstrar que a tendência mundial é pela unificação do Direito Militar com o Direito comum. Da Itália, onde “*medraram a camorra e a máfia*”, é que teria partido o ataque a esse antigo preconceito, tendo em vista que nessa nação a autonomia militar repressiva teria demonstrado incapacidade para atingir os fins pretendidos<sup>63</sup>. Sobre a “União Americana”, Lobo (1906) afirma que a lei militar possui a mesma feição que os demais países ocidentais, não atingindo civis, havendo

61 LOBO, Hélio. **Sabres e Togas**: a autonomia judicante militar. Rio de Janeiro: Tipografia Bernard Freres, 1906. p. 17.

62 LOBO, Hélio. **Sabres e togas**: a autonomia judicante militar. Rio de Janeiro: Typ. Bernard Freres, 1906. p. 209.

63 LOBO, 1906, p. 19-20.

inclusive exemplos de correções dos excessos das cortes marciais por sentenças civis<sup>64</sup>. E, conforme Amâncio Alcorta (1874, p. 362, apud LOBO, 1906, p. 27), “*o poder civil deve ser absoluto sobre o poder militar; este deve sempre ser tido como agente d’aquelle, sujeito, em qualquer tempo, às suas ordens*”. Sobre a Inglaterra, Hélio Lobo relata que o país que tem ódio pelos exércitos permanentes, prevalecendo, portanto, as leis civis do *common law*<sup>65</sup>. Na Grã Bretanha, por sua vez, não havia que se falar em leis marciais, sendo que nem mesmo “*nos momentos mais terríveis de convulsões internas, jamais vilipendiou a magestade [sic] da lei civil*” (LOBO, 1906, p. 32).

Lobo (1906) critica o Brasil pelo caráter político da manutenção do Direito Militar como ramo diverso do Direito Comum, uma vez que “*A sciencia penal do soldado cobre a justiça da caserna com o manto da necessidade politica*”. O autor também enfatiza que “*ha bem pouco tempo quizemos lançar ao jugo dos tribunaes militares, meros paizanos, cúmplices de militares em motins políticos*” (LOBO, 1906, p. 32). Além disso, vislumbra o Código Penal da Armada como a maior aberração de toda a história do brasileiro como povo livre.

Um terceiro ponto relevante na obra de Hélio Lobo é sua argumentação sobre a justiça militar especializada também não se fazer necessária durante a guerra, bastando que a justiça civil abstenha-se de determinadas exigências de direito, para que julgue mais rápido, apesar de que somente por isto será mais injusta<sup>66</sup>.

O autor também se dedica a evidenciar “*a necessidade legal e doutrinaria, da unificação do direito penal, pela reunião dos dous códigos, o militar e o commum, num só corpo de lei e pela suppressão dos tribunaes militares.*” (LOBO, 1906, p. 42). Para isso, o autor estabelece o seguinte método:

Dividida a exposição, portanto, em duas partes, - 1ª, a paz - 2ª, a luta, - na primeira se pesquisará o problema da suppressão da autonomia da lei criminal repressiva, sob o aspecto exclusivamente jurídico. Analysaremos, então, o unionismo penal em relação ao direito criminal, ao direito constitucional, e, adicionada uma partícula de philosophia. - á lei de evolução de Spencer. Applicando-se, forçosamente, as idéas que ahi forem emittidas, aos períodos de luta ou guerra, na parte segunda, relativa a estas, trataremos de saber se existirão razões politicas abonadoras da judicatura

64 LOBO, *Ibid.*, p. 26.

65 LOBO, *Ibid.*, p. 29.

66 LOBO, 1906, p. 41-42.

militar entregue a meros soldados. (LOBO, 1906, p. 43).

A conclusão que ele chega é que os crimes meramente militares, ou seja, os decorrentes da função, que são poucos, “*não cimentam, de forma alguma, a independência da justiça militar, - e o seu grémio natural é o código penal ordinário*”. (LOBO, 1906, p. 56-57).

Sobre as penas militares, Lobo (1906) afirma que se trata de “*preconceito humano*” crer que os castigos possuem eficácia, já que, na maioria das vezes, a sociedade subsiste e até prospera quando eles são suprimidos<sup>67</sup>. Também afirma que como o soldado desperta certa desconfiança, diferentemente do civil, os castigos seriam o remédio salvador “*das peçonhas da disciplina guerreira*”<sup>68</sup>.

Hélio Lobo também acusa a justiça militar de não julgar pelos fatos, mas pela necessidade de impor disciplina e hierarquia. Para o autor, quando há dúvidas sobre determinado caso, a justiça comum absolve, mas a justiça militar condena porque a lei militar somente se satisfaz quando “*a espada vingadora, embora cega, reassegura a ordem*”<sup>69</sup>.

Por fim, o ponto que consideramos mais relevante é o entendimento do autor quanto a especialização do Direito Militar ser tanto privilégio de classe, como forma de opressão do superior para com o subordinado. Como exemplos desse entendimento, extraímos as seguintes afirmações:

[A judicatura militar] Projecta-se ainda nas eras tranquillias da paz, onde continua a erguer, em juizes, soldados, onde continua a gozar de **favores legaes** estranhos áquelles que se não alistaram nos pelotões em marcha. (LOBO, 1906, p. 10, grifo nosso).

O soldado não pôde prescindir do jugo legal. Mas jugo legal que é garantia, que é segurança, e jamais aquelle que se converte em menoscabo, em **privilegio**, em **opressão**. (LOBO, 1906, p. 19, grifo nosso).

Como abrir mão da qualidade militar do réo, diz-se, se somente ella militarisa os actos mencionados neste paragrapho? Se a essência de taes actos é commum, se communs são seus elementos? Mas, então, redargue a orientação integradora, trata-se de uma questão pessoal, de um **privilegio de casta** onde não têm acesso razões superiores de, lógica judiciaria e sim exigências personalíssimas de soldado! (LOBO, 1906, p. 60, grifo nosso).

67 LOBO, *Ibid.*, p. 86.

68 LOBO, *Ibid.*, p. 88.

69 LOBO, 1906, p. 98.

Benjamin Constant sabia, por experiência, que o perigo das justiças d'exceptão não reside unicamente' no **privilegio**, está igualmente na **extensão** que, em dadas ocasiões, é fácil dar a taes tribunaes. (LOBO, 1906, p. 67-68, grifo nosso).

Vislumbramos que, quando o autor critica a justiça militar especializada como sendo privilégio de classe, bem como meio e instrumento opressor dentro da classe, está na realidade criticando duas vertentes do poder militar que, apesar de originariamente judicantes, podem prestar-se a consecução de interesse políticos.

## 5.2 **Direito Penal Militar por Chrysólito de Gusmão, em 1915**

Diferentemente de Hélio Lobo, Chrysólito de Gusmão, professor e bacharel em Direito, não fundamentou sua tese no *biologismo evolucionista*. Em 1893, Émile Durkheim havia publicado *Da divisão do trabalho social*, classificando a sociedade em solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, dando início a uma quebra com o determinismo extra social. A partir daí, os fatos sociais passavam a ser suscetíveis de uma análise científica<sup>70</sup>.

Em *Direito Penal Militar*, Gusmão (1915) aplica a teoria da solidariedade social para explicar por que os exércitos devem ser disciplinados de forma diferenciada, conforme passem por evolução social. Segundo o autor, o conceito de disciplina para os egípcios e persas divergia do conceito para os gregos e romanos, que divergia para os francos e galeses, que diverge em relação aos exércitos modernos porque

Ha um triplice parallelismo entre a evolução da tática militar, da disciplina e da sociedade. A evolução social impregna de feições características, diversas e justapostas, a tática e a disciplina militares. (GUSMÃO, 1915, p. 4)

O autor realiza um estudo histórico a respeito das disciplinas militares nos exércitos dos povos antigos, através do qual exemplifica o paralelismo entre o organismo militar e o social<sup>71</sup>. Também discorre sobre os exércitos franceses como sendo reflexo das aspirações nacionais<sup>72</sup> e explica que a concepção moderna de disciplina, que é fenômeno

70 SCHWARCZ, 1993, p. 29

71 GUSMÃO, 1915, p. 4-17.

72 GUSMÃO, 1915, p. 19-20.

sociológico complexo, deve tratada como produto da solidariedade orgânica da sociedade contemporânea porque é “*produto consciente da integração dos deveres de cada um para com a pátria, da transfusão sublime e perfeita dos interesses individuais com os nacionais*” (GUSMÃO, 1915, p. 25-26). Dessa forma, já no início de sua obra, Gusmão (1915) fornece o primeiro argumento para que se opere uma mudança de perspectiva sobre o Direito Militar brasileiro, já considerado ultrapassado em sua época.

Ao analisar a possibilidade de junção do Código Penal Militar ao Código Penal comum, defende sempre deveria haver uma parte destacada para os crimes militares, mas que haveria a vantagem de serem em ambos aplicados os mesmo princípios gerais da legislação aos crimes militares<sup>73</sup>. O autor condena que haja crimes militares com feições próprias de crimes comuns, mas concorda com os motivos listados por Clovis Bevilacqua para a existência de uma legislação especial para regular aqueles que são propriamente militares:

- a) “A classe militar, hoje composta simplesmente de cidadãos armados, não constitue uma superfectação no orgahismo nacional”, pelo que a legislação penal mi-litar, procurando satisfazer as necessidades da disciplina e da obediencia dentro dos limites da lei, e uma necessidade social, cuja satisfação é reclamada “pela sociedade. que, por esse, modo, conserva o órgão em melhor estado de exercer a função, de que não póde pre-scindir”.
- b) Além da obediencia essencial da disciplina, e da correlata repressão que as assegura, suscita, a sociedade, o brio e o pundonor característicos do militar, que actuando como poderosos estímulos psychicos, levam o militar até ao heroismo; “o tecido d’esses elementos criam, para a milicia, uma cohesão mais forte”, de modo que “não é, portanto, extranhavel que os militares tenham legislação especial, quando outras classes sociaes menos cohesas, de fronteiras menos precisas, possuem um corpo de leis que lhe são proprias”.
- c) Nos crimes militares, com feição de mais particularismo, a esseneia dos mesmos é sempre attingida, differentemente do que se dá com as outras classes. (GUSMÃO, 1915, p. 39-40).

O autor então diferencia os crimes especificamente militares dos crimes comuns. Adepto do que considera uma tendência moderna, Gusmão (1915) entende que somente podem ser considerados crimes militares aqueles que somente pelos militares possam ser

<sup>73</sup> GUSMÃO, 1915, p. 39.

cometidos, constituindo, portanto, infrações funcionais, quais seriam apenas as seguintes: revolta, motim, insubordinação, rebelião, usurpação, excesso e abuso de autoridade, deserção e inobservância do dever militar.

Todos os demais crimes, por não afetar a “fisionomia orgânica”, nem os alicerces básicos das forças militares, seriam crimes comuns. E não haveria os crimes mistos, pois apesar de ofenderem de alguma forma com gravidade as entidades jurídico-militares, ofendem principalmente à ordem e à disciplina comum, e por isso devem ser tratados como crimes comuns<sup>74</sup>. No entanto, o Código Penal Militar de 1891, sem qualquer “*espírito científico*”<sup>75</sup>, trata como crime militar simplesmente aquele que se encontre contido em seu *corpus*.

Especificamente quanto ao crime de insubordinação, Gusmão (1915) trabalha a sua definição em coerência com os eventos históricos que o antecedem, brilhantemente reconhecendo como sendo necessária à subordinação do militar a sua própria “iniciativa disciplinada”,

de modo que dentro dos planos geraes, muita vez, possa o militar obedecer *agindo individualmente*, dentro das normas que, muita vez, têm a feição de purós planos geraes, dentro dos quaes se porão em acção a capacidade e as energias de cada um; de modo que, se **já se não está na phase da pura e mecanica obediencia passiva**, tão pouco o militar poderá pretender uma sua acção material e automatica como sendo a verdadeira; sua acção deve ser intelligente e expontanea. (GUSMÃO, 1915, p.66).

Gusmão (1915) compreende que não há mais lugar para uma obediência passiva, para a transformação do militar em elemento automático e mecânico, tal como era nas monarquias absolutistas, onde a autoridade era intangível e indiscutível<sup>76</sup>. Mas tão de vanguarda era o seu posicionamento que até hoje não ousou ser posto em prática. Pois, em outras palavras, Gusmão defende que o militar possa questionar a ordem superior, não lhe devendo obediência automática.

Ao mesmo tempo em que o autor defende que o rol de crimes militares seja diminuído ao ponto de somente restarem crimes funcionais, devendo o militar submeter-

74 GUSMÃO, 1915, p. 48.

75 GUSMÃO, 1915, p. 54.

76 GUSMÃO, 1915, p. 72.

se à justiça comum quando ofender a ordem social comum, também defende que possam agir de modo espontâneo diante de seus superiores. Não se trata de contradição o fato de o autor optar pela contensão civil sobre a classe militar no que diz respeito aos crimes comuns, quando ao mesmo tempo opta pela não contensão automática do militar pelo militar que lhe é superior. Notamos que se trata de dupla coerência: primeiramente, coerência em relação à teoria da solidariedade orgânica, que pretende perceber o indivíduo atuando de forma consciente em relação a si e aos seus deveres; em segundo, coerência em relação à política de posicionamento do militar como um *cidadão de farda*<sup>77</sup>. Inteligentes argumentos, científico no primeiro caso, e político-jurídico no segundo, voltados à contensão dos militares através da desmistificação de pertenceriam à categoria especial. Os argumentos de Gusmão (1915) levam a uma concepção de militares como cidadãos, igualando-os aos civis, descaracterizando-os como estamento, enfraquecendo-os, portanto, como grupo de poder.

Prevalece até os dias atuais, contudo, “*a objeção de que, permitindo o exame das ordens do superior pelo inferior, [reconhece-se] a anarquia*”<sup>78</sup>.

Gusmão (1915) também tece político-jurídicas considerações a respeito do delito de usurpação, excesso e abuso de autoridade. Primeiramente, diferencia os núcleos do tipo:

Na *usurpação* de poderes ou funções, o usurpante não tem direito ao cargo ou função, n’ele não foi investido, ou quando para tal designado não satisfaz os requisitos legais para o desempenho legítimo da função.

No *abuso*, como no *excesso de autoridade*, ha a legitimidade do órgão, no qual foi o individuo legalmente investido, mas o individuo distende, alarga, amplia o ambito de suas funções legais, de suas atribuições.

A distinção do abuso do excesso de autoridade uma distinção subtil e delicada; Macedo Soares diz que: “a linha divisória deve consistir no seguinte, desde que em ambas as especies ha o exercicio de autoridade legitima: dá-se o abuso quando o

<sup>77</sup> Sobre a política do cidadão de farda, Faoro (2012, p.442) explica que “*para a cláusula do artigo 14 da Constituição de 1891: “A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”. O problema da obediência — que a monarquia filiava à obediência passiva — subordina-se aos limites da lei, obrigado o soldado, por outro lado, a sustentar as instituições constitucionais. O constituinte, liberto dos modelos, logra criar um padrão original, historicamente ditado, com a preocupação de integrar a força armada na lei superior Deodoro, soldado à antiga, impugnou, no primeiro lance, com firmeza, a inovação, trazida ao debate por Rui Barbosa, neste ponto coerente com os editoriais do Diário de Notícias, escritos no ardor da Questão Militar. O chefe do governo provisório vislumbrou, no dispositivo, o direito do subalterno de apreciar as ordens do superior hierárquico, com a quebra da disciplina. Venceu-lhe as resistências o argumento do redator do projeto de que o princípio estabeleceria ao militar uma posição condigna na organização política do país”.*

<sup>78</sup> FAORO, 2012, p. 442.

funcionario, usando de sua autoridade, pratica um acto illegal; ha o excesso quando o funcionario, exercendo acto de sua competencia, exorbita, excede os limites de suas attribuições. Não nos parece de grande utilidade pratica essa differença, porque, afinal, todo o excesso é abuso de poder e vice-versa. (GUSMÃO, 1915, p. 88).

O autor esclarece que a criminalização de tais condutas é necessária para que o “organismo” possa funcionar, de forma que governantes e governados, comandantes e comandados, possam se equilibrar sem provocar lesões às prerrogativas de uns e aos direitos de outros. O autor também defende que

para defesa das funções do próprio Estado, ponha-se um obice a todo exercicio anormal, irregular e illegal das funções militares, de modo a que se cohiba a propria tendencia natural do individuo de procurar meios de augmentar, sempre, a sua influencia indivi-dual sobre a collectividade.

Tornando ainda mais evidente o seu posicionamento político, o autor traz a preocupação com o “*bom andamento da coisa pública*”, conforme A. Zerboglio (1866, p. 46, apud GUSMÃO, 1915, p. 88):

L’abuso di autorità é un delitto che merita di essere gravemente colpito, sia perché si eserciti una forte contropinta alla tendenza a giovansi malamente del potere, che l’esercizio del potere stesso determina nell’uomo, dil-o Zerboglio, sia perche può essere causa de seri danni e sminuisce il prestigio dell’autorità ed ill buon .andamento della publica co-sa

Gusmão (1915) também se vale de argumentos político-jurídicos para criticar o que considera a “caótica engrenagem” da justiça militar. O autor condena a predominância de militares nesse órgão, acusando-o de decorrer do pensamento equivocado de que o órgão deveria ser “*uma emanção do comando*”. (GUSMÃO, 1915, p. 241). O autor também denuncia que os militares não satisfazem às exigências científicas para o exercício da função jurídica de julgar<sup>79</sup>. Quanto essa crítica, entretanto, dada a época “bacharelesca” em que se encontra, entendemos tratar-se de um argumento político-jurídico de contensão dos militares por parte de civis, porém, ressaltando que os “*eleitos da nação*”<sup>80</sup> para tal serviço,

79 GUSMÃO, 1915, p. 242.

80 SCHWARCZ, 1993, p. 141-188.

seriam os bacharéis em Direito, como ele.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos político-jurídicos dos bacharéis, Hélio Lobo em 1906 e Chrysólito de Gusmão em 1915, refletem o pensamento amadurecido dos grupos de poder da República Velha, a respeito da possibilidade de o poder militar exercer o poder político. Apesar de tal possibilidade ter sido afastada pelo próprio regramento constitucional de 1891, em seu art. 14<sup>81</sup>, os “*homens de ciência*” percebiam a necessidade de conter o poder militar em seus diversos aspectos, a começar pelo poder jurisdicional que os militares detinham sobre si.

Para conter o poder militar, os críticos político-juristas (com argumentos ainda pertinentes na atualidade) contavam com a submissão dos militares à justiça comum como forma de fazer operar sobre eles o controle jurisdicional (ou político-jurisdicional?). Hélio Lobo, por exemplo, parecia acreditar que, fazendo prevalecer o Direito em detrimento da lei, que para ele encontrava-se equivocada, poderia intervir em aspectos da política que precisavam ser revistos, tais como a aquisição e a administração de seu controle, para o bem da estabilidade política, jurídica e institucional das forças armadas e do governo. Também preocupado com a estabilidade política, e com o reparo de “monstruosidades” jurídicas, Chrysólito de Gusmão, apesar de não defender a extinção da justiça militar, defendia que a função fosse exercida por civis, e que estes fossem bacharéis em direito (que não são proibidos de serem políticos), legítimos detentores do poder jurisdicional.

Lobo e Gusmão tinham (continuam tendo) razão. O poder político encontrava-se apenas adormecido na época de Hélio Lobo, e saciado, após a Política das Salvações<sup>82</sup> do Presidente militar Hermes da Fonseca, na época de Chrysólito de Gusmão. Quando o poder militar “acordou faminto”, melhor preparado, aplicou a fórmula da insubordinação (dissídio + trauma pós-guerra + sentimento de ingratidão) e, com as rebeliões tenentistas, desestabilizou o poder político para assumi-lo em 1930.

A tentativa de enfraquecer o poder militar através da desmobilização de tropas, da

81 “*As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.*” (BRASIL, 1891, art. 14).

82 Política implantada por Hermes da Fonseca para “moralizar” o país através de intervenções militares nos Estaduais que fossem contrários ao seu governo.

aplicação de baixos soldos e do alijamento da estrutura social, não funcionou para contê-lo, conforme se verifica em seu histórico de mobilização (ora coercitiva, ora persuasiva) contra os governos colonial, imperial, regencial (e mais tarde o republicano). Também a deslegitimação para a atuação política, estabelecida no texto constitucional de 1891, não funcionou para conter o poder militar. Pelo contrário, os militares descobririam em 1930 como manter-se no poder político empregando o poder jurídico ao seu favor. Por enquanto, parece-nos que somente a corrente weberiana a respeito da finitude do poder contém intrinsecamente a solução para contê-lo.

## REFERÊNCIAS

- ALSINA JR, João Paulo Soares. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- ARMITAGE, John. **História do Brasil: desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1837. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00187000#page/355/mode/1up> > Acesso em: 28 set. 2014.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução de Daniela Beccaccia. Organização de Michelangelo Bovero Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- GUSMÃO, Chrysólito de. **Direito Penal Militar**. Rio de Janeiro, Editora Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.
- KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LOBO, Hélio. **Sabres e Togas: a autonomia judicante militar**. Rio de Janeiro: Tipografia Bernard Freres, 1906.

- 
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MCBETH, Michael. The Brazilian Army and Its Role in the abdication of Pedro I. **Luso-Brazilian Review**. University of Wisconsin Press, v. 15, n. 1, summer, 1978. p. 117-129. Disponível em: < <http://www.jstor.org>>. Acesso em: 28 set. 2014.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Política, imprensa e a participação dos militares na Abdicação de Dom Pedro I. *Revista História Usininos*, v. 16, n° 3. set./dez., 2012. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2012.163.02/1249>>. Acesso em: 28 set. 2014.
- PEREIRA, Gabriel Terra. Os diálogos entre a diplomacia e a história: a carreira de Hélio Lobo e o processo de americanização da República brasileira. *Diálogos (Maringá. Online)*, v. 17, n.3, p. 1093-1121, set./ dez., 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305529845013.pdf>> Acesso em: 28 set. 2014.
- RIBEIRO, Luciano Roberto Melo. 200 anos de Justiça Militar no Brasil, 1808 – 2008. Rio de Janeiro: Action Ed., 2008.
- SEIDLER, Carl Friedrich Gustav. História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835. Tradução e introdução de Alfredo de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Biblioteca Pedagógica Brasileira – Brasileira, série 5ª, v. 159. Disponível em: < <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-das-guerras-e-revolucoes-do-brasil-de-1825-a-1835/pagina/7/texto>>. Acesso em: 28 set. 2014.
- SILVA, Susi Castro. **O uso do Direito como estratégia militar**: a cessão do comando das forças aéreas e navais do Nordeste aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra. 2013. 74f. Monografia (Pós-Graduação em História Militar). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2013.
- SOARES, Tiago de Castilho. **Retórica e Política no Congresso Constituinte de 1890-91**. 2011. Tese (Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2011.

- SCHWARCZ, Lilian M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- 
- TERCEIRO CONSELHO DE ESTADO, 1867-1868. RIO DE JANEIRO. **Atas do Conselho de Estado Pleno, 1867-1868.** Ata de 20 de fevereiro de 1868.
- TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1987.



---

**PROPEDÊUTICA DA ESTRATÉGIA NAVAL MODERNA:  
ALFRED MAHAN E JULIAN CORBETT EM PERSPECTIVA COMPARADA**

**Thiago Janeiro Sarro<sup>1</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo propôs-se a realizar um estudo propedêutico acerca da estratégia naval moderna, com o objetivo de identificar os fatores que condicionaram seu surgimento no final do século XIX. Não obstante, realizou-se também uma breve análise, em perspectiva comparada, do perfil do pensamento estratégico dos dois principais símbolos da estratégia naval moderna, a saber: Alfred Mahan e Julian Corbett. Com estes objetivos em mente, a pesquisa optou por uma abordagem metodológica baseada na revisão bibliográfica e no estudo das principais obras dos autores supracitados. Como resultados, identificou-se ao menos três fatores condicionantes que levaram ao profícuo final do século XIX no tocante a estratégia naval, além de identificar as similitudes e diferenças no pensamento dos autores analisados.

**Palavras Chave:** Estratégia Naval; Alfred Mahan; Julian Corbett

**ABSTRACT**

This article proposes to carry out a propaedeutic study about the modern naval strategy, in order to identify the factors that conditioned its emergence in the late nineteenth century. Nevertheless, a brief comparative analysis of the strategic thinking profile of the two main symbols of modern naval strategy, Alfred Mahan and Julian Corbett, was also carried out. With these objectives in mind, the research opted for a methodological approach based on the bibliographical review and the study of the main works of the authors mentioned

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval e Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

above. As a result, we identified at least three conditioning factors that led to the final fruit of the nineteenth century in naval strategy, as well as identifying the similarities and differences in the thinking of the authors analyzed.

**Keywords:** Naval Strategy; Alfred Mahan; Julian Corbett

## 1. INTRODUÇÃO

Para Clausewitz, “a guerra nada mais é do que a continuação da política com outros meios” (CLAUSEWITZ, 1984, P.70). Entretanto, para que a pesquisa seja levada a bom termo, faz-se necessário explorar de forma mais detalhada tal afirmação; normalmente interpretada de forma apressada e reduzida, ou seja, simplesmente tomando a citação sem buscar o arcabouço conceitual utilizado para explicá-la. No intuito clarificar tal afirmação, faz-se necessário buscar o conceito de “política” e de “guerra” dentro da obra de Clausewitz.

Segundo o autor, política é “a representante de todos os interesses da comunidade” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 719), e a guerra “nada mais é do que a continuação da política com outros meios” (CLAUSEWITZ, 1984, p.70). Nesse sentido, Clausewitz enxerga a guerra como um instrumento da política, destacando que a guerra nunca deve ser imaginada como sendo algo autônomo, ou seja, não deve ter um fim por si mesmo, mas é um instrumento a serviço da política, ou uma continuação das relações políticas realizada com outros meios (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91).

Dessa forma, evidencia-se uma relação hierárquica entre a política e a guerra, estabelecendo uma situação de regente (política) e regido (guerra). Ainda, segundo Clausewitz, a guerra é um “ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). Em outras palavras, impor a nossa vontade ao inimigo constitui o propósito da guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p.75).

Revisitando os conceitos estabelecidos por Clausewitz, pode-se, então, concluir que a máxima da guerra como subordinada à política, ideia que une gerações de pensadores, se encerra da seguinte forma: a guerra, ou seja, o ato de força que obriga nosso inimigo a fazer nossa vontade, é a continuação da política, que é a representação dos interesses

da comunidade, por outros meios; o meio da violência. Assim, pensar na guerra como algo subordinado à política, refere-se mais a subordinação ao interesse da comunidade, representado pelos objetivos políticos do Estado (ou comunidade), do que ao comando da força propriamente dita.

As guerras do final do século XIX feitas pela Prússia contra a Áustria-Hungria (1866) e contra a França (1870) ilustram com clareza esta subordinação. Na ocasião, Bismark tinha objetivos limitados em ambas as guerras, e, por isso, o Grande Moltke não procurou a aniquilação absolutas das forças inimigas, mas, tal somente, impor-lhes uma derrota que os levasse a paz nas condições desejadas pelo estado prussiano. Vidigal (1998) lembra também que para muitos analistas, a guerra contra a França, decidida na Batalha de Sedan, logo na primeira semana, foi artificialmente prolongada pelos prussianos para que Bismark tivesse tempo de juntar outros Estados germânicos à Prússia, etapa importante da reunificação alemã (VIDIGAL, 1998, p. 107).

Essa definição é fundamental à pesquisa, posto que pela metodologia aplicada, o uso do submarino será abordado no nível político-estratégico, estando suas diretrizes de missões e tarefas subordinadas ao nível político. Tal premissa implica, principalmente, na seleção das fontes, que é constituída em sua maioria por documentos oficiais de Estado, tais como a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa.

Em *Da Guerra*, Clausewitz (edição de 1984) chama atenção para o quanto pode ser difícil tomar uma decisão estratégica. “[...] uma importante decisão estratégica exige maior força de vontade do que uma decisão de ordem tática [...] A estratégia, onde tudo se desenrola muito mais lentamente, deixa um lugar bem maior às dúvidas”.

Para Clausewitz, a estratégia é “o uso de um engajamento para atingir o propósito da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984, P.198). Para ele, o estrategista esboçará o plano de guerra, e o propósito determinará a série de ações pretendidas para atingi-lo: ele irá, na realidade, conceber cada campanha e, dentro dessas campanhas, decidir como realizar cada engajamento. Embora para o autor a estratégia propriamente dita trate apenas dos engajamentos, a teoria da estratégia deve considerar também os seus principais meios de execução; as forças combatentes (CLAUSEWITZ, 1984, P.198), reforçando assim a necessidade acerca de um estudo estratégico e teórico acerca do uso do submarino nuclear

pela Marinha do Brasil, que em última análise deve constitui um meio de execução para as estratégias nacionais.

Em sua obra *Introduction à La stratégie*, de 1963, o General Beaufre define estratégia como uma “dialética de vontades empregando a força para resolver o seu conflito” (BEAUFRE, 1963 *apud* COUTAU-BEGARIE, 2010). Essa é uma das definições aceitas por Coutau-Begarie, que observa que tal definição retoma, mas sem citar, a expressão “dialética militar”, de um dos criadores do conceito moderno, Joly de Maiseroy. Sob a definição de Beaufre, Coutau-Begarie observa que o General citava a dialética das vontades, porém, tal ideia inclui tanto o campo da estratégia como o campo da tática. Assim, Coutau-Begarie entende que é melhor falar de dialética das inteligências (grifo nosso), para destacar que a estratégia constitui o nível superior, em que o discernimento, a astúcia e a velocidade de reação levam vantagem sobre a força pura, a qual se manifesta muito mais na condução do combate. Tal constatação reforça a ideia inicial de Clausewitz em relação aos campos estratégicos e táticos, em que a estratégia apresenta desafios maiores do que a tática; que é movida pelo calor dos acontecimentos.

Dessa forma, Coutau-Begarie encerra sua ideia de estratégia como sendo “a dialética das inteligências, em um meio conflituoso, baseada na utilização ou na ameaça de utilizar a força para fins políticos” (COUTAU-BEGARIE, 2010).

Em se tratando de autores nacionais, segundo o Almirante Arlindo Vianna, a estratégia perpassa pela “disposição e movimentação, desde muito antes da batalha, mas já com vistas a ela, e uma sábia dinâmica de recursos, articulados no tempo e no espaço” (VIANNA, 1995, p. 117), a fim de “atingir algum propósito colimado”. Isso posto, o almirante conclui que “a estratégia se executa por meio de linhas de ação propostas para o preparo racional do poder e orienta as condições de atendimento das vontades”. Dessa forma, conclui-se que a estratégia pode ser a dialética das inteligências a serviço das vontades.

Por fim, cabe ainda uma observação apontada por Clausewitz sobre a questão: “na estratégia, tudo é portanto muito simples, o que não quer dizer muito fácil” (CLAUSEWITZ, 1984, p.200).

## 2. PROPEDEÚTICA DA ESTRATÉGIA NAVAL

No século XVI, a relação entre o comércio marítimo e o poder levou Sir Walter Raleigh cunhar a célebre frase: “Aquele que controla o mar controla o comércio; aquele que controla o comércio mundial controla as riquezas do mundo e, conseqüentemente, o mundo em si”. E bem antes do Padre Fernando de Oliveira publicar seu livro (*A Arte da Guerra do Mar publicado em 1555*), já em 1515, Claude de Seyssel<sup>2</sup> também já percebe a superioridade dos impérios marítimos.

O crescimento do comércio, principalmente transoceânico, e as novas fronteiras cada vez mais distantes fizeram o Estado se aperceber da importância deste comércio, e o quanto ele deveria ser garantido. Em 1555, o Padre português Fernando de Oliveira publica em Lisboa o livro *A Arte da Guerra do Mar*, talvez o primeiro grande tratado de estratégia naval escrito. No livro, o padre pontua porque não é possível se desaperceber das demandas do mar. É sintomático que, no contexto das grandes navegações e do substancial crescimento do comércio, ao introduzir seu capítulo de: *por que é necessário fazer a guerra no mar*, o Padre recorra à seguinte argumentação: “porque o mar é muito devasso, e os homens não podem deixar de negociar por ele suas fazendas, uns comerciando, outros pescando [...]” (OLIVEIRA, 1555).

Fernando de Oliveira coloca a ameaça dos corsários ao comércio marítimo, mas também enxerga outras ameaças, destacando que, por terra, uma força não tem como chegar em segredo, pois esta seria obrigada a marchar por outros lugares até chegar as fronteiras do Estado. Já no mar, é preciso estar sempre pronto, pois, sem saber de onde se partiu, pode-se a qualquer momento aparecer no horizonte uma força inimiga, que sem a devida confrontação, pode causar o prejuízo que quiser e partir em paz. Assim, em 1555, Fernando de Oliveira discorre sobre a situação:

Por terra não podem vir inimigos de tão imprevisto que não saibamos de sua vinda a tempo de prover qualquer defesa que seja. Mas por mar, de muito longe, de onde não cuidamos, subitamente sem sabermos de onde desamarrou<sup>3</sup>, nem que rota leva, aparece na costa sobre nossos portos uma terrível frota, e se não estivermos

2 Jean-François Pernot, “De l’importance des territoires extérieurs et du contrôle des voies maritimes pour un État moderne. Analyse de géostratégie propos é par Claude de Seyssel, dans la Monarchie de France( 1515)”, em Michel Balard ( dir.), *État et Colonisation au Moyen Âge*, Lyon, La Manufacture, 1 989.

3 Expressão naval comum que significa de onde o navio zarrou ou partiu em direção a algum lugar.

apercebidos, antes que se preparem os navios, os danos serão feitos e voltarão para seu porto. O que não se fará onde houver outra frota que a *estorve e embarace* (OLIVEIRA, 1555).<sup>4</sup>

No século XVI, as navegações oceânicas ainda eram uma novidade, e o navio de guerra já se distingue definitivamente do navio mercante e dos navios de guerra predecessores. A melhora na fundição do metal e na qualidade da pólvora permitiu que os novos navios se tornassem cada vez mais armados, transformando-os em verdadeiras baterias de artilharia flutuantes. Quanto a essa questão, Mahan (1890) destaca que enquanto a galera, navio que tal como o vapor podia se locomover em qualquer direção, porém impulsionado por remos, se ocupava de muitos homens para poder manobrar, o navio a vela por sua vez liberou estes homens para a artilharia (MAHAN, 1890, p. 02), tornando o navio a vela uma arma mais poderosa.

Entretanto, para Coutau Begarie somente quando os Estados conseguem equacionar os problemas financeiros inerentes à construção, manutenção e operação de suas esquadras, é que o pensamento eleva-se a níveis mais altos, ou seja, tocam os campos políticos e estratégicos do processo decisório referente ao emprego e utilização de suas forças navais. Assim, aprimoram-se definitivamente as táticas de batalha, consagrando o que vem a ser chamado de linha de batalha<sup>5</sup>, na guerra anglo-holandesa (COUTAU-BÉGARIE, 2006 p. 432). De acordo com classificação de Clausewitz, “a tática ensina o emprego das forças armadas no engajamento”. Já a estratégia, “a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984, p.138).

Segundo Vidigal, o pensamento estratégico a partir do século XIX foi gradualmente influenciado tanto por Clausewitz (1780-1831) como por Antonie Jomini (1779-1869); a partir das guerras napoleônicas, eles deram um importante desenvolvimento às estratégias terrestres. Vidigal conclui que ambos foram até mais além, servindo inclusive de base para todo estudo estratégico posterior, o que pode se observar na influência que estes exerceram sobre os principais pensadores modernos do Poder Marítimo. O que se entende disso é que o surgimento de uma estratégia marítima genuína viria apenas depois do desenvolvimento da estratégia terrestre e de desenvolvimentos tecnológicos (VIDIGAL, 1998, p.109).

<sup>4</sup> Versão original adaptada para o português contemporâneo

<sup>5</sup> Formação de combate onde os navios se organizam em linha reta.

Quanto à estratégia naval, em 1976, Vidigal e Flores a definiram como sendo o preparo e o emprego do poder naval, visando o controle de situações e áreas, para consecução dos objetivos estratégicos relacionados com o mar (VIDIGAL; FLORES, 1976, p. 80). Uma outra abordagem à estratégia naval, presente na obra do almirante Arlindo Vianna e que muito se assemelha a visão de Mahan quanto ao que seja estratégia naval, é que esta, na paz, é a arte de aparelhar, fomentar, adequar e predispor o Poder Naval. Na guerra, por sua vez, sua função é atingir ou manter os interesses nacionais (VIANNA, 1995, p. 117).

Mesmo tomando Mahan e Corbett como ícones e expoentes do pensamento estratégico naval clássico, vale ressaltar que em *Reflexões Estratégicas* (2002) o Almirante Flores destaca que as conjunturas políticas e estratégicas modificam-se no tempo e no espaço, inspirando, naturalmente, a adequação das concepções estratégicas, o que em última análise implica na revisão (o que não significa radical) constante da influência doutrinária das concepções tidas como clássicas (FLORES, 2002, p.43).

Com base em exemplos históricos ou em situações que foram vivenciadas por uma ou mais nações numa determinada conjuntura, formularam-se então concepções teóricas acerca da guerra no mar. Tais teorias vieram a ser consideradas como concepções estratégicas navais. As concepções estratégicas navais que ganharam grande aceitação foram então adjetivadas como *clássicas* (FERREIRA, 1995).

Esta parte do capítulo tem como propósito realizar um levantamento das estratégias clássicas de guerra no mar. Tal apresentação faz-se necessária porque em diversos momentos será feita referência a alguma destas estratégias, tais como o bloqueio, o curso, a esquadra em potência e *etc.* Essa conceituação parecerá demasiadamente simples ao leitor mais familiarizado com o tema, entretanto, pormenorizar cada um destes aspectos não é um objetivo do trabalho, de modo que a proposta é apenas identificar, contextualizar e apresentar tais dimensões e suas características mais elementares.

Consideradas estratégias clássicas, muito de seus princípios mantêm-se inalterados. No caso da guerra moderna, as transformações decorrem mais das transformações tecnológicas dos meios, do que de profundas transformações conceituais. Assim, essas noções são fundamentais para que a pesquisa seja levada a bom termo.

### **A Batalha Decisiva**

A batalha é o ápice da guerra da guerra tida como extensão da política pelo meio da violência, sendo então a meta para a qual todas as energias devem tender. A concepção acerca da batalha é simples: a batalha deve permitir a eliminação do adversário, a destruição de sua força militar e, conseqüentemente, a obtenção imediata do domínio do mar. Coutau-Begarie observa que o marinheiro não pode se privar de seus navios, assim, o desaparecimento destes inviabiliza as operações de grande porte. Mahan e Castex citam como exemplos as grandes batalhas do passado que tiveram efeitos decisivos, as batalhas decisivas: Salamina, Ácio, Lepanto, La Hougue e Trafalgar (COUTAU-BEGARIE, 2010)

### **As ofensivas de pequeno vulto ou guerra de desgaste**

Para escapar à inatividade imposta por um Poder Naval mais poderoso, o Poder Naval mais fraco pode montar operações que não obterão resultados decisivos, mas que lhe permitirão conservar sua capacidade combatente, fustigar e desgastar o inimigo. A arma submarina é, mas não só ela, um meio para levar a cabo essas ações, pois pode escapar com maior facilidade do bloqueio. Pequenos barcos também podem escapar e se engajarem contra alvos inimigos, mas sua detecção é mais fácil. Uma vantagem das ofensivas de pequeno vulto é que ela acaba obrigando ao Poder Naval superior a dividir suas forças para conter estas ofensivas, equilibrando um pouco a balança de poder.

### **A esquadra em potência (*fleet in being*)**

Segundo Coutau-Begarie, as ofensivas de pequeno vulto pressupõem certa audácia da parte do lado mais fraco. Frequentemente, ele hesita em montar operações que são muito arriscadas, limitando-se a uma atitude passiva, partindo do princípio que uma esquadra inativa vale mais do que uma esquadra afundada, uma vez que tão somente sua presença se constitui em uma ameaça para o partido dominante. Isto assegura o que se chama hoje em dia de dissuasão existencial. É a teoria da esquadra em potência (*fleet in being*) sugerida pelo Almirante Arthur Herbert (Conde de Torrington) em 1690 para justificar sua

passividade após a derrota em Béveziers<sup>6</sup> (COUTAU-BEGARIE, 2010).

Esta teoria vem gerando enormes controvérsias. Enquanto os autores do campo mais fraco a defendem, os autores clássicos, que se seguiram a Mahan, geralmente condenaram-na como sendo sinônimo de condescendência, quando não de covardia. Entretanto, é preciso destacar que em determinadas situações a diferença entre os poderes navais envolvidos é tão grande que, qualquer tentativa de saída do Poder Naval mais fraco irá resultar em prejuízos, aumentando a vantagem do Poder Naval mais forte.

### **A guerra de corso**

O princípio básico da guerra de corso tradicional consiste em renunciar a disputar, com aquele que possui Poder Marítimo, sua supremacia, dado o balanço de forças extremamente desfavorável. Assim, baseando-se na premissa da impossibilidade da potência mais forte assegurar uma proteção 100% eficaz na totalidade do espaço marítimo, o poder mais fraco empreende ataques contra as linhas de comunicação marítima, causando prejuízos financeiros e transtornos ao Poder Naval superior, além de manter aceso o risco da ameaça. Desse modo, é preciso ter em mente que a guerra de corso não pode ser vista como uma estratégia de aniquilamento, mas como uma estratégia de desgaste, cujo propósito é impedir a potência dominante de usufruir da sua supremacia, e de fazê-la sentir perdas, ainda que limitadas. O simples esforço para se evitar ações de corso, como o estabelecimento de comboios, por si só já gera algum desgaste e desequilíbrio do fluxo de mercadorias.

### ***Jeune Ecole* (Escola Jovem)**

Se a leitura de Corbett acerca das concepções estratégicas distanciava-se daqueles dogmas propostos por Mahan, a *Jeune Ecole* é, praticamente, o extremo oposto ao pensamento *mahaniano*. Esta concepção surge na França, por volta da década de 1880. Recém derrotada pela Prússia e sob influências de ordem econômica, geopolíticas e tecnológicas, a França não conseguia reunir condições para sua Armada de tal forma que este fizesse frente ao Poder Naval britânico. Já na segunda metade do século XIX, os

<sup>6</sup> A Batalha de Béveziers foi uma batalha naval travada no Canal da Mancha entre uma frota francesa e uma frota anglo-holandesa em 10 de julho de 1690, durante a Guerra da Liga de Augsburg.

conflitos no mar experimentavam os inventos decorrentes da Revolução Industrial, entre eles o torpedo, as minas, o submarino, os navios torpedeiros, a couraça, etc. Foi baseado no binômio torpedo – torpedeiro que o Almirante Théophile Aube cria essa nova concepção estratégica. Esta preconizava o corso, a defesa do mar territorial, das instalações costeiras e as pequenas incursões contra inimigos, desde que não se distanciasse muito das suas bases.

Assim, essa concepção baseava-se em navios especializados, velozes, empregados em grande número e com reduzida tonelagem. O desgaste ao inimigo era feito por meio do emprego de navios de pequeno porte, armados adequadamente e com uso inteligente. Dessa forma, amalgamando recursos próximos ao litoral, a *June Ecole* estabeleceu-se como uma estratégia de validade geral, eficiente, versátil e de baixo custo (FERREIRA, 1995).

### **3. A MODERNA ESTRATÉGIA NAVAL**

Nos anos mil e oitocentos, uma nova tecnologia fez com que os paradigmas do Poder Marítimo fossem revistos. O navio movido a vapor entrava em operação, sendo agora possível mover-se de forma mais rápida e independente dos caprichos do vento e, principalmente, sem perder capacidade de artilharia.

Sobre esta evolução, cumpre-se mencionar que enquanto a galera esteve presente desde a antiguidade até a batalha de Lepanto, em 1571, e depois os navios a vela reinaram absolutos por quase quatrocentos anos, as rápidas transformações tecnológicas iniciadas no século XIX, alteraram profundamente o que Bernard Brodie (1958) chamou de “instrumentos do Poder Naval”.

No tocante a estas transformações, inicialmente, os navios de casco de madeira foram revestidos com chapas de ferro para a sua proteção; depois os cascos foram feitos de ferro e, finalmente, de aço; foi introduzida a propulsão a vapor inicialmente como um complemento à propulsão à vela (propulsão mista) e mais tarde como sistema único; a roda muito vulnerável ao fogo inimigo e reduzindo o espaço disponível para a artilharia, foi substituída pela hélice; a eletricidade passou a ser usada a bordo e a compartimentagem

estaque veio aumentar a capacidade de o navio, mesmo avariado, se manter flutuando; os grandes canhões, de carregamento pela culatra, alma raiada, grande alcance, montados em torres, usando projéteis com ogiva e carregados com auto explosivo, deram aos navios um enorme poder de fogo e deram início a um confronto, que se tornaria tradicional entre o canhão e a couraça, entre o ataque e a defesa; o torpedo autopropulsado inventado em 1877, veio substituir os ineficazes torpedos *Harvey* e de lança; surgem os torpedeiros para atacar a linha de batalha com os novos torpedos; a resposta não tardou e logo aparecem os contratorpedeiros e a bateria secundária compreendendo canhões de menor calibre e grande rapidez de tiro, para se oporem aos torpedeiros; as minas começam a ser desenvolvidas; o submarino, que já na primeira guerra mundial mostraria suas possibilidades, atinge no final do século o estágio operacional (VIDIGAL, 1998, p.108).

Talvez, a grande representação deste rápido desenvolvimento do século XIX reflita-se no fato de que em 1860 o principal navio britânico no Mediterrâneo, o HMS *Victória*, era um gigante feito de madeira, movido à vela e armado com 120 canhões antigos e ainda carregados pela boca. E apenas quarenta anos depois, os britânicos lançavam ao mar o HMS *Dreadnought*, feito todo em aço, com modernos e enormes canhões e propulsionado a vapor.

Entretanto, apesar dos avanços tecnológicos, os custos destas armas aumentavam exponencialmente, limitando a posse desses poderosos navios aqueles que podiam pagar para acompanhar tal ritmo de desenvolvimento. Entre 1850 a 1954, a despesa com um único couraçado aumentou mais de 200 vezes. O *Maine*, encomendado em 1896, custou a Marinha americana 4,7 milhões de dólares. O *North Carolina*, encomendado em 1937, custou 77 milhões, enquanto *Iowa*, de 1940, mais de 100 milhões. As melhorias que ocorreram não correspondiam a monta dos aumentos de custo (GEORGE & MEREDITH FRIEDMAN, 2008, p.195)

Sobre essa questão abordada pelos autores, digna de nota é a situação apresentada por Rui Barbosa em seu artigo *A Lição das Esquadras*, publicado no jornal *A Imprensa*, em 16 de novembro de 1898, por ocasião da vista de navios estrangeiros ao porto do Rio de Janeiro. Rui Barbosa lembrara do Poder Naval brasileiro após Guerra do Paraguai, destacando que trinta anos antes o Brasil havia batido o Paraguai e construído um poder

naval digno e moderno, “obtido a custa do melhor de nosso sangue” (BARBOSA, 1898). Porém, em 1898, ao observar os grandes navios estrangeiros em nosso porto, Rui Barbosa compara nosso assombro com aquele dos primeiros habitantes das Américas ao verem os navios europeus chegando.

Ingenualmente dilatamos as pupilas, como alguma coisa da impressão primitiva dos antigos hóspedes das nossas selvas, quando essas grandes aves que arribam da civilização açoitaram pela primeira vez com as largas asas brancas a quietude deste estuário, como se, tantos séculos depois, ainda inquiríssemos de onde vêm essas gaivotas gigantes [...] (BARBOSA, 1898).

O vapor e as transformações que se seguiram, levaram novamente os homens a pensarem sobre questões táticas e operacionais. Entretanto, em meados do século XIX, o pensamento estratégico retorna com força. O fenômeno é alimentado por diversas publicações ligadas ao tema que começam a circular pela Europa e pela América, das quais, podemos destacar a Revista Marítima Brasileira, lançada em 1851<sup>7</sup>, a *Revue Maritime*, em 1866 e a *Revisa General de La marina*, 1877. Também surgem diversas escolas voltadas ao ensino estratégico da guerra no mar, o que hoje chamamos de Escolas de Guerra Naval, dentre as quais se destacam: a *Marine-Akademie* (1872), na Almenanha; o *Naval War College* (1884), nos EUA; a *École Supérieure de Guerre de La Marine* (1896), na França. Para Coutau-Bégarie, somente em 1880 se constituem, de fato, escolas cujo “*confrontamento*” vai ritmar toda a evolução do pensamento naval contemporâneo (COUTAU-BÉGARIE, 2006 p.432).

Como consequência desse processo, já no final do século XIX, surgem pensadores que exercerão enorme influência no desenvolvimento das modernas estratégias navais, conhecidos como *Blue-Water Thinkers* (THE U. S. NAVAL WAR COLLEGE, 2009, p. 01) nas publicações do *Naval War College*. Dentre os nomes que surgem, destacam-se o Almirante americano Alfred T. Mahan (1840-1914) e o Historiador naval britânico Sir Julian Corbett (1854-1922).

No intuito de estabelecer noções preliminares acerca de alguns conceitos-chave

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre a Revista Marítima Brasileira e publicações militares nos oitocentos, vide a pesquisa: *Imprensa Militar nos Oitocentos: Brasil e Argentina*, apresentada pelo historiador José Miguel Arias Neto no I Encontro Regional (Sudeste) da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

ao entendimento da estratégia naval, tais como Poder Marítimo e Poder Naval, é preciso, antes de tudo, verificar como a Marinha os define. Segundo a Doutrina Básicas da Marinha, o conceito de Poder Marítimo é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2014 p. 01). No que se refere ao conceito acerca do Poder Naval, a designação da força é de que o Poder Naval é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo. O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa (BRASIL, 2014, p.5).

Mesmo sendo considerado o fundador da ideia clássica de Poder Marítimo, Alfred Mahan não encerrou sua ideia em um conceito fechado, mas ofereceu as bases para sua compreensão, questão que será abordada ainda neste capítulo. Porém, outros pensadores se esforçaram em traduzir a ideia universalista do Poder Marítimo. Para Geoffrey Till (2006), Poder Marítimo “é a capacidade de interferir no comportamento de outro Estado através daquilo que você é capaz de fazer no mar”. Já para Herbert Richmond é a “parte do poder nacional que permite transportar bens e exércitos pelo mar e impedir o inimigo de fazê-lo.” Outra conceituação de Poder Marítimo que se destaca é a proposta por Bernard Brodie (1961), em que “o Poder Marítimo significa a soma total de todas as armas, instalações, e condições geográficas que permitem a uma nação controlar o tráfego marítimo em tempos de guerra “. Ainda sobre o Poder Marítimo, Mahan escreve que a finalidade da Estratégia Naval é apoiar, tanto na paz quanto na guerra, o desenvolvimento do Poder Marítimo de um Estado (MAHAN, 1890, p. 23).

#### **4. ALFRED MAHAN E JULIAN CORBETT**

##### **Alfred T. Mahan**

Para Coutau-Begarie, a escola do domínio do mar se encarna na figura do Almirante Alfred T. Mahan, sintetizada principalmente em sua obra *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783* (1890), extraído de seu curso na Escola de Guerra Naval, de Newport

(COUTAU-BÉGARIE, 2006 p. 438). Mahan estudou por três anos na Academia de Anápolis, graduando-se Guarda-Marinha em 1859. Mais tarde filiou-se a causa da União durante a Guerra de Secessão americana. Entretanto, não participou ativamente de sua conclusão, estando ora servindo em navios distantes, ora prestando serviços em terra, como na Academia Naval (ALVES DE ALMEIDA, 2009, p. 98)

Inspirado por sua habilidade em derrotar de forma incontestável o inimigo em batalhas e de estabelecer um amplo comando do mar, como fez em Trafalgar (1805) ao bater a esquadra de Napoleão comandada por Villeneuve. Mahan tinha como grande exemplo e ídolo o Almirante inglês Horatio Nelson. A principal influência sobre a construção da concepção estratégica de Mahan advém da obra de Jomini<sup>8</sup>, porém, com frequência, é possível encontrar em pontos de sua obra referências ao pensamento de Clausewitz<sup>9</sup>. Um exemplo marcante disso é a visão de Mahan colocando a guerra como subordinada à política, ideia já trabalhada no bloco inicial do capítulo.

Como geopolítico e teórico do Poder Naval, Mahan (1890) identificou uma relação entre a riqueza das nações e o uso que estas fazem do mar. Para ele, a nação que souber fazer bom uso do mar terá melhores condições de explorar o comércio, a riqueza e os recursos econômicos do mundo em seu proveito, tendo então melhores condições para vencer as guerras que possam ocorrer. Observando a história, Mahan faz uma associação relativamente simples: um comércio florescente, amparado por uma frota significativa, é fator de prosperidade e grandeza de uma nação.

Com Mahan, a estratégia naval passa a ser integrada a uma estratégia geral, que não é mais limitada à condução da guerra, construindo então a concepção de estratégia em tempo de paz. Entretanto, para Mahan, uma vez que a guerra fosse declarada, esta necessitava ser conduzida ofensivamente e com agressividade. Observando a história, Mahan constatou que, em linhas gerais, o Poder Marítimo seria a resultante da integração de elementos materiais e vontades políticas, que faziam do controle do mar o elo pelo qual a riqueza se acumulava e, posteriormente, se transformava em poder. Afirmando a supremacia

<sup>8</sup> Antoine-Henri Jomini, Barão Antoine-Henri Jomini, foi o principal teórico militar da primeira metade do século XIX, tendo participado das campanhas napoleônicas. Escreveu “Sumário da Arte da Guerra” em 1836, onde dividiu a arte da guerra em cinco atividades: estratégia, grande tática, logística e tática menor.

<sup>9</sup> Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (Burg, 1 de junho de 1780 — Breslau, 16 de novembro de 1831) foi um militar do Reino da Prússia que ocupou o posto de general e é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra por sua obra da guerra.

dos impérios marítimos sobre os impérios continentais, Mahan fornece as bases históricas ao “navalismo”, elemento fundamental na expansão que caracteriza as grandes potências europeias. Sobre Mahan, Coutau-Bagarie conclui que como discípulo de Jomini, Mahan proclama a existência de princípios universalmente válidos: a ofensiva, a concentração e a economia de forças em vista da batalha decisiva. Com esse pensamento, Mahan consegue cristalizar sua percepção da ideia principal do objetivo militar, que era o aniquilamento total da força armada adversária. Preferencialmente, por meio de uma batalha decisiva. Em sua opinião, o inimigo não deveria ser apenas repellido, mas, completamente destruído.

Seu conceito central, o Poder Marítimo (*sea power*), torna-se o ponto de ligação de gerações de marinheiros. Tal pensamento amplia consideravelmente a leitura do papel do Poder Marítimo no mundo e, conseqüentemente, as bases de seu emprego. Para Mahan, o “controle do mar” ou “comando do mar”, como ele preferia, não se daria apenas com a tomada de alguns navios, ou mesmo com a “tomada” de comboios da nação inimiga, pois isso não afetaria substancialmente sua economia. O comando do mar seria a obtenção de um ilimitado poderio no mar que expulsaria o inimigo dos oceanos (ALVES DE ALMEIDA, 2009, p. 175).

Ainda para Alves de Almeida, o controle das grandes linhas de comércio, impedindo que o inimigo delas usufrísse era o ponto fundamental para Mahan. Dessa forma, conclui-se que as comunicações dominavam a guerra; como um elemento da estratégia, as comunicações navais tinham prevalência sobre todos os elementos no conflito. Entretanto, segundo Mahan, para que esse exercício de Poder Naval pudesse ser realizado, era imperativa a posse de uma poderosa marinha de guerra, composta por navios capazes de lutar e vencer a batalha decisiva, enfatizando assim o papel dos grandes encouraçados. Completando o raciocínio, uma vez que o domínio fosse conquistado, seria necessário manter o controle sobre as comunicações marítimas e manter o inimigo bem afastado, se não completamente destruído ou impotente (ALVES DE ALMEIDA, 2009, p. 175).

Apesar de pioneiro quanto a ideia do Poder Marítimo, Mahan não chega a definir um conceito para que encerre a ideia de Poder Marítimo, mas apresenta os elementos fundamentais para sua obtenção. São eles: I. Posição geográfica. II. Conformação Física, inclusive se ela mantém conexão com as produções naturais e climáticas. III. Extensão do

Território. IV. Número de População. V. Caráter do Povo. VI. Caráter do Governo.

### *Julian Corbett*

Sir Julian Corbett foi escritor e geo-estrategista, além de proeminente historiador militar naval britânico, mantendo inclusive amizade com o grande historiador naval John Knox Laughton, o fundador da moderna historiografia naval britânica. Suas ideias ajudaram a moldar a Royal Navy no século XX, além de possuir estreita amizade com o Primeiro Lord do Mar inglês, John Fisher. Sua obra mais relevante foi *Some Principles of Maritime Strategy*, publicada em 1911.

Apesar de considerar que “a guerra é a continuação da política por outros meios” (CORBETT, 1936, p. 24), ou seja, diretamente ligada ao interesse político, assim como Mahan, Corbett destaca que dependendo de seu propósito político, a guerra pode adquirir um caráter defensivo ou ofensivo. Corbett também acredita que o comércio e as linhas de comunicação marítimas são a razão de ser do Poder Marítimo, tal como Mahan pensou.

Para iniciar seu pensamento, Corbett enxerga claramente o mar como mais um campo de batalha, assim como a terra e, apesar de fundamental, a guerra no mar deveria intervir no que acontecia em terra, pois na terra é que seriam tomadas as decisões finais, afinal, segundo ele, “os homens vivem sobre a terra e não sobre o mar” (CORBETT, 1936, p. 24). Nesse contexto, Corbett distingue a estratégia marítima da estratégia naval. Corbett dedica boa parte de seu pensamento para marcar as diferenças estratégicas entre princípios da guerra utilizados em terra e sua apropriação e aplicação sobre a dinâmica da guerra no mar. Tal aplicação seria para ele uma falsa analogia, posto que o mar apresenta condições completamente diferentes da terra e “ não se pode conquistar o mar, pois este não é suscetível a possessão” (CORBETT, 1936, p. 100), exceto águas territoriais. Nesse ponto, Corbett utiliza o conceito de concentração para ilustrar a situação, sem citar Mahan<sup>10</sup>, Corbett critica a aplicação do princípio de concentração utilizado em terra para a guerra naval, pois, sob sua visão, tal emprego tira a flexibilidade da esquadra, essencial em sua opinião. Para ele, a concentração válida no mar deve dispor-se em forma tal que qualquer

<sup>10</sup> Destaca-se que Mahan, inspirado por Jomini, importa princípios do exército, adotando a concentração tática, referente a massa, já Corbett adota o princípio da concentração estratégica. (PROENÇA, 1999)

parte possa mover-se livremente e todas as partes possam unir-se rapidamente em uma massa em qualquer ponto da concentração.

Para Corbett, o domínio do mar não “significa outra coisa senão o controle das comunicações marítimas para fins militares ou comerciais” (CORBETT, 1936, p. 102), sendo então objetivo da guerra no mar o controle das linhas de comunicação que atravessam os oceanos e alimentam o comércio, não a conquista do território, como na guerra terrestre. Corbett esclarece antes de tudo que, dependendo de um propósito ou do que se planeja, o domínio do mar pode ser temporal ou local e não, necessariamente absoluto, como preconizou Mahan. Dessa forma, posto que o próprio Corbett enxergava como virtualmente impossível o domínio do mar, talvez seja mais honesto falar em Controle de Área Marítima, conforme terminologia mais utilizada no presente.

Corbett observa a esquadra a partir de um uso mais amplo e flexível do que Mahan, que a visualizava primordialmente para a concentração e combate. Corbett explica que a esquadra pode ser utilizada para proteção do comércio, para escolta, para bloquear ou destruir um inimigo ou atacar seu comércio - dentro de uma concepção moderna de guerra de corso -, principalmente em áreas focais<sup>11</sup>. Ainda para Corbett, a preocupação não deve ser simplesmente a destruição da força naval inimiga, mas também o uso que ela faz do mar. Para Corbett, a batalha decisiva é impraticável, e tem sido muito rara na história, pois o mais fraco sempre evitará o confronto com medo de perder o que lhe resta de força. Porém, tomando o domínio do mar como nada além do que o controle das comunicações marítimas, a alternativa plausível para isso é bloquear a força inimiga ou mantê-la longe de seus propósitos, de modo que se tire proveito do resto do mar.

Resumo comparativo – Mahan x Corbett		
Opinião sobre:	Alfred Mahan	Julian Corbett
Ao imaginar uma Marinha	Imaginou como esta deveria ser, sem abordar necessariamente a questão dos recursos disponíveis	Considerou o que seria possível fazer com os recursos disponíveis
Batalha Decisiva	Fundamental sempre que possível	Normalmente impraticável

<sup>11</sup> Zonas com maior concentração de navios tais como como áreas de entrada e saída de portos e estreitos.

		Depende do propósito:
Comportamento na guerra	Agressivo e ofensivo	ofensiva ou defensiva - negativa ou positiva
Domínio do mar	Ilimitado	Temporal ou espacial
	Não muito eficaz, porém	
	enquanto não se forçar o	Não é uma ameaça ao
Esquadra em potência	inimigo a sair de seus portos	comando do mar, pois esta se
	para lutar, ele é uma ameaça	encontra retida e imóvel
	pela sua simples existência.	
Guerra de corso	Ineficiente	Pode ser utilizado com
		alguma eficiência
Influência	Antoine-Henri Jomini	Carl Von Clausewitz
	Preferência por poderosos	
Meios da esquadra	navios de linha -	Preferência por meios
	encouraçados	flexíveis - cruzadores
Modelo	Horatio Nelson	Francis Drake
Modo de conquistar o	Expulsando ou destruindo o	Mantendo o inimigo afastado
objetivo	inimigo, principalmente, na	ou bloqueado
	batalha decisiva	
O mar na guerra	Primazia	Como mais um campo de
		batalha - as decisões finais
		seriam sempre em terra
Objetivo da guerra no mar	Controle das comunicações	Controle das comunicações
	marítimas	marítimas
		Defesa das linhas
<b>Projeto de força naval</b>	Ênfase na linha de batalha	de comunicação, especialmente com
		cruzadores
	Para a guerra no mar	
<b>Princípios da Guerra</b>	utilizou princípios da guerra	Dinâmica particular de
	aplicáveis em terra	princípios na guerra no mar
<b>Teoria da Guerra</b>	Subordinada a política	Subordinada a política

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou uma série de fatores conjunturais que possibilitou, a partir da segunda metade do século XIX o florescimento de uma nova era do pensamento estratégico naval, capitaneada por Sr. Alfred Mahan e por Julian Corbett, conhecidos como os estrategistas do mar azul (alto mar). Dentre as circunstâncias que desencadearam este fenômeno, identificamos com clareza a presença de ao menos três fatores, são eles: (I) Rápido desenvolvimento tecnológico dos instrumentos do Poder Naval; (II) Concentração do Poder Naval em poucos Estados como consequência do desenvolvimento técnico e elevação dos custos de construção e manutenção dos navios e demais equipamentos; e (III) Profícuo momento para o debate acerca da estratégia naval com revistas circunscritas ao tema e desenvolvimento das escolas navais.

Convergindo em alguns pontos e divergindo em diversos outros, Corbett e Mahan acabam por se complementarem e nos legarem a base do pensamento estratégico naval moderno, ainda presente nas Doutrinas Navais das principais marinhas do mundo. Um (Mahan) foi o evangelista do Poder Marítimo, também considerado pioneiro da geopolítica moderna, e o outro destacou-se como grande estrategista da marinha possível. Não por acaso, até hoje as marinhas ao redor do mundo têm seu perfil observado de acordo com uma preponderância de características mahanianas ou corbettianas.

## REFERÊNCIAS

- CORBETT, Julian S. **Some Principles of Maritime Strategy**, Longma's Green and Co. London, 1911
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução para o português CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1984. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>> Acessado em: 17/02/2015
- ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle J.; MURRAY, William S.; WILSON, Andrew R. (Ed.). **CHINA'S future nuclear submarine force**. Maryland: Naval Institute

Press, 2007

- FERREIRA, Marcos J. C., As concepções Estratégicas Navais Clássicas e suas validades atual e prospectiva. **Revista Marítima Brasileira**. n 3, 1995.
- FLORES, Mario Cesar. **Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo: e Realizações, 2002.
- FLORES, Mario Cesar; VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Desenvolvimento do Poder Naval Brasileiro: tópicos para debate**, Brasília, 1976
- MAHAN, A. T. **The influence of Sea Power upon History: 1660-1783**. *Boston*: Little, Brown and Company, 1890.
- OLIVEIRA, F. **Arte da Guerra do Mar**. Lisboa, 1555. Edição de 2008
- VIANNA FILHO, Arlindo. **Estratégia Naval Brasileira: abordagem à história da evolução dos conceitos estratégicos navais brasileiros**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Apontamento de Estratégia Naval. In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v.118, n 7/9, p. 103/132, 1998.

## APONTAMENTOS SOBRE A ARQUEARIA MILITAR INGLESA

Hiram Alem<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo promover, através do breve estudo alguns momentos chave, a compreensão e estudo da cultura militar medieval inglesa, no que tange o emprego da arquearia. Para tanto, acompanhamos desde suas aparições entre os Anglo-Saxões, até aquele que é considerado seu apogeu, a Guerra dos Cem Anos.

**Palavras-chave:** Arquearia, História Militar, Guerra dos Cem Anos

**Abstract:** The following article intends to promote, through a brief examination of some key events, the comprehension and study of English medieval military culture regarding the employment of archery. In order to accomplish so, we shall take a look at its presence from the Anglo-Saxon period, to that which is commonly known as its apogee, the Hundred Years War.

### Introdução

Este artigo é o fruto de alguns anos de pesquisa durante meu período de graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Álvaro Bragança. Tal realização é igualmente fruto da experiência junto ao Grupo de Estudos em História Militar (GEHM) na Universidade Federal Fluminense, coordenado pelo Prof. Dr. Manuel Rolph Cabeceiras.

O presente artigo tem por objetivo oferecer um breve olhar sobre a arquearia militar inglesa, da qual recortamos seu emprego entre os anglo-saxões até o crescimento e amplo emprego entre os ingleses durante nos séculos XIII e XV. Nosso olhar irá direcionar-se especificamente para a forma como a arquearia militar foi empregada taticamente. É, também, nosso objetivo, brevemente apontar algumas transformações na cultura militar inglesa, no que tange a arquearia.

<sup>1</sup> Mestrando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bolsista CAPES.  
E-mail para contato: hiramalem@gmail.com

Não tencionamos esgotar um assunto tão vasto e rico quanto este, que possui ampla bibliografia a ela dedicados pela historiografia inglesa desde o século XIX. Portanto, visando prover um ponto de partida para futuros estudos em torno deste assunto, recortamos e apresentamos aqui alguns períodos e momentos que consideramos serem importantes para a compreensão do fenômeno da arquearia na Inglaterra.

É necessário ressaltar que esta pesquisa faz-se à luz do referencial teórico do historiador militar inglês John Keegan (1934–2012), que propõe uma visão da guerra enquanto um fenômeno cultural. Esta visão nos permite alcançar os diversos elementos presentes em um conflito para além da batalha ou das figuras dos líderes, tendo em vista que, conforme Keegan (1995, p. 28) nos diz “(...) a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura.”

A importância de tal análise, para além de iluminar a presença de arqueiros em batalhas, mostra-se sobretudo na contestação de que, militarmente, a Idade Média teria sido a idade da cavalaria, conforme fora sugerido pela historiografia militar mais tradicional. Não buscamos aqui negar a importância tática da cavalaria, apenas contribuir para um olhar mais abrangente sobre o emprego de outras armas, combatentes e táticas.

## 1. A ARQUEARIA ENTRE OS POVOS GERMÂNICOS

Embora a forma primária de combate germânico-escandinava seja realizada à curta e média distância, no corpo-a-corpo, utilizando escudos, espadas e machados, o arco tem seu lugar entre estes povos, conforme achados arqueológicos e registros tanto literários quanto iconográficos. Entre os Anglo-Saxões, encontramos exemplos do emprego da arquearia militar em sua literatura, como retrata o poema sobre a Batalha de Maldon<sup>2</sup>:

Bows were busily at work<sup>3</sup>, shields received spears.

Fierce was that onslaught.

Warriors fell in battle on either side, young men lay slain.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.english.ox.ac.uk/oecoursepack/maldon/index.html>

<sup>3</sup> No original: *bogan° wæron bysige, bord ord onfeng.*

<sup>4</sup> Tradução nossa: Os arcos estavam ocupados, escudos receberam lanças. Feroz foi o massacre. Guerreiros caíram em ambos os lados e jovens jazem mortos.

Em Hastings (1066), a Tapeçaria de Bayeux nos apresenta um único arqueiro entre os guerreiros de Harold Godwinson, conforme nos mostra a Imagem 1, frente aos muitos outros do normando Guilherme, que podem ser encontrados ao longo da Tapeçaria.

**Figura 1** – Arqueiro anglo-saxão



*The only English archer in the Bayeux tapestry — his costume indicates low social rank.*

against stating categorically that the Anglo-Saxons had no archers at Hastings.<sup>11</sup> It is more likely that the English did have archers, and that some appeared at Hastings. Pursuing our earlier conjecture, it may be that the local levies used at Hastings, from the south, were not soldiers skilled in archery.

#### *Archery in Normandy before 1066*

The evidence for the use of the bow in Normandy before 1066 is as slight as that for England, though our knowledge of the Battle of Hastings itself clearly suggests a strong likelihood that military archery in Normandy was by that time well developed.

The Normans like the English had strong links with Scandinavia. Normandy had been settled by the vikings, and since 911 had been ruled by a Scandinavian dynasty. The vikings had a great military reputation. They were great spearmen, and

<sup>11</sup> *Bayeux Tapestry*, pl. 63.

Fonte: BRADBURY, 1995, p.22

Cabe aqui lembrar que, estes normandos que desembarcavam na Inglaterra em 1066 são de descendência escandinava, cujos ancestrais assentaram na região da Normandia. Portanto, faz-se necessário levarmos em consideração que em suas práticas e instrumentos militares podemos ainda localizar permanências de seu passado germano-escandinavo. A respeito sobre os arqueiros entre os normandos, temos no relato de William de Poitiers (1995, p.32) que, durante a organização de seu exército, Guilherme:

(...) placed infantry in front armed with bows and crossbows, and behind them other infantry more heavily armed with mail tunics (*loricatos*); in the rear the contingents of mounted knights (*turmas equitum*), himself in the centre thereof with an élite force, so that he could direct everything with hand and voice.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Tradução nossa: Colocou a infantaria na vanguarda armada com arcos e bestas e atrás deles outra infantaria com melhor equipada com túnicas de malha (*loricatos*); na traseira os contingentes de cavaleiros montados (*turmas equitum*) e a si mesmo no centro com uma força de elite, de forma que ele pudesse direcionar tudo com mão e voz.

Ressaltamos aqui que, embora utilizada, a arquearia – aqui entendida por arcos e bestas – entre os normandos não foi a responsável pela vitória desta batalha. Entendemos que são múltiplos os fatores que permitem com que um exército obtenha a vitória sobre o outro. Assim, tanto o uso de retiradas estratégicas<sup>6</sup>, o emprego da cavalaria e as condições dos homens de Haroldo Godwinson, entre outros fatores, provam-se igualmente importantes para o triunfo normando em 1066.

Com o estabelecimento dos normandos de Guilherme, a cultura militar anglo-saxã passa por transformações, entre as quais está um pronunciado uso de cavalaria em combate. Ao falarmos da arquearia na Inglaterra, o período dito “anglo-normando” nos permite observar uma particular tática que, séculos mais tarde, seria repetidamente executada pelos ingleses durante a Guerra dos Cem Anos, isto é, a combinação de arqueiros com cavaleiros desmontados.

## **2. ARQUEIROS E CAVALEIROS APEADOS – PERÍODO ANGLO-NORMANDO**

Um costume comumente observável entre os anglo-normandos após o estabelecimento normando no século XI, será o de desmontar seus cavaleiros para enfrentar os exércitos inimigos. Embora escassas as batalhas nas quais encontramos o referido costume, o apeamento de cavaleiros em si não surgiu no século XII. De acordo com Jim Bradbury (1999, p. 45), “Although the dismounting of knights became almost a commonplace in the first half of the twelfth century, it was not an entirely novel idea. As early as 891 one hears of Franks dismounting to fight the Battle of the Dyle (...)”<sup>7</sup>

Devemos apontar, no entanto, que durante as batalhas do século XII, podemos identificar apenas duas instâncias em que os relatos indicam que cavaleiros apeados foram dispostos em conjunto com arqueiros. Não entendemos, contudo, que arqueiros não estivessem presentes nas batalhas em que sua ação não é relatada pelos cronistas. Jim Bradbury (1999, p.57) propõe que “archers were present in any infantry force of size at the time, but often overlooked by the chroniclers unless they played a decisive part.”<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Embora não seja incontestável a idéia de que os normandos fingiram uma retirada como forma de desestabilizar a formação anglo-saxã, opto pelo entendimento de que os normandos não eram incapazes de mobilizar tal tática.

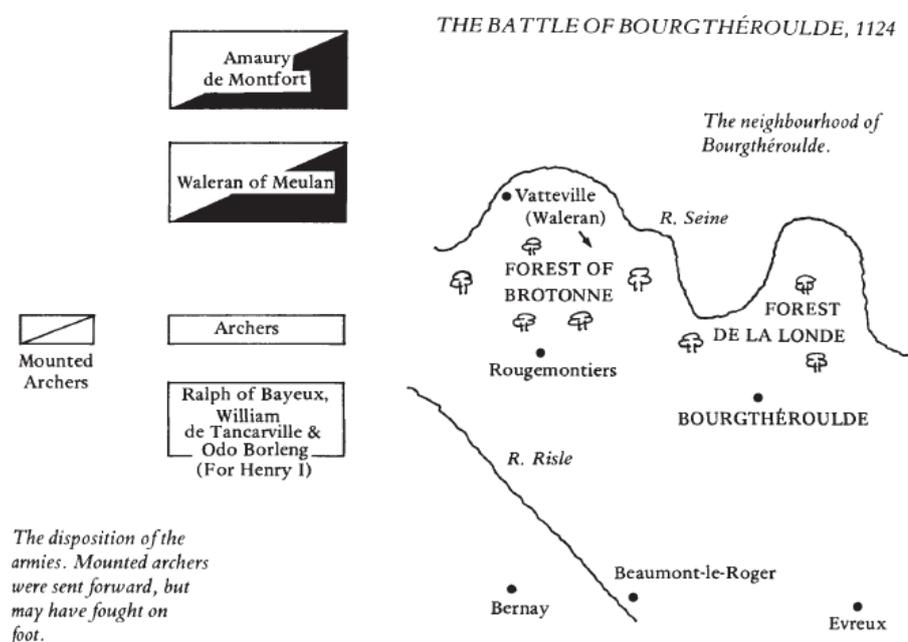
<sup>7</sup> Tradução nossa: Embora o apeamento de cavaleiros seja quase um lugar comum na primeira metade do século doze, ela não era uma idéia completamente nova. Já em 891 pode-se ouvir de francos desmontando para lutar a Batalha do Dyle.

<sup>8</sup> Tradução nossa: Arqueiros estavam presentes em qualquer infantaria de tamanho à época mas, comumente ignorados

Para além de realçar uma cultura militar, buscamos aqui exemplificar alguns pontos de similitude e diferença entre as disposições táticas empregadas pelos anglo-normandos e aquelas empregadas pelos ingleses durante a Guerra dos Cem Anos, que abordaremos mais adiante neste artigo.

Traremos como exemplo as duas batalhas travadas no referido século, nas quais podemos observar o exército anglo-normando em combate, apeando seus cavaleiros e os dispendo em conjunto com arqueiros, a saber: Bourgthéroulde (1124) e a Batalha do Estandarte (*Standard*) (1138), também conhecida como Batalha de Northallerton.

**Figura 2** – Batalha de Bourgthéroulde – Fonte: BRADBURY (1995, p.49)



A primeira batalha aqui analisada, Bourgthéroulde (1124), revolve em torno da rebelião do Conde Waleran de Meulan contra Henrique I. Waleran e seu grupo de cavaleiros, lançando-se em razias até as terras de Vatteville ao norte da Normandia, encontraram resistência de nobres como Odo Borleng e Ralph de Bayeux – castelão de Evreux –. Sobre a organização, Orderic Vitallis (EHI, p. 73) nos relata que Odo falou a seus homens:

It will be best for part of us to dismount and engage on foot, while the other part remain in the saddle, and fight on horseback. The bowmen should form the first line to annoy the enemy, and check their advance by flights of arrows which may wound

---

pelos cronistas a menos que tivessem participado de forma decisiva.

their horses.<sup>9</sup>

Podemos aqui observar melhor o papel tático da arquearia para a época, na qual os arqueiros cumprem a função de retardar o avanço da cavalaria, ao mesmo tempo em que a enfraquece, para que os cavaleiros anglo-normandos desmontados possam recebê-la. Sobre o resultado desta tática, temos Orderic (EHI, p. 74) escrevendo que:

At first Count Waleran wished to charge the enemy with forty men-at-arms, but his horse was shot by the archers and fell under him. No less than forty horses were thus killed in the onset, and brought to the ground before their riders could strike a stroke. In consequence, the party of the count was quickly overpowered and routed, each man abandoning his arms and every incumbrance, and seeking his safety in flight in the best manner he could.<sup>10</sup>

Deste modo, as forças de Waleran são derrotadas e este é capturado ao fim da batalha. No mesmo ano, o conde perde suas posses – entre elas o castelo de Beaumont – para o rei Henrique I.

O próximo conflito do período que aqui analisaremos é a Batalha do Estandarte (1138), fruto de uma incursão escocesa. As forças escocesas, encabeçadas pelo rei David I, encontraram-se com os nobres anglo-normandos perto de Northallerton, em Yorkshire.

Liderados pelo bispo Ralph de Orkneys, junto com outros membros do clero, enviados pelo arcebispo Thurstan, os anglo-normandos reúnem-se em torno de um mastro de navio, no topo do qual colocaram uma hóstia, bem como bandeiras de santos. O cronista inglês e prior<sup>11</sup> Ricardo de Hexham (1856, p. 49-50) nos descreve a organização de ambos os exércitos da seguinte forma:

The greater part of the knights, then dismounting, became foot soldiers, a chosen body of whom, interspersed with archers, were arranged in the front rank. The others,

---

9 Tradução nossa: Será melhor que parte de nós desmonte e combata a pé, enquanto a outra parte permanece na sela e luta à cavalo. Os arqueiros devem formar a primeira fila para atrapalhar o inimigo e refrear seu avanço por meio de flechas que podem ferir seus cavalos.

10 Tradução nossa: A princípio, o Conde Waleran desejou dar carga contra o inimigo com quarenta homens-de-armas, mas seu cavalo foi atingido pelos arqueiros e caiu sob ele [O Conde]. A seguir, não menos do que quarenta cavalos foram assim mortos, e trazidos ao chão antes que seus cavaleiros pudessem desferir um golpe. Em consequência, o grupo do conde foi rapidamente sobrepujado e disperso, cada homem abandonando suas armas e peso extra, buscando segurança ao fugir da melhor maneira que pudesse.

11 Posição obtida em 1143, portanto, a obra aqui citada pode ter sido escrita quando Ricardo era apenas um monge.

with the exception of those who were to dispose and rally the forces, mustered with the barons in the centre, near and around the standard, and were enclosed by the rest of the host, who closed in on all sides. The troop of cavalry and the horses of the knights were stationed at a little distance, lest they should take fright at the shouting and uproar of the Scots. In like manner, on the enemy's side, the king and almost all his followers were on foot, their horses being kept at a distance. In front of the battle were the Picts; in the centre, the king with his knights and English; the rest of the barbarian host poured roaring around them.<sup>12</sup>

Nesta descrição é possível percebermos uma disposição tática que guarda similitudes em relação a batalha anteriormente analisada. Destacamos que nesta ocasião, no entanto, os arqueiros são dispostos entremeados entre os cavaleiros desmontados. Para melhor suportar esta idéia, acrescentamos aqui o relato de Ailred, abade da comunidade monástica cisterciense de Rievaulx. Ailred (1908, p. 201-2) nos diz que:

(...) the southernns, since they were few, very wisely massed into one column. For the most vigorous knights were placed in the first front, and the lancers and archers so distributed through them that they were protected by the arms of the knights, and could with equally greater vigour and security either attack the enemy or receive his attack.<sup>13</sup>

Assim, temos aqui novamente os arqueiros dispostos entre os cavaleiros juntamente com lanceiros, de forma que estes se beneficiem da proteção dos cavaleiros apeados. Sobre o resultado desta tática, Ailred (1908, p. 202-203) escreve que:

(...) the column of the Galwegians after their custom gave vent thrice to a yell of horrible sound, and attacked the southernns in such an onslaught that they compelled the first spearmen to forsake their post; but they were driven off again by the strength of the knights, and recovered their courage and strength against the foe. And when the frailty of the Scottish lances was mocked by the denseness of iron and wood they drew their swords and attempted to contend at close quarters. But the southern flies swarmed forth from the caves of their quivers, and flew like closest rain; and irksomely attacking the opponents' breasts, faces and eyes, very greatly impeded

12 Tradução nossa: A maior parte dos cavaleiros, então desmontando, se tornaram soldados apeados, do qual, um seletto grupo, entremeadado com arqueiros, foi posto na fileira da frente. Os outros, com exceção daqueles que deveriam organizar e reunir as forças, juntaram-se aos barões no centro, perto e ao redor do estandarte, e foram circundados pelo resto da hoste, que aproximou-se de todos os lados. A tropa de cavalaria e seus cavalos foram postos a uma curta distância, para que estes não se assustassem com a gritaria e tumulto dos escoceses. Da mesma forma, no lado inimigo, o rei e quase todos seus seguidores estavam a pé, com seus cavalos sendo mantidos a distância. Na frente da batalha estavam os pictos, no centro, o rei com seus cavaleiros e ingleses, o resto da hoste bárbara avançava rugindo ao redor deles.

13 Tradução nossa: Mas os sulistas, como eram poucos, muito sabiamente agruparam-se em uma coluna. Pois os mais vigorosos cavaleiros foram dispostos na primeira frente, e os lanceiros e arqueiros tão distribuídos entre eles, que estavam protegidos pelas armas dos cavaleiros e poderiam com igual vigor e segurança atacar o inimigo ou dele receber o ataque.

their attack.<sup>14</sup>

Destacamos aqui o cuidado que é necessário ter com a análise estas fontes, considerando a linguagem poética utilizada pelo autor, para descrever a eficácia da formação anglo-normanda contra os escoceses. Não obstante, observamos que os escoceses não lograram êxito nesta batalha, resultando em uma retirada do combate.

Para além das duas batalhas acima citadas, não encontraremos até o século XIV relatos de batalhas nas quais podemos ver o emprego de arqueiros em conjunto com cavaleiros desmontados. Matthew Strickland (2005, pp. 79-82) ao tentar compreender o declínio dessa tática, aponta possíveis fatores que nos ajudam a explicar a mudança no fazer militar anglo-normando. Entre os fatores apresentados temos uma crescente predominância do emprego da cavalaria em combate, que estará relacionada ao próximo fator citado: a melhoria na qualidade das bardas e do equipamento dos cavaleiros. Com a melhoria nas proteções e armas utilizadas pelos cavaleiros, a eficácia das cargas de cavalaria aumenta. Por ultimo, temos um aumento na popularidade dos torneios, contribuindo para o preparo em combate destes cavaleiros.

### **3. SÉCULOS XIII E XIV – A ARQUEARIA INGLESA CONTRA GALESES, ESCOCESES E FRANCESES**

Os fatores anteriormente citados não devem, no entanto, fazer-nos pensar que os arqueiros desapareceram do campo de batalha. No século XIII encontramos amplo emprego da arquearia nos exércitos de Eduardo I, sobretudo em suas Guerras Gaélicas. É também no reinado de Eduardo I que vemos no estatuto de 1285, também conhecido como Estatuto de Winchester, a obrigação de cada homem entre 15 e 60 anos possuir uma espada, um arco com flechas e uma faca, caso possua terras de valor entre quarenta e cem xelins (Stat, 1801, p. 235).

<sup>14</sup> Tradução nossa: (...) a coluna dos Galwegians, seguindo seu costume, proferiu três vezes um grito de terrível som e atacaram os sulistas em tal massacre que compeliram os primeiros lanceiros a abandonarem o posto; mas foram rechaçados novamente pela força dos cavaleiros e, [os lanceiros] recobriram sua coragem e força contra o inimigo. E quando a fragilidade das lanças escocesas foi zombada pela densidão do ferro e da madeira, eles desembainharam suas espadas e tentaram lutar corpo-a-corpo. Mas as moscas sulistas partiram como enxame das cavernas de suas aljavas e voaram como chuva; e irritantemente atacando os peitos, rostos e olhos de seus oponentes, muito impediram seu ataque.

De acordo com Matthew Strickland (2005, p. 149):

In terms of organization, Edward's reign certainly saw the deployment of massive armies with unprecedented numbers of infantry, the majority of whom appear to have been archers drawn from both England and Wales.<sup>15</sup>

Devemos ressaltar aqui que, embora os contingentes mobilizados por Eduardo I contassem com um grande número de arqueiros, esse número não reflete uma mudança no seu emprego tático, cujo papel permanecia essencialmente em caráter de apoio a cavalaria (STRICKLAND; HARDY, 2005, p. 150). Não obstante, Strickland e Hardy (2005, p. 166) afirmam que:

Edward I's reign had seen military activity remarkable not only for its geographical range but for its intensity and scale. Yet tactically his reign witnessed little change, for there had been scant reason for military innovation.<sup>16</sup>

É nas batalhas contra a Escócia, que vemos uma maior transformação em sua cultura militar. Após a derrota para os *schiltrons*,<sup>17</sup> escoceses em batalhas como a de Bannockburn (1314), observamos em Dupplin Moor (1332) uma retomada da prática de apelar a cavalaria e postá-la junto dos arqueiros, fato que contribuiu para a vitória inglesa neste conflito.

Não é nosso objetivo uma análise de batalhas nas quais os ingleses lograram êxito ao empregar arqueiros e homens-de-armas. Buscamos aqui chamar a atenção para a crescente importância que a arquearia adquire nos exércitos ingleses, a partir do século XIV. Isto, por sua vez, irá refletir sobretudo, nas campanhas de Eduardo III e nas já conhecidas vitórias obtidas em Crécy (1346) e Poitiers (1356) pelos ingleses.

Ressaltamos ainda que, em diversos momentos durante, e até mesmo depois da Guerra dos Cem Anos, tanto a França quanto a Escócia e outros reinos envolvidos no conflito, como a Burgúndia demonstraram esforços no sentido de aumentar o número de

15 Tradução nossa: Em termos de organização, o reino de Eduardo certamente viu o emprego de enormes exércitos com números sem precedente de infantaria, a maioria dos quais, aparentemente, foram arqueiros obtidos tanto da Inglaterra quanto de Gales.

16 Tradução nossa: O reino de Eduardo I viu uma atividade militar notória, não somente por sua extensão geográfica mas também por sua intensidade e escala. Contudo, taticamente, seu reinado viu pouca mudança, pois havia pouca razão para inovação militar.

17 Densa formação de infantaria portando armas de haste

arqueiros presentes em seus exércitos. Gervase Phillips (1998, p.170-171) nos conta que em 1456 temos na Escócia uma legislação em que todos os homens aptos para serviço military, deveriam atirar um mínimo de seis flechas por semana.

Estes esforços nos revelam as repercussões que a atuação bélica inglesa proporcionou em outras culturas militares.

Quando em 1345 a coroa (CPR, 1343-5, p. 427) estabelece que “he who has land of the value of 100s. yearly shall be an archer and mounted”<sup>18</sup>, precisamos compreender que estes arqueiros já eram elegíveis para a categoria de nobres menores, no século XIV (STRICKLAND; HARDY, 2005, p. 204). Estes arqueiros montados eram retirados de uma camada social diferente daquela dos outros membros da infantaria, e até mesmo dos outros arqueiros. Devemos tomar cuidado, no entanto, pois como nos cautela Bradbury (1999, p. 172), os arqueiros não eram nobres de fato e, portanto, ainda poderiam ser torturados, nem eram poupados em virtude de um possível resgate a ser obtido.

Cabe ressaltar aqui que, ao contrário de outros povos com longa tradição de atirar do alto de suas selas, a função dos cavalos para os arqueiros ingleses era a de prover maior deslocamento durante as campanhas. Tal aumento de mobilidade permitiu, por exemplo, o desenvolvimento da *chevauchée*<sup>19</sup> inglesa (STRICKLAND; HARDY, 2005, p.203).

Entre as transformações na prática military inglesa, temos arqueiros montados e homens-de-armas servindo em hostes mistas, a exemplo da campanha de Reims (1359), como aponta Ayton (1994, p.10). Destarte, temos que, conforme Ayton (1994, p.22) nos mostra, “*The scions of ancient gentry families were now locked into a tactical system based upon cooperation with bowmen;*”<sup>20</sup>

O que vemos conforme o avançar da Guerra dos Cem Anos é uma permuta cada vez maior do emprego da cavalaria para um crescente número de infantes, por parte dos ingleses. Ademais, a quantidade de arqueiros em relação aos outros soldados é cada vez mais díspar, alcançando a proporção de 3 para 1, respectivamente, no início do século XV (STRICKLAND; HARDY, 2005, p.203).

A Guerra dos Cem Anos não marca o fim da arquearia inglesa, que perdurará nos

18 Tradução nossa: Aquele que tiver terras no valor de 100 xelins anuais, será um arqueiro e montado”

19 Uma razia montada pelas regiões campestres inimigas visando a destruição e pilhagem das vilas e aldeias locais.

20 Tradução nossa: Os herdeiros de antigas famílias dos gentios, estavam agora presos em um novo sistema tático, baseado na cooperação com arqueiros.

exércitos até o final do século XVI, quando em 1595 o conselho privado de Elizabeth I decreta a troca de todos os arcos por armas de fogo, os *train-bands*, isto é, companhias de milícia que eram então treinadas para servir. Charles Cruickshank (1966, p. 102) destaca que: “The long-bow was still common enough at Elizabeth’s accession. But more and more its use had been fostered by legislation – a sure sign that its days were numbered.”<sup>21</sup>

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que não foi objetivo deste artigo construir uma narrativa contínua da arquearia na Inglaterra, tampouco estabelecer uma linha de continuidade ininterrupta da cultura militar insular. Ao contrário, buscamos ressaltar, de forma recortada, algumas das mudanças no fazer militar inglês, transcorridas ao longo do medievo.

Entre as mudanças abordadas, podemos delinear o período pós 1066, no qual temos os primeiros indícios de cavaleiros desmontados lutando defensivamente junto aos arqueiros. Observamos também que tal tática pode ser encontrada novamente no século XIV após os ingleses sofrerem derrotas contra os *schiltrons* escoceses. Essas derrotas propiciaram uma mudança na forma de combater inglesa, que veio a engrossar suas fileiras com um grande número de arqueiros que dispunham. Mais ainda, o arqueiro passou a ser extraído de camadas sociais diferentes das dos outros infanters, vindo a servir junto com nobres em algumas ocasiões.

A arquearia militar inglesa ainda guarda espaço para muitos trabalhos, sobretudo no âmbito acadêmico nacional. Este assunto não encontra-se restrito unicamente ao medievo, dado que podemos encontrar questões referentes à arquearia ao longo do século XV, que se vê em meio a troca desta arma tão cara aos ingleses medievais pelas armas de fogo, suscitando debates no período.

## 6. LISTA DE ABREVIAÇÕES:

- CPR – Calendar of Patent Rolls
- Stat – The Statutes at Large from Magna Charta to the End of the Eleventh Parliament of Great Britain, Anno 1761

<sup>21</sup> Tradução nossa: O arco longo ainda era comum o bastante durante a ascensão de Elizabeth. Mas cada vez mais seu uso fora incentivado pela legislação – um sinal claro de que seus dias estavam contados

## 7. REFERÊNCIAS

### 7.1 DOCUMENTAÇÃO

- AILRED OF RIEVAULX, **Relatio de Standardo**. In: ANDERSON, A. Scottish annals from English chroniclers a.d. 500 to 1186. Londres: David Nutt, 1908.
- **Calendar of Patent Rolls**. Disponível em: < <http://sdr.lib.uiowa.edu/patentrolls/> >. Acessado em: 10 de Janeiro de 2015.
- ORDERIC VITALLIS, **The Ecclesiastical History of England and Normandy**. v.4, Londres: Henry G. Bohn, 1856.
- RICHARD OF HEXHAM, Historia de gestis regis Stephani et de bello Standardii. In: **The Church Historians of England**, v.4, Londres, 1856.
- **The Statutes at Large from Magna Charta to the End of the Eleventh Parliament of Great Britain, Anno 1761**. v.1, Londres: Cambridge, 1801.
- WILLIAM DE POITIERS, Gesta Willelmi ducis Normannorum et regis Anglorum. In: BROWN, R.A (Ed.). **The Norman Conquest of England: sources and documents**. Boydell: Woodbridge, 1995.
- Batalha de Maldon. Disponível em: < <http://www.english.ox.ac.uk/oecoursepack/maldon/index.html> >. Acessado em: 10 de Janeiro de 2015.

### 7.2 BIBLIOGRAFIA

- AYTON, A. **Knights and warhorses: Military service and the english aristocracy under Edward III**. Woodbridge: The Boydell Press, 1994.
- BRADBURY, J. **The medieval archer**. Woodbridge: The Boydell Press, 1999.
- CRUICKSHANK, C. G. **Elizabeth's army**. Oxford: Oxford Press, 1966
- KEEGAN, Sir John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PHILLIPS, G. In the shadow of Flodden: tactics, technology and Scottish military effectiveness. In: **The Scottish Historical Review**. Edinburgh University Press. V.77, N.204, Pp. 162-182, 1998.

- STRICKLAND, M., HARDY, R. **The great warbow: From Hastings to Mary Rose.**  
Stroud: Sutton, 2005.



O GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY - A CRIAÇÃO DO ESTADO FASCISTA  
FRANCÊS E A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS.

**Guilherme Ignácio Franco de Andrade<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente artigo aborda o processo de tomado do poder pelo Marechal Phillipe Pétain durante a II Guerra Mundial, demonstrando a participação ativa de setores conservadores da sociedade e do uso dos grupos de extrema direita para utilização da força e ações coercivas e repressivas dos aparelhos do Estado. O trabalho também mostra o processo de consolidação do fascismo na França e do alinhamento político com o nazismo e suas práticas segregacionistas, como o colaboracionismo do Governo Provisório de Vichy, na perseguição, expropriação e deportação de judeus para os campos de extermínio na Alemanha Nazista.

**Palavras-chave:** Governo de Vichy – Fascismo – II Guerra Mundial – Holocausto.

**Resumo:**

El presente artículo aborda el proceso de tomada del poder por el Mariscal Phillipe Pétain, durante la II Guerra Mundial, demostrando la participación activa de los sectores conservadores de la sociedad y del uso de los grupos de extrema derecha para la utilización de la fuerza y acciones de coerción y represión de los aparatos del Estado. El trabajo también muestra el proceso de consolidación del fascismo en Francia y del alineamiento político con el nazismo y sus prácticas segregacionistas, como el colaboracionismo del gobierno Provisorio de Vichy en la persecución, expropiación y deportación de los judíos para los campos de extermínio en la Alemania nazista.

**Palabras-clave:** Gobierno de Vichy- Fascismo – II Guerra Mundial – Holocausto

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, após Inglaterra e França declararem guerra à Alemanha nazista, para conter o avanço expansionista do III Reich, que anteriormente já havia anexado a Áustria, a Tchecoslováquia (atualmente República Tcheca e Eslováquia) e a Hungria. Até esse período França e Inglaterra permaneceram neutros a

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon. Sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil. Bolsista Capes.

expansão do território alemão, porém a invasão da Polônia ligou o sinal de alerta para as potências aliadas conterem os planos expansionistas alemães. Na primavera de 1940, a Alemanha seguiu sua guerra expansionista, conseguindo derrotar Noruega, Dinamarca, Holanda (Países Baixos) e a Bélgica. Depois de sucessivos ataques e invasões a outras nações, em 1940 a França é invadida com extrema facilidade pelo exército alemão. Este episódio da História da França para Marc Bloch, é considerado por muitos franceses como um dos piores períodos da história contemporânea do seu país<sup>2</sup>. Para muitos historiadores a derrota francesa é alvo de debate e cheio de controvérsias: muitos creditam a derrota francesa à falta de capacidade de comando das lideranças políticas e do alto escalão do exército<sup>3</sup>. Outros acreditam que a “facilidade” com que o exército alemão derrotou as tropas francesas, foi resultado de uma certa simpatia de certos grupos políticos e militares pelo regime nazista, dessa forma a ocupação era vista com bons olhos.

Concluída a invasão alemã, o território francês foi ocupado em diferentes zonas, a parte sul se tornou uma zona livre, o norte ficou sendo administrado pelos alemães incluindo a capital Paris. O governo provisório ocupou a zona livre<sup>4</sup> abaixo da cidade de Vichy, se tornando nova sede do governo.<sup>5</sup> Com a derrota da França para os alemães e grande faixa do país ocupado pelas tropas alemãs, se tornava necessário um debate entre os políticos franceses sobre quais as melhores formas de se lidar com ocupação. Sendo de grande preocupação, quais seriam as melhores saídas, quais as formas e acordos necessários para que a população francesa não sofresse com a repressão e o abuso de poder dos soldados nazistas.<sup>6</sup>

A Alemanha governaria a França através de um representante militar. Esse representante possuiria liberdade para controlar a política e a economia do país. Em geral a única exigência do governo alemão para as autoridades francesas era que o representante do governo provisório mantivesse a ordem e a estabilidade. O Marechal Petain, durante o tempo que permaneceu como autoridade central do governo colaboracionista, controlava todas as regiões ocupadas na França, com ajuda de um grande aparato repressivo militar e

<sup>2</sup> BLOCH, M. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Pg. 36

<sup>3</sup> BLOCH, M. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Pg. 36

<sup>4</sup> Mapa em anexo, no final do texto.

<sup>5</sup> HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.36

<sup>6</sup> KEDWARD, H.R. *Occupied France: Collaboration and Resistance 1940- 1944* Blackwell, Oxford, 1989, pg.4 - 5

com uma grande máquina de propaganda. Isso era considerado importante pelos alemães, principalmente pelo embaixador responsável pela tutela da França, Otto Abetz.<sup>7</sup>

No início da ocupação, os diversos partidos discutiam propostas, formas de governo e práticas políticas que fossem viáveis dentro de uma possível submissão à Alemanha. Nesse momento de fragilidade e instabilidade política, os grupos de extrema direita se aproveitaram para construir um projeto chamado de “Revolução Nacional”, um projeto com caráter reacionário, antiparlamentarista, antiliberal e nacionalista autoritário.<sup>8</sup>

Em 1940 o marechal do exército francês Philippe Pétain, considerado herói da 1ª Guerra Mundial, pela “Batalha de Verdun”, assumiu o governo provisório. Sua subida ao centro do poder contou com a aprovação de grande parte dos políticos do país, até mesmo dos representantes dos partidos sociais democratas e dos socialistas.<sup>9</sup> Em primeiro momento, Pétain se apresentou como salvador, apaziguador, dizendo ter capacidade e influência suficiente para solucionar os problemas da ocupação alemã. Em um acordo com as lideranças do partido nazista que eram responsáveis pelo regimento e pela tutela do país, Pétain se aproveitou do momento de instabilidade em que seu país atravessava e concordou em colaborar com o regime nazista para assumir o poder, mesmo sabendo que para isso teria que seguir a linha repressiva do nazismo e colaborar com a perseguição aos judeus. Para Pétain a 3ª República estava condenada ao fracasso, então ele buscou instaurar um regime fascista, com características parecidas, nos moldes do 3º Reich.<sup>10</sup>

Existe um longo debate entre os historiadores franceses sobre o governo de Pétain, se ele seguiu uma linha de governo fascista, se o governo apenas colaborou com as atrocidades, a repressão, para defender seu “povo”, se o uso da força e dos aparelhos repressivos foram utilizados apenas pelas forças alemãs e alguns simpatizantes que não representariam o governo. Enfim, o período durante muito tempo foi tratado como tabu pelos pesquisadores locais, por existir todo um processo de luta, de embates pela memória do período, por parte daqueles que participaram da resistência francesa, dos colaboradores

<sup>7</sup> Idem, pg. 6

<sup>8</sup> SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007, pg.16

<sup>9</sup> Ver PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001, p. 32 e JACKSON, J. *France: The Dark Years 1940–1944*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 132–33.

<sup>10</sup> DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg.101

e carrascos, da população que vivenciou o processo de ocupação. Quer dizer, existe um campo de disputas em aberto, que envolve processos de reviosionismo e embate para construção de uma nova memória, que procura romper com a história oficial.

Dentre os debates, acreditamos que a partir do processo histórico estudado e do que entendemos por conceito de fascismo<sup>11</sup>, o regime instaurado por Petain, apresenta elementos suficientes para o considerarmos enquanto regime fascista.

Em 24 de outubro de 1940, o acordo de colaboração entre Marchal Pétain e Hitler foi concretizado. O Parlamento Francês abriu as portas para que fosse instaurado um governo profundamente anti-democrático. Basta dizer que seu governo foi marcado por uma série de eventos desastrosos, como assassinatos, torturas, perseguição e deportação de comunistas, socialistas, opositores e judeus para os campos de extermínio.<sup>12</sup>

O governo de Petain não poderia ter funcionado sozinho ou apenas o acordo com o governo alemão não garantiria tranquilidade e aceitação da população local. Para que fosse possível exercer o domínio da situação e ter governabilidade, Petain buscou aliados políticos que fossem simpatizantes de um governo radical, ultraconservador, do fascismo, pois não poderia buscar apoio em grupos que não apoiariam a política repressiva do estado. Os apoiadores do regime de Vichy, estavam totalmente convencidos das eficácia dos métodos do nazismo alemão, a propaganda partidária (produção do consenso), a repressão da população (coerção), o Estado controlado apenas por um partido e o culto ao grande líder. Dessa forma, os colaboracionistas acreditavam em uma nova ordem mundial controlada pelo fascismo, sendo seu maior modelo a Alemanha nazista. Um dos principais colaboradores do regime de Vichy e grande aliado do Marechal Petain foi Pierre Laval, que chegou a ocupar o cargo de primeiro ministro no país (1942–1944). Laval era um militante da extrema direita francesa, simpatizante do nazismo. Ele atuou como o principal interlocutor, sendo intermediário nas relações políticas entre Vichy e Berlim.

Sendo assim o governo provisório sob as lideranças de Petain e Laval, não se importaram em atuarem como cúmplices de Adolf Hitler, mesmo que para isso fosse necessário aumentar o nível da repressão e a perseguição sistemática dos cidadãos

<sup>11</sup> Ver discussão do conceito de fascismo no subcapítulo 1.4.

<sup>12</sup> DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg.101

franceses, dos comunistas, dos socialistas e dos judeus-franceses.<sup>13</sup> O governo de Vichy pode ser caracterizado ideologicamente como reacionário, autoritário, ultranacionalista, pelo repúdio ao liberalismo econômico, a democracia e o racionalismo. Um dos grupos que conseguiu exercer muita influência sobre sua ideologia foi a *Action Française*<sup>14</sup>(AF), movimento político fascista, ultra conservador, antissemita e anti-liberal.<sup>15</sup>

Segundo alguns pesquisadores, a extrema direita na França, surgiu historicamente a partir da Revolução Francesa em 1789, grande parte da nobreza destituída de seus títulos e propriedades, de setores da classe média alta, que se sentiam confortáveis e lucravam com o regime absolutista, incorporavam os grupos ultraconservadores que rejeitavam as mudanças no país. Outro setor que perdeu espaço dentro da política e viu sua força e influência diminuir drasticamente foi a Igreja Católica, pois a revolução deu os primeiros passos para o Estado Laico. Então podemos considerar o período pós revolução francesa como marco histórico para os esboços de um pensamento de extrema direita, pois constituiu os primeiros blocos políticos que se opunham a criação da República e aos princípios básicos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.<sup>16</sup>

A igreja católica durante o século XIX com apoio dos grupos radicais, formaram as grandes forças de oposição a república e o desenvolvimento do liberalismo. Durante esse período tanto a igreja, como os setores radicais, possuíam como projeto político, o retorno da monarquia, acreditando que essa forma de governo possibilitaria o retorno desses grupos a posições políticas importantes. Embora fosse considerada uma oposição que fizesse presença, que incomodasse os republicanos, esses grupos com o passar do tempo, sofreram um processo de envelhecimento, sendo necessário uma renovação em sua base<sup>17</sup>.

No final do século XIX o caso Dreyfus<sup>18</sup> e o surgimento do grupo nacionalista AF de Charles Maurras, colaboram para o processo de rejuvenescimento dos grupos de extrema

13 HANLEY, D.L. *Contemporary France - Politics and society since 1945*. New York and London, Routledge. 1979, pg.17

14 Ação Francesa.

15 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007, pg.22

16 Ver em IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, pg. 21 e DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg. 27

17 IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, pg. 22

18 Ver em BEGLEY, L. *O Caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

direita. Outros fatores que colaboraram com o desenvolvimento do nacionalismo francês foi o acirramento das disputas nacionais entre as nações europeias, como as disputas por colônias e a guerra Franco-Prussiana. Como consequência desse crescimento, em 1880 surge uma nova proposta, uma nova vertente, um grupo de extrema direita que fugia das tradições monarquistas de seus antecessores. O Boulangismo, como ficou conhecido, era uma proposta voltada para o poder das massas: criado pelo general George Boulanger, ele propunha a criação de um governo forte baseado no apelo ao povo, fonte de toda a autoridade, fugindo da característica monarquista dos grupos anteriores.<sup>19</sup>

O movimento é caracterizado por ser um dos primeiros modelos proto-fascistas na Europa. Para o historiador William Irvine, o Boulangismo representava uma ameaça a república, pois ele propunha um golpe de estado, substituindo a democracia da república por uma ditadura.<sup>20</sup> Vários adeptos do movimento boulangista fizeram parte de partidos e grupos de esquerda, por isso existe uma certa discussão na academia se o Boulangismo poderia ser um movimento de extrema esquerda. Mas isto é refutado por Irvine, que afirma que “o *Boulangismo pode ser melhor entendido como a coalescência das forças fragmentadas da esquerda*”.<sup>21</sup> Existiam também discussões sobre uma possível articulação entre o general Boulanger e seus laços conflitantes com parcelas da nobreza francesa.<sup>22</sup>

O Boulangismo enquanto movimento político incorporou novas características a ideologia da extrema direita, características que se tornariam marcantes e presente em quase todos os movimentos de extrema direita conhecidos no século XX e XXI. Essa nova característica incorporada pelo general Boulanger e por Edouard Drumond, é a questão do antissemitismo, e obtiveram uma rápida aceitação pelos católicos, sendo seu principal aliado na disseminação da corrente antissemita, visto que o antissemitismo possuía uma grande quantidade de adeptos dentro da igreja católica. Outro setor em que o antissemitismo logo criou raízes, foi no seio da classe média, dos pequenos burgueses. Em alguns grupos das classes médias o preconceito aos judeus fazia sentido, segundo as acusações do boulangismo do envolvimento dos judeus banqueiros com o controle do mercado. Em suma

19 WINOCK, M. *Histoire de l'extrême-droite en France*. Paris: Seuil, 1994, p. 11.

20 IRVINE, W. *French Royalists and Boulangism - French Historical Studies*, Duke University Press, 1988. pg.395 - 406

21 Idem, pg. 395

22 IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, pg. 73.

o Boulangismo foi o primeiro movimento de extrema direita a acusar o judeus e a maçonaria de controlar a república parlamentar.<sup>23</sup>

No início do século XX, com a ascensão do fascismo italiano e do nacional socialismo, surgiria uma terceira tendência que iria adicionar mais corpo a ideologia dos grupos de extrema direita. Alguns pequenos grupos franceses começaram a desenvolver um projeto fascista para a realidade histórica francesa. Os líderes desses novos movimentos foram Pierre Drieu La Rochelle e Robert Brasillach.<sup>24</sup>

Nesse caldeirão de movimentos e ideias, a extrema direita procurou tomar forma durante a ascensão do nazi-fascismo. Os processos históricos ocorridos na França deram abertura para várias tentativas de construção de um projeto sólido para a extrema direita, que por vezes haviam fracassado na tentativa de consolidação, mas não tiveram corpo suficiente para permanecer no cenário político. Com um número considerável de militantes e diversos movimentos de extrema direita, Petain, Laval e a AF teriam base material suficiente para implantar a Revolução Nacional.

O movimento AF foi fundado em 1899 por Maurice Pujo e Henri Vaugois, ambos militantes de diferentes movimentos nacionalistas. Em seu início foi criado um jornal chamado *Revue de L'action Française*<sup>25</sup>, segundo Remond<sup>26</sup> o jornal tinha caráter nacionalista e antissemita, característica influenciada pelo Boulangismo. Uma de suas principais tarefas era combater os intelectuais da extrema esquerda e o desenvolvimento das propostas socialistas na França.<sup>27</sup>

A AF, enquanto movimento político no final do século XIX, era bastante limitado, não possuía muita representatividade, sua revista só ganharia mais corpo com a entrada de Charles Maurras, que se tornou o principal intelectual do grupo. Sobre a influência de Maurras, a AF se tornaria um movimento preparado para um assalto aos valores da democracia e todas as instituições que representassem a 3ª República.<sup>28</sup>

O movimento com a influência de Maurras, iria se tornar monarquista, contra

23 DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge, 2002, pg.74

24 Idem, pg. 116

25 Revista da ação francesa.

26 RÉMOND, R. *Action française*. In Lawrence D. Kritzman (editor). *The Columbia History of Twentieth-Century French Thought*. New York: Columbia University Press, 2006, pg.8

27 Idem, pg.9

28 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007. pg.16

revolucionário, anti democrático, ultra nacionalista e católico ortodoxo. Esse novo *corpus* ideológico sustentava o fim dos valores democráticos e das instituições pertencentes a 3ª República. Na compreensão do grupo, a forma como a 3ª República era conduzida, ameaçava os valores culturais franceses e os interesses da nação. Seu objetivo maior era substituir os princípios universais, liberdade, igualdade e fraternidade por seu slogan, “trabalho, família e pátria”.<sup>29</sup>

Para entender o desenvolvimento do Regime de Vichy e a Revolução Nacional, foi preciso fazer essa historicização dos movimentos de extrema direita que existiram na França antes da invasão alemã. Para que pudessemos compreender quem eram esses sujeitos, que se voltaram contra seus próprios conterrâneos, para alcançar seus objetivos políticos, se aliaram com um dos seus maiores inimigos históricos (Alemanha).

A constituição de 10 de julho de 1940 definida em reunião dos políticos em Vichy, em uma votação dos deputados e senadores, concedeu plenos poderes para Pétain, que colocou fim a 3ª República, criando o novo Estado francês. No dia seguinte à Assembleia, Pétain suspendeu a câmara dos deputados e dos senadores, depôs o presidente em exercício Albert Lebrun, abolindo o cargo de presidente.<sup>30</sup> Como novo chefe de Estado, Pétain se intitulou como chefe supremo, unificando os poderes executivos e legislativos. Tal manobra possibilitou tamanha autoridade que o novo chefe do estado teria liberdade para poder nomear ou demitir membros do governo, proclamar e implantar leis sem precisar passar por votação, possuindo também controle total da economia e da política fiscal. Além do controle total da política, o Marechal Pétain conseguiu ter o apoio das forças militares e controlar todo aparato repressivo, sendo o detentor do poder militar e das forças policiais.<sup>31</sup>

O novo governo ficou conhecido por “Revolução Nacional”, dada a influência da AF no processo de transformação do governo, a ideologia proposta por Barrès e Maurras do estado nacionalista. A ideia de estado da AF, desenvolvida no final do século XIX e início do XX, foi construída no princípio fundamental do nacionalismo, o desenvolvimento nacional acima de tudo. Na compreensão de Maurras, a França por muito tempo teve que suportar as pressões externas para o desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo econômico,

29 Idem, pg.22

30 Idem, pg.17

31 Idem, pg.17

sendo deixado de lado pelos políticos republicanos, o desenvolvimento do que ele chamava de *Moi Nationai*, o conceito do “Eu Nacional”, que defendia o desenvolvimento do ser social, focado apenas no bem estar da nação, um francês dedicado integralmente com a causa de seu país, uma sociedade homogênea, livre das influências exteriores.<sup>32</sup>

O governo de Vichy influenciado pela presença da AF e principalmente de Maurras, iniciou uma caçada aos inimigos internos, aqueles sujeitos que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da Revolução Nacional. Alinhado com o pensamento nacional-socialista e com o controle total do poder, Pétain utilizou do aparato repressivo do Estado para perseguir sistematicamente as minorias, entre eles os judeus, comunistas, estrangeiros e imigrantes, acusados de ações antipatrióticas.<sup>33</sup>

A Revolução Nacional se apresentava como antiliberal, devolvendo ao Estado o poder de controlar a economia, regulamentar as importações, exportações e impostos. O governo colaboracionista discursava sobre o retorno da França “gloriosa”, demonstrando apreço ao trabalho manual, o labor no campo e a agricultura familiar como algo virtuoso, ressaltando os valores das mulheres francesas, a ideia utópica de patrões e trabalhadores trabalhando em conjunto, cada um sabendo se posicionar e se conformar com seu lugar dentro da sociedade, ideias parecidas difundidas pelo nacional-socialismo na Alemanha. Esse discurso de harmonia, de submissão a uma estrutura hierarquizada, de aceitar as condições sociais determinantes como algo insuperável é a mais evidente preocupação em sufocar a luta de classes<sup>34</sup>. A recusa à proposta liberal não significava romper com o capitalismo, ele não deixou de manter a estrutura capitalista do Estado e financiamento das elites. Assim como na Alemanha, o Marechal Pétain disponibilizaria para as indústrias prisioneiros para o trabalho forçado.<sup>35</sup>

Um dos pontos que caracteriza o governo de Vichy enquanto fascista e o que é importante para nossa avaliação, visto que muitos dos colaboracionistas do regime iriam participar de outros movimentos fascistas após a guerra, são as permanências de algumas características que continuaram vivas nos movimentos radicais na França,

32 DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg. 19

33 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007. pg.22

34 JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.149.

35 Idem, pg.360.

como o antissemitismo, anticomunismo e a xenofobia. O antissemitismo talvez seja o que tenha surtido maior efeito durante o regime de Pétain: durante seu governo mais de 70 mil judeus foram deportados para Alemanha e enviados para os campos de concentração<sup>36</sup>. O antissemitismo se tornou forte na França durante a ocupação alemã, pois vários dos membros do governo eram antissemitas declarados, o que ajudou o desenvolvimento de uma política de perseguição à comunidade judaica.

Durante o governo provisório, segundo o historiador Julian Jackson<sup>37</sup>, o problema judaico foi um dos primeiros problemas encontrados pelos colaboracionistas. Logo após a ascensão de Pétain, os ministros do governo Ménétreel e Alibert começaram a pensar uma legislação contra a comunidade judaica. Em 3 de outubro de 1940 foi criado o Estatuto do Judeu, por Alibert e Petain. O estatuto criado regulamentava a questão judaica na França, limitando o campo de atuação profissional, a expropriação de bens, a remoção das famílias judias para as zonas não ocupadas. O primeiro “Estatuto Judaico” foi rapidamente seguido por um acontecimento que teve profundo impacto sobre os judeus argelinos. Em 7 de outubro de 1940, o governo francês aboliu o “Decreto Crémieux”, anulando a cidadania francesa dos judeus e excluindo todas as possibilidades de recuperá-la. A abolição do “Decreto Crémieux” revogou também a cidadania dos judeus argelinos que, desde o início da ocupação francesa da Argélia em 1830, haviam migrado para a França, e que em 1939, quase setenta anos depois, formavam pequenas comunidades judaicas oriundas do norte da África nas cidades de Paris, Marselha, e Lyon. Embora o “Decreto Crémieux” tenha revogado a cidadania dos judeus argelinos, não fez o mesmo aos judeus de origem europeia, que viviam na França. Como viviam em solo sob controle francês, os judeus que viviam na Argélia e nas colônias não foram deportados para os campos nazistas, mas os judeus de origem norte-africana que moravam na área da MetrÓpole Francesa tornaram-se vítimas do Holocausto.<sup>38</sup>

Nos meses seguintes foram criadas 26 leis e 24 decretos contra os judeus. Um novo “Estatuto Judaico” em 2 de junho de 1941, ampliou o escopo das leis antissemitas já existentes. Na tentativa de excluir os judeus que viviam nas colônias francesas da vida

36 No dia 16 de Fevereiro de 2009, a Alta Corte de Justiça na França, reconheceu que o Estado Francês deportou mais de 75 mil judeus para campos de concentração, entre os anos de 1940 a 1944.

37<sup>36</sup> Idem, pg.354.

38 MARRAS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 109

econômica e profissional da região, as autoridades de Vichy proibiram que os judeus exercessem quaisquer ocupações na área financeira, e isto não incluía apenas bancos e bolsa de valores, mas também os jogos de azar. Foram canceladas as autorizações para que eles pudessem fazer ou tomar empréstimos, bem como para participar do comércio de grãos, gado e madeira. Os judeus também não mais podiam possuir, dirigir ou gerenciar negócios, e aqueles que trabalhavam na mídia foram demitidos. O novo estatuto do judeu era muito mais agressivo e repressivo. Ainda no mesmo ano seria criada uma nova “Comissão Geral sobre Questões Judaicas”, sob a autoridade de Xavier Vallat, com a finalidade de implementar e reforçar as leis antisemitas do regime colaboracionista de Vichy<sup>39</sup>.

Entre os anos de 1939 e 1942 foram criados 35 campos de concentração no território francês. Eles eram usados para aprisionar refugiados espanhóis da Guerra Civil, judeus espanhóis, prisioneiros de guerra, militantes de esquerda considerados subversivos, judeus franceses e judeus imigrantes, alemães, comunistas, ciganos, deficientes físicos e qualquer pessoa que apresentasse risco para o Estado. No Norte do continente africano, nas áreas que correspondiam a colônias francesas, também foram criados campos de concentração para aprisionar os judeus argelinos e opositores do governo de Vichy.<sup>40</sup>

Existia toda uma estrutura de estradas ferroviárias que ligavam os campos à cidade de Paris para os campos de concentrações alemães: isso demonstra claramente o consentimento do Estado na deportação de judeus para os campos de extermínio. E podemos perceber todo um investimento e financiamento do Estado e de alguns setores da burguesia para construção dessa estrutura<sup>41</sup>.

No âmbito profissional, limitaram o número de judeus que podiam atuar como advogados, médicos, dentistas, parteiras, notários, e arquitetos a apenas 2% do total de profissionais licenciados para tais profissões. Os professores israelitas já haviam sido proibidos de lecionar, salvo nas escolas judaicas, e esta nova legislação afetou também os alunos, pois não mais permitia que judeus estudassem em escolas e universidades públicas. As restrições tiveram um enorme impacto sobre os judeus porque eles pertenciam,

39 Ver em PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001, pg. 130 e ver em MARRÁS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 234 - 40

40 JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.633.

41 Idem, pg. 633.

em grande número, às classes profissionais, onde sua participação era alta. Dispostos a eliminar a concorrência judaica, estas organizações expulsaram os judeus membros das mesmas e também demitiram os empregados de origem judaica. Nos demais protetorados franceses, de forma geral, a integração dos judeus à sociedade não era grande, e assim as restrições profissionais, econômicas e educacionais.<sup>42</sup>

O regime de Vichy também tentou “Arianizar” todas as propriedades pertencentes aos judeus. Em julho de 1941, foi criada uma lei que ordenava o confisco de todos seus bens imóveis, exceto suas moradias. As autoridades de Vichy repassaram o comércio de propriedade de israelitas a “fiduciários”, os quais podiam receber todos os lucros gerados pelas transações comerciais delas advindas.<sup>43</sup> No entanto, embora a lei ordenasse que os fiduciários devessem vender os negócios sob seu controle a “colonizadores adequados”, muito frequentemente, eles adiavam tal passo para poder continuar a auferir lucros dos recursos que estavam em suas mãos. Devido a esta ganância, quando os Aliados desembarcaram no norte da África, após derrotar os colonizadores franceses, muitos estabelecimentos de propriedade de judeus ainda não haviam sido vendidos, podendo assim retornar às mãos de seus legítimos donos. As autoridades de Vichy administraram as campanhas de “Arianização” de forma diferente em cada colônia; na Argélia, por exemplo, ela foi implantada de maneira mais sistemática, sob o comando do recém-criado “Departamento de Arianização Econômica”.<sup>44</sup>

O antissemitismo do governo de Vichy segundo, o Peter Davies<sup>45</sup>, deve ser analisado sobre vários prismas. O primeiro ponto que deve ser levado em questão é o acordo assinado entre o governo Francês e Alemão, pois quando Pétain assumiu a administração do governo, ficou acordado que ele deveria repatriar todos os judeus alemães que haviam fugido para a França, como refugiados na década de 1930, tarefa que coube a Laval executar de forma implacável. Em segundo lugar, podemos considerar a cruzada antissemita de Vichy, como uma coalizão de forças da extrema direita, pois temos diversos grupos compondo o governo provisório, entre eles a Ação Francesa de Charles Maurras, o partido fascista na França

42 ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944*. Oxford, Oxford University Press. 1989, pg. 84

43 MARRUS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 114

44 ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944*. Oxford, Oxford University Press. 1989, pg. 84

45 DAVIES, P. *France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance*. New York and London, Routledge. 2001, pg.31

*Parti Populaire Français*<sup>46</sup> liderado por Jacques Doriot, membros da igreja católica e as ligas paramilitares<sup>47</sup>.

Dentro desse panorama, é preciso pensar a política, como um campo de disputa travado durante a ocupação alemã, entre os diferentes setores para impor seu projeto hegemônico. Ainda que o governo de Vichy tivesse algumas limitações, devido a tutela alemã, era possível para os grupos dominantes lutar pelo seus interesses. Por ser um campo em disputa, temos que pensar nos diferentes projetos que englobavam o cenário político. Sendo assim, no que diz respeito a questão judaica, não podemos afirmar que todos os grupos ou membros do governo provisório necessariamente eram antissemitas, fascistas; temos que entender que o projeto desenvolvido durante a ocupação não parte de um pensamento homogêneo, que existiam projetos políticos sendo disputados, cada um procurando exercer maior influência, ter maior controle de cargos e ministérios. Todavia isso não isenta esses grupos das suas responsabilidades, do colaboracionismo, do uso do terror e cumplicidade com o envio dos judeus para os campos de concentração.

Para Nicos Poulantzas<sup>48</sup>, o desenvolvimento da política durante o governo fascista, como em nosso caso específico o Regime de Vichy, a tomada do poder ocorre em três etapas<sup>49</sup>. A primeira etapa é o período que antecede a tomada do poder, é o início do processo histórico, quando as coisas ainda se encaminham para o ponto irreversível. Nesse recorte o primeiro estágio corresponde a derrota militar e política da França em 1940, conforme ocorrido em outros países invadidos, a Alemanha elaborou projetos fascistas para serem aplicados nesses países conquistados e entregou o poder para grupos locais que fossem simpáticos a ideologia. Tomemos como exemplo os casos da Noruega, Polônia, Letônia e Áustria, que após serem conquistadas e anexada (o caso da Áustria), formaram governos fascistas e apoiaram as políticas de extermínio do Nazismo.<sup>50</sup> Nessa primeira etapa de concretização do fascismo para Poulantzas, nada mais é que uma formalidade de algo já consumado, *“esta chegada ao poder surge como um simples e último acto*

46 Partido Popular Francês

47 DAVIES, P. *France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance*. New York and London, Routledge. 2001, pg.32

48 Os trechos retirados dos livros do Nicos Poulantzas, serão mantidos em sua gramática original, visto que o livro foi traduzido no português de Portugal.

49 POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.73.

50 HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.37

*formal, só intervindo quando as coisas essenciais já estão jogadas e decididas: Como uma confirmação de uma vitória já adquirida, em suma*".<sup>51</sup>

A tomada do poder por Pétain e conseqüentemente suas ações no comando do Estado, exemplifica o que Poulantzas aponta como prática política do fascismo em seu período de consolidação, sendo essa a segunda etapa do fascismo,

o primeiro período do Fascismo no poder: período caracterizado por uma instabilidade e uma ambigüidade particulares, por causa do carácter de origem de classe, muito complexo, do fascismo, isto é: por causa do carácter muito ambíguo do apoio popular de que beneficia no momento da sua chegada ao poder. É o período em que o fascismo está ainda fortemente marcado pelos seus começos, vendo-se obrigado, na maioria das vezes, a tomar medidas de compromisso, próprias para alimentar numerosas ilusões.<sup>52</sup>

E a terceira etapa do fascismo, que pode ser compreendida conforme Poulantzas, a fase da estabilização, que corresponde ao período em que o grupo no governo não precisa mais manter seus compromissos com todos os setores da sociedade, ele pode abandonar os grupos mais fracos e priorizar o desenvolvimento do capitalismo e o financiamento da burguesia. Uma outra modificação no fascismo após a consolidação do poder é a exclusão de alguns grupos que formam o governo, limitando o poder cada vez mais para grupos exclusivos. Conforme Pétain aprofunda seu domínio, ele procura expulsar possíveis concorrentes, um dos casos que podemos citar é o afastamento de Pierre Laval, por ser considerado um homem forte e com laços estreitos com o governo alemão, dessa forma ele foi afastado por um período do governo, por temer que ele poderia ser substituído por Laval. Para Poulantzas essa terceira etapa do fascismo é compreendida pela fase de estabilização,

O período de estabilização do fascismo, ele próprio efectuado em várias etapas. Período que começa pela depuração, feita pelo fascismo, das suas origens de classe ou, pelo menos, da ambigüidade dos seus inícios - o que se manifesta, aliás, em depurações maciças e sangrentas nas suas próprias fileiras: desta forma ele se desmascara-se e passa a desempenhar plena e directamente às suas funções de

<sup>51</sup> POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.74

<sup>52</sup> Idem, pg.74

classe. Se não é verdade que, como afirmava Trotsky, o fascismo degenera, durante este período, numa - vulgar ditadura militar - pois não deixa, em momento algum, de apresentar as características que o distinguem -, não deixa de ser verdade que ele se vê assim livre, dê forma brutal, de uma parte da carga de classe que sobre si pesa, inaugurando. O período da sua estabilização.<sup>53</sup>

Após conseguir se estabelecer enquanto governante, Pétain acreditou que poderia se livrar de alguns membros do governo, por considerar alguns políticos como futuros adversários em uma possível substituição no comando do Estado pelas forças alemãs. E um dos candidatos escolhidos a deixar o governo foi justamente um de seus principais apoiadores, Pierre Laval<sup>54</sup>. Ele foi um dos políticos que mais militou e defendeu obstinadamente no parlamento a entrega de plenos poderes a Pétain em 10 de julho de 1940. Mesmo sua devoção à Pétain, não garantiu seu cargo como vice presidente, o Marechal Pétain o demite em 13 de dezembro de 1940, por medo de sua ascensão política e a forte influência exercida nos grupos de extrema direita<sup>55</sup>.

Após ser demitido do cargo, Laval é preso, ato que deixou a cúpula nazista furiosa, pois ele era o principal mediador entre o governo francês e o alemão. Sua boa relação com o embaixador alemão Otto Abetz, garantiu sua liberdade do cárcere dias depois de ser preso, por ordens do próprio Adolf Hitler. Esse ato por parte do Pétain, gerou um processo de saturação na relação entre os dois países.<sup>56</sup>

Embora afastado do poder, Laval havia se tornado ainda mais influente e dessa vez amparado pelo III Reich, que interferiu rapidamente para lhe tirar da prisão. Tal demonstração de força serviu para consolidar sua posição enquanto representante da Revolução Nacional e do seu caráter de liderança. Em uma demonstração de fidelidade Laval criou um contingente da Legião de Voluntários Franceses, soldados para combater ao lado dos alemães na invasão da Rússia em 1942.<sup>57</sup>

Em abril de abril de 1942 os alemães obrigaram Pétain a nomear Laval como chefe de estado lhe concedendo o controle do governo com poderes quase ilimitados. A Alemanha

53 POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.74

54 PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940-1944*, New York, Columbia University Press, 2001, pg. 83

55 Idem, pg.84.

56 JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.175

57 Idem, pg. 175

queria uma administração de governo que estivesse alinhada com o III Reich e para eles Laval era o homem certo para ocupar esse cargo.<sup>58</sup>

Em 1942 Pierre Laval assumiu o cargo de Chefe do governo, isolando Pétain do governo, o relegando a um representativo, mas com pouco poder. O novo homem forte de Vichy assume a direção do governo, e os ministérios da Informação, das Relações Exteriores e do Interior.<sup>59</sup> O governo de Laval aumentou consideravelmente o nível de repressão a população francesa e comandou a perseguição aos membros da resistência, considerados os grandes inimigos internos. O importante do período para nossa análise é o estreitamento do fascismo com as elites burguesas alemãs, diferente do governo de Pétain, que se preocupou em beneficiar a elite francesa, Laval foi de grande importância para a fabricação de armas e mantimentos para o exército alemão.<sup>60</sup>

Durante seu governo Laval tentou tomar algumas posições em defesa dos cidadãos franceses, ele procurou fazer concessões com o governo alemão, tentando conseguir a libertação dos seus compatriotas que se encontravam enquanto prisioneiros de guerra. Em troca da liberdade dos seus soldados ele enviaria trabalhadores voluntários para a Alemanha. Em poucos meses de governo Laval requisitou que 250 mil trabalhadores franceses fossem recrutados e enviados para fábricas alemãs<sup>61</sup>. Para legitimar suas ações Laval promulgou uma Lei em 4 de setembro, que obrigava homens entre 18 a 50 anos e mulheres dos 21 a 35 anos a trabalhar para o governo, sob pena de prisão aqueles que se recusassem.<sup>62</sup>

Cada vez mais pressionado pelo governo alemão, que sofria com a batalha em diversos fronts, Laval nomeia para seu governo, em dezembro de 1943, Joseph Darnand, chefe da Milícia, grupo paramilitar pró-nazi, como secretário geral da Manutenção da Ordem, para poder liberar os soldados alemães em território francês para combater em outros lugares. Com a guerra se alastrando por diferentes fronts e a chegada das tropas aliadas a França, Laval foge com os alemães para a Espanha, mas acaba sendo entregue as novas autoridades francesas e é condenado a morte.<sup>63</sup>

58 WARNER, G. *Pierre Laval and the Eclipse of France*, New York: The Macmillan Company, 1968, pg. 299

59 Idem, pg. 307

60 Idem, pg. 311

61 JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.219

62 Idem, pg.219

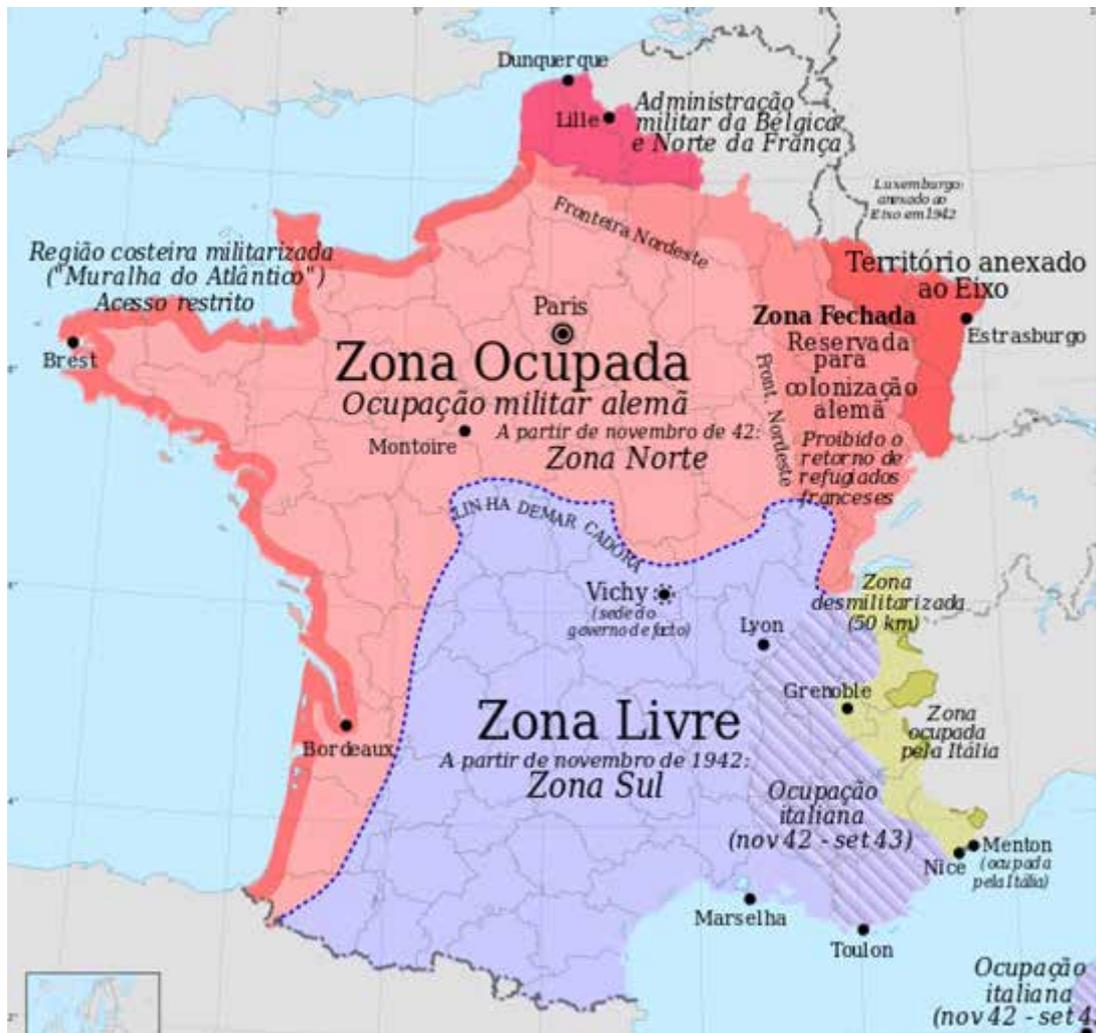
63 MARRÚS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 217-218

Em uma análise geral podemos visualizar algumas diferenças entre o governo durante o comando do Marechal Phillipe Pétain e o governo de seu sucessor Pierre Laval. Embora ambos os governos tenham muito mais semelhanças que diferenças, e compreendemos em linhas gerais, que ambos os governantes em Vichy, como um laboratório para o desenvolvimento do fascismo na França. Ambos os governantes colaboração com a repressão da população e a perseguição e assassinato de membros da resistência francesa, com a política de segregação racial e com o envio de judeus para os campos de concentração.

Para Pétain podemos entender que o colaboracionismo foi uma via segura para impor a Revolução Nacional, uma forma de impor um governo forte, nacionalista, que ele acreditava que poderiam garantir as melhores condições de vida na França. Ele acredita na liberdade controlada pelo Estado, na sociedade hierarquizada, o Estado no topo dessa pirâmide, para garantir o desenvolvimento e equilíbrio do capitalismo, em outras palavras garantindo o poder das elites.

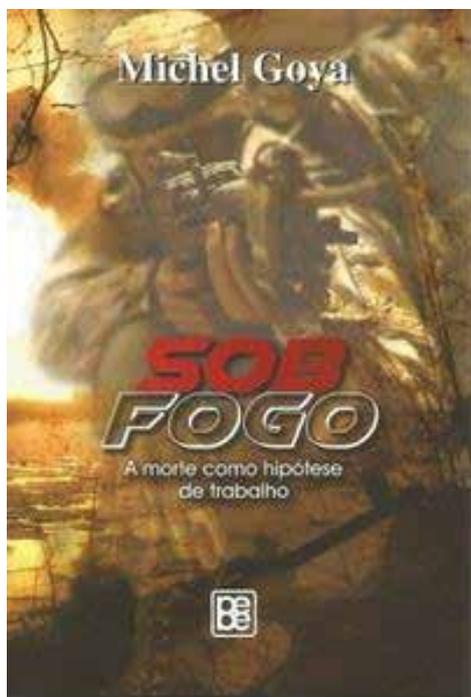
Para Laval, sua indiferença em relação ao desenvolvimento da Revolução Nacional, a colaboração foi uma estratégia de longo prazo, pois ele via o nacional socialismo alemão como a nova política mundial a ser seguida, embora tenha se decepcionado com esse objetivo, quando percebeu que isso não fazia parte dos planos alemães. Mesmo assim ele se mostrou disposto a sacrificar a população francesa para concretização dos planos germânicos.

**ANEXO 1.**



(fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7a\\_de\\_Vichy](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7a_de_Vichy))

# Livro em Destaque



O livro dá continuidade a uma série de estudos publicados pela Bibliex sobre o comportamento do indivíduo em combate. Trata-se de um trabalho repleto de informações e relatos sobre o estado psicológico do soldado quando submetido às tensões, fadigas e perigos inerentes à guerra.

São relatos de quem viveu as condições reais de combate e as estudou metodicamente, deixando-nos valioso material a ser consultado e analisado.

## **Sobre o autor:**

Michel Goya, nascido em em Montaut, França, é um ex-oficial da Infantaria da Marinha, professor e autor francês, especializado em História Militar, Análise de Conflitos e comportamento em combate.



Além da experiência operacional como combatente em locais como Ruanda, Sarajevo e na República Centro-Africana, também é doutor em História Contemporânea e atuou como professor na École Pratique des Hautes Etudes, e no Institut d'études Politiques de Paris. Atualmente leciona no Institut de Relations Internationales et Stratégiques (IRIS)

**Ficha Técnica**

**Editora:** Bibliex

**Título:** SOB FOGO: A Morte como hipótese de trabalho.

**Título original:** Sous le feu: la mort comme hypothèse de travail, Paris, Tallandier, 2014

**ISBN:** 978-85-7011-569-0

**Formato:** 16 x 23 cm

**Páginas:** 216







Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

